

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

SUZANE GRIMM

COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS DE SÃO
LUDGERO/SC: DESCONSTRUÇÃO E CONTINUIDADES DE DESIGUALDADES
DE GÊNERO EM CONTEXTOS DE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

CRICIÚMA

2020

SUZANE GRIMM

**COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS DE SÃO
LUDGERO/SC: DESCONSTRUÇÃO E CONTINUIDADES DE DESIGUALDADES
DE GÊNERO EM CONTEXTOS DE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Giovana Ilka Jacinto Salvaro

CRICIÚMA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G864c Grimm, Suzane.

Cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero/SC : desconstrução e continuidades de desigualdades de gênero em contextos de divisão sexual do trabalho / Suzane Grimm. - 2020.

154 p. ; il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Criciúma, 2020.

Orientação: Dimas de Oliveira Estevam.

Coorientação: Giovana Ilka Jacinto Salvaro.

1. Mulheres em cooperativas - São Ludgero (SC).
2. Mulheres na agricultura. 3. Agricultura familiar. 4. Divisão sexual do trabalho. I. Título.

CDD. 22. ed. 334.098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

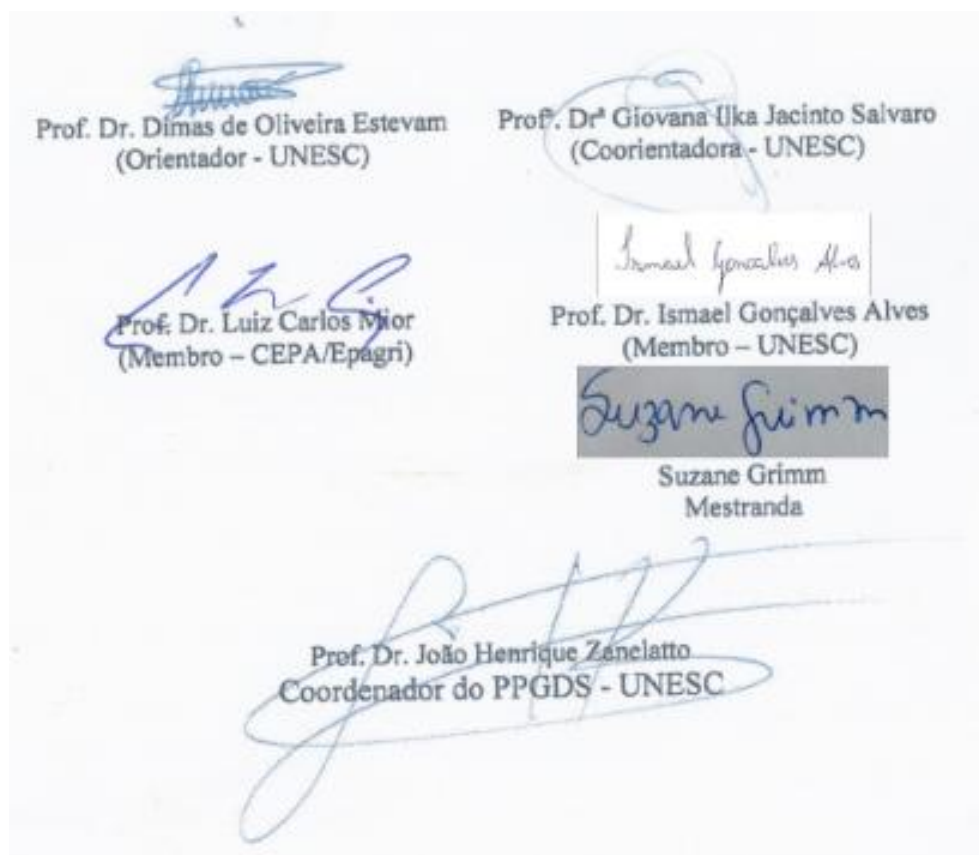
SUZANE GRIMM

**COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS DE SÃO
LUDGERO/SC: DESCONSTRUÇÃO E CONTINUIDADES DE DESIGUALDADES
DE GÊNERO EM CONTEXTOS DE DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico na área de Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 17 de abril de 2020.

BANCA EXAMINADORA



A todas as mulheres que, apesar de todas as desigualdades, enfrentam com coragem suas batalhas diárias, especialmente, às mulheres da Cooperação, cujas trajetórias de vida inspiraram esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Durante essa caminhada muitas foram as pessoas que contribuíram para que este tão esperado momento chegasse: a finalização da mais uma etapa de formação e, conseqüentemente, o encerramento de mais um ciclo na minha vida. Portanto, compartilho aqui todos os meus agradecimentos à essas pessoas que foram essenciais nessa trajetória e fizeram diferença na minha vida.

Ao meu companheiro, Gustavo Fernandes Guidelli, que esteve presente em toda essa jornada e me apoiou em todos os momentos: do surgimento da ideia de cursar o mestrado à defesa da dissertação. Nem todos os momentos foram fáceis, mas você estava lá, sempre disposto a encontrar uma solução e mostrar que a vida se enfrenta com coragem. Obrigada por todo o suporte!

À minha família sempre tão presente e amorosa. Especialmente, aos meus pais, Maria Solange Grimm e Nelson Grimm, por sempre acreditarem no caminho da educação e me incentivarem na busca de conhecimento. À minha irmã, Viviane Grimm, que sempre foi um exemplo para mim, além de ser uma grande incentivadora das minhas empreitadas, e estar presente em todos os momentos, sempre disposta a ajudar. E, aos demais familiares que mesmo não acompanhando tão de perto a minha trajetória do mestrado, foram essenciais nesse percurso por dividir comigo os momentos familiares mais difíceis e as horas de lazer.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam, que me apresentou a ideia de estudar a trajetória da Cooperação, e sempre demonstrou acreditar no meu potencial para realizar este trabalho. Agradeço por compartilhar tão humildemente o seu conhecimento, por toda dedicação e paciência durante as orientações e, por me apoiar e dar suporte durante todo o processo.

À minha coorientadora, Prof^a. Dr^a Giovana Ilka Jacinto Salvaro, essencial nessa caminhada, compartilhando pacientemente seus conhecimentos e me guiando nas reflexões teóricas sobre as discussões de gênero. Obrigada por ser tão presente, pelo seu comprometimento e por toda a sua dedicação.

Às mulheres da Cooperação, que abriram as portas da cooperativa e da feira para me receber, confiaram nas minhas intenções e, foram solícitas sempre que precisei. Agradeço imensamente por compartilharem comigo um pouco de suas trajetórias.

À coordenação do PPGDS, especialmente à Prof^a. Dr^a Melissa Watanabe, que, pacientemente, escutou por diversas vezes as minhas dúvidas e os meus anseios e sempre procurou me orientar da melhor forma.

Sou extremamente grata também às instituições financiadoras da minha pesquisa, FAPESC/CAPES. Esse suporte foi essencial para que esta pesquisa pudesse ser realizada.

Aos professores participantes da banca, Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves e Prof. Dr. Luiz Carlos Mior, por aceitar gentilmente ler o meu trabalho e por realizar contribuições pertinentes, as quais foram primordiais para direcionar os rumos desta pesquisa.

A todos/as os/as amigos/as, colegas e professores/as que me acompanharam durante todo esse período. A troca de experiências, o compartilhamento de trajetórias e o suporte emocional foram essenciais para seguir em frente.

Enfim, agradeço a todas as pessoas que de alguma forma estiveram presentes na minha vida nos últimos dois anos e puderam compartilhar comigo um pouco dessa trajetória que tanto me orgulho.

“A história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômeno denominado *sincronicidade* por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele.”

Heleieth Saffioti

RESUMO

As persistentes desigualdades de gênero presentes nas sociedades tendem a ocultar a presença e a contribuição das mulheres nas mais diversas esferas. A busca pela igualdade de gênero requer dar visibilidade às experiências femininas. No âmbito da agricultura familiar, contexto em que as mulheres participantes dessa pesquisa estão inseridas, existem desigualdades de gênero que fazem com que as mulheres ocupem uma posição desigual em relação aos homens. Contudo, mesmo nesse contexto adverso surge no ano de 2013, no município de São Ludgero/SC uma cooperativa descentralizada formada, majoritariamente, por mulheres. Deste modo, este trabalho analisa a desconstrução e as continuidades de desigualdades de gênero em contextos da divisão sexual do trabalho no âmbito das mulheres participantes da Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação). A pesquisa teve caráter interdisciplinar, com abordagem de natureza qualitativa. A obtenção de dados ocorreu por meio de pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com nove participantes, sendo dessas seis associadas da cooperação; duas extensionistas rurais e uma administradora da cooperativa. Como resultado, foi possível constatar dois cenários distintos em termos de divisão sexual do trabalho no contexto das mulheres entrevistadas, quais sejam: no âmbito da cooperativa, isto é, nas atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito público; e, nas unidades de produção familiar. No primeiro caso, foi possível identificar certa forma de desconstrução de desigualdades de gênero, levando em consideração a autonomia identificada no contexto das atividades desenvolvidas pelas mulheres da Cooperação, as quais estão na liderança da cooperativa, controlando desde a produção até a comercialização. Por outro lado, ao investigar a divisão sexual do trabalho no contexto das unidades de produção familiar, o resultado é diferente e pode ser observado levando em consideração duas situações distintas: as unidades de produção familiar que tem a renda do grupo da Cooperação como principal fonte de renda, em que as mulheres tendem a exercer menor autonomia sobre as atividades administrativas e de gerenciamento de recursos relativos à unidade de produção familiar; e, as que tem na Cooperação uma fonte de renda secundária, nas quais os homens tendem a não se envolver nas atividades da unidade, porém também exercem menor poder sobre a destinação dos recursos. Em ambas situações foi possível observar a divisão desigual das atividades domésticas e de cuidados no interior dos estabelecimentos rurais. Esses fatos pressupõem que os resultados alcançados pela Cooperação, estão ainda, muito focados na questão econômica e, em poucos momentos percebe-se questionamentos em relação à divisão do trabalho nas unidades de produção familiar e às desigualdades sociais de forma geral. No entanto, as ações coletivas concretizadas em forma de cooperativa descentralizada que as fazem enfrentar o mercado formal e todas as suas contradições, podem gerar aprendizados e consciência acerca das desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Cooperativa de mulheres. Cooperativas descentralizadas. Agricultura familiar. Desigualdades de gênero. Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

The persistent gender inequalities present in societies tend to hide the presence and contribution of women in the most diverse spheres. The gender equality requires giving visibility to women's experiences. There are gender inequalities that make women occupy an unequal position in relation to men in the context of family farming, a context in which the research subjects of this dissertation are inserted. However, in the year 2013, a decentralized cooperative formed mainly by women was founded in the municipality of São Ludgero, state of Santa Catarina, Brazil. Therefore, this research analyzes the deconstructions and continuities of gender inequalities from the perspective of the sexual division of labor within the scope of the women participating in the Cooperative of Women Farmers and Artisans of São Ludgero/SC (Cooperação). This research has an interdisciplinary character, and qualitative approach. Data were obtained through documentary research and semi-structured interviews with nine participants, of which six were members of the Cooperação; two rural extension workers and a cooperative administrator. The results revealed that it was possible to see two different scenarios in terms of the sexual division of labor in the context of the women interviewed, namely: within the cooperative, in the activities performed by women in the public sphere; and, in family production units. In the first case, it was possible to identify a certain form of deconstruction of gender inequalities, taking into account the autonomy identified in the context of the activities developed by the women of the Cooperação, who are in the leadership of the cooperative, controlling from production to commercialization. On the other hand, the sexual division of labor in the context of family production units is different and can be observed taking into account two different situations: family production units that have the cooperative's income as the main source of income, in which women tend to exercise less autonomy over administrative activities and resource management; and, the family production units that have the cooperative's income as a source of secondary income, in which men tend not to be involved in the activities of the unit, but they also have less power over the allocation of resources. In both situations, it was possible to observe the uneven division of domestic activities and care in rural properties. These facts assume that the results achieved by Cooperation are still very much focused on the economic issue. Questions about the division of labor in family production units and social inequalities in general are rarely noticed. However, collective actions implemented in the form of a decentralized cooperative that make them face the formal market and all its contradictions, can generate learning and awareness about gender inequalities.

Keywords: Women's cooperative. Decentralized cooperatives. Family farming. Gender inequalities. Sexual division of labor.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do município de São Ludgero/SC.....	82
Figura 2 – Feira de Produtos Coloniais da Cooperação – São Ludgero/SC	89
Figura 3 – Produtos da Feira da Cooperação – Frutas, verduras e pães.....	90
Figura 4 – Produtos da Feira da Cooperação – Bolos e produtos diversos	90
Figura 5 – Produtos da Feira da Cooperação – Bolo e cuca.....	91
Figura 6 – Produtos da Feira da Cooperação – Flores e produtos diversos	91
Figura 7 – Sede da Cooperação – São Ludgero/SC	95
Figura 8 – Reportagem sobre a Cooperação no site da Prefeitura Municipal de São Ludgero/SC	110
Figura 9 – Destaque sobre a Cooperação no site do Portal de Turismo de São Ludgero/SC	111
Figura 10 – Foto da embalagem de um produto da Cooperação	112
Figura 11 – Placa localizada na entrada da sede da Cooperação – São Ludgero/SC	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apresentação das mulheres entrevistadas.....	80
Quadro 2 – Tempo no grupo e participação em outras cooperativas/ associações ..	96
Quadro 3 – Divisão das tarefas das unidades de produção entre as mulheres (M) e os homens (H).....	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADM Associação de Desenvolvimento da Microbacia
ACI Aliança Cooperativa Internacional
BIRD Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAEP Conselho de Assuntos Econômicos Paroquial
CEB Comunidades Eclesiais de Base
CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DAP Declaração de Aptidão ao Pronaf
EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
GEDEIC Comitê de Gênero e Desenvolvimento Integrado em Cooperativas
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH Índice de Desenvolvimento Humano
OCB Organização de Cooperativas Brasileiras
OCESC Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
OIT Organização Internacional do Trabalho
ONG Organizações Não Governamentais
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RAIS Relação Anual de Informações Sociais
STR Sindicatos de Trabalhadores rurais
UPF Unidades de Produção Familiar
WCG Women's Co-operative Guild

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO	19
2.1 O DESENVOLVIMENTO RURAL E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CAMPO	19
2.2 O GÊNERO COMO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR	27
2.2.1 As desigualdades de gênero na agricultura familiar	38
3 O COOPERATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO FEMININA	45
3.1 O COOPERATIVISMO NO MUNDO E A PARTICIPAÇÃO FEMININA	45
3.1.1 A participação feminina em cooperativas	50
3.2 A TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO	55
3.3 COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS E AS MULHERES RURAIS	63
3.3.1 Cooperativas descentralizadas e as políticas públicas para mulheres rurais	69
4 TRAJETÓRIA DE CRIAÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS DE SÃO LUDGERO/SC: UMA ANÁLISE DAS (DES)IGUALDADES DE GÊNERO EM CONTEXTOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	79
4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS	79
4.2 SITUANDO O LOCAL, A COOPERATIVA E A FEIRA DE PRODUTOS COLONIAIS	85
4.2.1 A trajetória do grupo a partir da perspectiva das entrevistadas	95
4.3 TUDO MUDA: DESCONSTRUÇÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO	98
4.4 E NADA MUDA: CONTINUIDADES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE(S)	151
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	151

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	
.....	152

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a análise de desconstruções e continuidades de desigualdades de gênero em contextos da divisão sexual do trabalho no âmbito das mulheres participantes da Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação). Diante disso, faz-se necessário realizar a contextualização da temática, visando possibilitar a compreensão do contexto em que vivem os sujeitos de pesquisa.

Desta forma, nesta introdução, aborda-se brevemente questões relativas ao mundo rural; a posição ocupada pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar; bem como, a importância da análise com enfoque de gênero sobre as questões rurais, especialmente, a partir das categorias de gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho.

O meio rural, ao longo do tempo, apresentou muita relevância socioeconômica nas sociedades. Entretanto, essa situação não é estática, mas varia de acordo com a sociedade e a época em questão. No contexto brasileiro, a agricultura se consolidou como um lugar de grandes extremos, comportando ao mesmo tempo os grandes latifundiários (atuais empresários do agronegócio); e, no outro extremo, os pequenos proprietários de terras (atuais agricultores/as familiares). Corroborando com esta ideia, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009a), observa que, no Brasil, a grande propriedade sempre foi o modelo dominante, a qual recebeu incentivos de políticas agrícolas, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução, deixando a agricultura familiar em uma posição desfavorecida e periférica socialmente e economicamente.

No entanto, recentemente, este cenário sofreu algumas mudanças e, mesmo que lentamente, os agricultores familiares, que sofreram durante muito tempo as consequências da sua invisibilidade perante o Estado, passaram a vislumbrar um panorama mais favorável à sua atividade. Uma das primeiras menções oficiais à existência do pequeno agricultor foi por meio da institucionalização da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, e que tem como objetivo estabelecer os fundamentos, definir os objetivos e as competências institucionais, prever os recursos e estabelecer as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias,

agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal (BRASIL, 1991).

Todavia, de forma geral, essa lei apresenta como foco central o viés econômico da agricultura, estando orientada para as questões relacionadas à produtividade, ao desenvolvimento da produção, e a constância de abastecimento da propriedade. Cátia Grisa e Sergio Schneider (2015) endossam este entendimento e afirmam que apesar dos poucos avanços proporcionados por esta sanção - como por exemplo, o reconhecimento de que existe uma diversidade de agricultores no Brasil, especialmente pequenos produtores, e que eles precisam de políticas específicas e diferenciadas -, muito pouco foi feito além disso, ficando evidente o poder que os grandes proprietários de terras possuem frente às decisões políticas.

De acordo com os autores supracitados, foi apenas com a institucionalização do Pronaf¹, firmado no ano de 1995, que os trabalhadores da agricultura familiar foram, enfim, reconhecidos político e institucionalmente pelo governo brasileiro. A partir da criação do Pronaf, de acordo com Grisa e Schneider (2015, p. 28) “Iniciava-se [...] a construção de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares”.

Cabe ressaltar que, nesta pesquisa, a agricultura familiar é entendida a partir da perspectiva descrita por Wanderley (2009a, p. 156), que considera a agricultura familiar como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. No contexto da agricultura familiar, os arranjos familiares² exercem papel central para a produção e reprodução do estabelecimento familiar, sendo que todos os membros são responsáveis por executar parcela do trabalho na unidade de produção.

No entanto, apesar de todos os membros do arranjo familiar terem sua importância para perpetuação do estabelecimento, é importante salientar que nem todos que participam da agricultura familiar são beneficiados da mesma forma pelas

¹ O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi instituído por meio do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o qual cria o programa e orienta as demais providências. (BRASIL, 1996)

² Entende-se, nessa dissertação, que a família tradicional não é mais a mesma de outrora, existindo diversas possibilidades de composição familiar. Sendo assim, consideramos mais adequado o uso do termo “arranjos familiares”, muito embora na legislação e em diversas outras fontes, o termo ainda utilizado seja “família”.

políticas públicas estatais. Isso ocorre porque, no contexto da agricultura familiar, particularmente, existem desigualdades de gênero que impedem que as mulheres tenham seu trabalho reconhecido e valorizado. Siliprandi e Cintrão (2011) relatam em sua pesquisa, realizada por solicitação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre os anos de 2009 e 2010, como parte do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR), que mesmo nas políticas públicas em que se reconhece a necessidade de priorizar as agricultoras familiares, existem meios pelos quais os homens agem para que eles sejam os beneficiados em detrimento das mulheres.

As pesquisadoras supracitadas relatam, por meio dos resultados obtidos através de dados quantitativos coletados à nível nacional, e também através de estudos de caso realizados em diferentes regiões do país que, no âmbito do programa governamental PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), por exemplo, constatou-se casos em que as vendas são realizadas com as DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) das mulheres, entretanto, a conta bancária indicada para o depósito do pagamento é pertencente aos homens (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2011).

Essas pesquisas revelam que, apesar dos recentes avanços conquistados pelos movimentos de luta e reivindicatórios dos direitos das mulheres, as desigualdades de gênero são persistentes na sociedade, especialmente, no meio rural. O conceito de gênero, é entendido na presente pesquisa, a partir da concepção de Scott (1995, p. 86): “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. A autora também destaca a compreensão de gênero como relacional, o que possibilita analisar diferentes significados atribuídos às atividades realizadas por homens e mulheres. (SCOTT, 1995).

Analisando as origens históricas da utilização do conceito de gênero, Scott (1995, p. 85) observa que: “A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX”. Nesse sentido, a autora argumenta a necessidade de existirem formulações teóricas utilizáveis para embasar a categoria gênero. Scott (1995) ainda orienta o uso do conceito gênero como categoria de análise, ressaltando que:

Isso exige uma análise não apenas da relação entre a experiência masculina e a experiência feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica (SCOTT, 1995, p. 74).

Trazendo a discussão de gênero para o contexto da agricultura familiar, as desigualdades dessa ordem são históricas e marcadas pela seguinte divisão: as mulheres realizam as atividades domésticas e de cuidados, as quais são realizadas no âmbito privado; e os homens ficam a cargo das atividades consideradas como produtivas, mais valorizadas socialmente e realizadas no âmbito público. Isso significa, segundo Anita Brumer (2004), que as mulheres são responsabilizadas não só pelas atividades realizadas no lar, mas também, pelas demais tarefas na unidade produtiva que são consideradas como obrigação feminina e consideradas intrínsecas a sua condição biológica de mulher. Como consequência disso, o esforço laboral das mulheres rurais é invisibilizado, suas atividades não são socialmente reconhecidas, e a sua remuneração, quando existe, é subestimada.

Essa divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos se concretiza, segundo Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), por meio da divisão sexual do trabalho, que atribui às atividades consideradas masculinas, realizadas pelos homens, no âmbito produtivo e público, maior importância e valor adicionado. Consequentemente, esse mesmo sistema restringe as mulheres à esfera reprodutiva e ao ambiente privado e doméstico, fazendo com que seu trabalho seja desvalorizado e considerado secundário.

No âmbito da agricultura familiar, a divisão das tarefas, baseadas nas diferenças sexuais, fica evidente quando, de maneira geral, determinadas tarefas têm como padrão serem realizadas somente por mulheres, tais como, a preparação do solo, plantio, tratos culturais, colheita, e pós- colheita, o cuidado do quintal e dos pequenos animais, além da transformação de produtos que são posteriormente consumidos pelos próprios membros do arranjo familiar, e, no caso de haver excedentes, são frequentemente comercializados. Contudo, apesar das atividades femininas serem essenciais para reprodução dos arranjos familiares rurais,

raramente este trabalho é devidamente valorizado socialmente (HEREDIA; CINTRÃO, 2006; SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

O mesmo acontece quando as mulheres realizam o trabalho considerado produtivo no estabelecimento familiar, onde nesse caso, suas atividades são entendidas como uma “ajuda” (BRUMER, 2004). Ademais, frequentemente, o termo “trabalho leve” serve para designar os trabalhos realizados exclusivamente por mulheres, crianças e idosos/as no meio rural, o que reflete na desvalorização de suas atividades, conforme demonstrado nos estudos de Maria Ignez Paulilo (2016).

Todas essas desigualdades de gênero que tem como base a divisão sexual do trabalho são organizadas, de acordo com Hirata e Kergoat (2007, p. 599) por meio de dois princípios básicos “[...] o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”. No meio rural, é possível perceber, com base na explanação anteriormente realizada, que os princípios de separação e hierárquico organizam as atividades e a vida de mulheres e homens rurais, definindo quem está autorizado a realizar determinada atividade e a circular em determinado espaço.

Esse sistema de opressão faz com que as mulheres ocupem uma posição subordinada na sociedade. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (2004) esclarece que esse regime que vigora na história recente da humanidade, em que as mulheres são dominadas-exploradas pelos homens, denomina-se patriarcado, e o mesmo naturaliza o controle dos homens sobre as mulheres, abrangendo todas as instituições da sociedade. A autora, que considera o patriarcado como um caso específico de relações de gênero e entende que a solução para essa questão não tem a possibilidade de ocorrer sem que aconteçam mudanças drásticas, afirma que:

Não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas, etc., tradicionalmente reservadas aos homens. Como já se afirmou, qualquer que seja a profundidade da dominação-exploração da categoria mulheres pela dos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades, pelas quais é responsável a sociedade (SAFFIOTI, 2004, p. 106).

Nesse sentido, algumas instituições da sociedade buscam promover a igualdade entre homens e mulheres, o que pode colaborar para a caminhada em

direção a uma sociedade com menos desigualdades de gênero. Entre essas instituições, ressalta-se no âmbito dessa pesquisa, as cooperativas. Essas instituições, ainda que não tenham como objetivo principal a luta pelos direitos das mulheres, podem se apresentar como uma alternativa de promoção da visibilidade feminina. As cooperativas, por meio de seus princípios, buscam exercer a igualdade entre todos os participantes, inclusive, no que diz respeito às questões de gênero. Paul Singer e André Ricardo de Souza (2000) corroboram com esta observação ao afirmar que “para os trabalhadores e trabalhadoras que foram estigmatizados por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania” (SINGER; SOUZA, 2000 p. 27).

Em se tratando, especificamente, sobre cooperativismo no contexto brasileiro, Paul Singer (2002) observa que estas iniciativas foram difundidas especialmente a partir do início do século XX, com o intenso processo de imigração da população europeia para o Brasil, e foram estabelecidas nos moldes de cooperativas de consumo nas cidades e no campo. Em relação ao cooperativismo no meio rural, Giovana Ilka Jacinto Salvaro e Dimas de Oliveira Estevam (2017) ressaltam que as iniciativas de economia solidária fornecem estratégias para que a agricultura familiar possa se fortalecer e ser reinventada, especialmente, por meio da cooperação, frente ao cenário adverso da consolidação dos mercados globais e da valorização da monocultura.

As cooperativas descentralizadas, tais como a cooperativa investigada na presente pesquisa, são entendidas como uma forma renovada de organização baseada nos princípios cooperativistas que emerge no meio rural. Segundo Dimas de Oliveira Estevam *et al.* (2011), as cooperativas nesses moldes surgem na passagem do século XX para o século XXI, representando uma nova fase do movimento cooperativista, rompendo com a reprodução do modelo anteriormente consagrado, e trazendo uma nova face ao movimento, sem a necessidade de constituição de grande infraestrutura, elevado número de associados, e centralização dos setores de produção, administração e comercialização (ESTEVAM *et al.*, 2011).

As cooperativas descentralizadas, como uma nova experiência de organização, são entendidas por Luiz Carlos Mior *et al.*, (2014a, p. 47), como “a

principal inovação organizacional protagonizada pela agricultura familiar catarinense.” Corroborando com esta perspectiva, Salvaro e Estevam (2017), em seu estudo sobre o registro de inovações em unidades de produção familiar, observam que tendo em vista a atuação de agricultores/as familiares em cadeias curtas de comercialização da produção, as cooperativas descentralizadas tendem a favorecer tanto os/as agricultores/as quanto os consumidores/as.

As cooperativas descentralizadas se constituem como uma inovação recente, entretanto, as mesmas são compostas por unidades de produção familiar, as quais segundo Luiz Carlos Mior *et al.*, (2014b), tem suas raízes fundadas na antiga tradição, trazida para o Brasil pelos colonos imigrantes de diversas etnias, de transformar os produtos da agricultura familiar de forma artesanal para consumo próprio, com a consequente venda de excedentes. O autor ressalta que essa tradição nasce nas cozinhas das agricultoras familiares e, prioriza a produção de valor de uso por meio do autoconsumo. Contudo, a medida em que estes produtos demonstram uma forte demanda dos consumidores, essa produção se insere no mercado visando a produção de valor de troca por meio da comercialização (MIOR *et al.*, 2014b).

Dessa maneira, pode-se apreender que os produtos elaborados nas unidades de produção familiar e comercializados por meio das cooperativas descentralizadas, são na sua grande maioria produtos processados nas cozinhas das agricultoras familiares, ou seja, produtos tipicamente produzidos por mulheres rurais. Diante disso, as cooperativas descentralizadas podem se apresentar como uma possibilidade de promoção da visibilidade das mulheres rurais e do reconhecimento e valorização do trabalho realizado por elas.

Nesse contexto, no sul do Brasil, no interior do estado de Santa Catarina, algumas mulheres agricultoras e artesãs do município de São Ludgero, formaram um grupo que, inicialmente organizou uma feira de produtos coloniais no ano de 2006, o qual visava a comercialização dos produtos produzidos pelas mulheres rurais e, com isso, a valorização do trabalho das agriculturas e artesãs e da cultura local. Com a boa aceitação dos produtos por parte dos consumidores, surgiu no grupo a ideia de criar uma cooperativa descentralizada, com o objetivo de expandir a sua atuação e atender as demandas dos programas governamentais voltados para a agricultura familiar. Assim sendo, a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs

de São Ludgero/SC (Cooperação) foi oficialmente instituída no dia 09 de maio de 2013, e atualmente conta com a participação de 21 associadas/os, sendo a maioria mulheres. Os produtos comercializados por meio da Cooperação, são itens tradicionalmente produzidos pelas mulheres na agricultura familiar, tais como, panificados, doces, geleias, compotas, conservas, bolachas, frutas, verduras e ovos (VOLPATO; DUARTE, 2017).

Diante da contextualização temática previamente apresentada, o problema de pesquisa que orienta este trabalho se estabelece em torno da seguinte questão: Quais desconstruções e continuidades relacionadas a desigualdades de gênero em contextos de divisão sexual do trabalho podem ser identificadas no âmbito de uma cooperativa formada majoritariamente por mulheres, como é o caso da Cooperação? A partir desse questionamento, emergem outras questões, tais como: De que forma a divisão sexual do trabalho está presente no contexto laboral de associadas da Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC? De que modo se constitui e se consolida uma cooperativa formada por mulheres, em uma sociedade baseada em valores patriarcais?

Desta maneira, este estudo busca analisar as desconstruções e continuidades relacionadas a desigualdades de gênero em contextos de divisão sexual do trabalho, no âmbito da Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC. No intuito de atender ao objetivo geral acima apresentado, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) elaborar uma reflexão acerca das temáticas desenvolvimento rural, agricultura familiar e gênero; bem como, gênero e a participação feminina em cooperativas no Brasil e no mundo; b) investigar o processo de constituição da Cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs da cidade de São Ludgero/SC; c) analisar como ocorre a divisão sexual do trabalho no contexto da cooperativa, isto é, nas atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito público; d) analisar como ocorre divisão sexual do trabalho nas unidades de produção familiar.

A Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação) se constitui no objeto de estudo designado para esta pesquisa em virtude de uma série de fatores. Primeiramente, a Cooperação se constitui como uma cooperativa descentralizada, formada majoritariamente por mulheres, agricultoras familiares e artesãs, situada em São Ludgero, um município localizado

no interior do estado de Santa Catarina. Desta maneira, retomando o aparato teórico abordado anteriormente, pode-se constatar que as desigualdades de gênero persistentes em nossa sociedade e, especialmente, no meio rural, são resistentes acerca da mudança da posição das mulheres e homens na sociedade. Diante disso, a Cooperação, uma cooperativa formada por mulheres agricultoras e artesãs de um município interiorano, se apresenta como um caso atípico e importante de ser investigado.

A fim de contribuir para a fundamentação teórica e investigar demais perspectivas estudadas sobre a temática em questão, foram realizadas buscas sistemáticas na ferramenta virtual da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a qual fornece um panorama dos trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* que envolvem as temáticas centrais mobilizadas neste trabalho. Para isso, o recorte temporal delimitado compreendeu os anos de 2004 a 2019, e as palavras-chave que orientaram as buscas foram as seguintes: “mulheres rurais e divisão sexual do trabalho”; “mulheres rurais e cooperativismo”; “cooperativa de mulheres”.

A partir da associação das palavras-chave “mulheres rurais e divisão sexual do trabalho” foram encontrados 19 resultados na ferramenta de busca da BDTD. Por meio de uma leitura sistemática dos resumos, 10 trabalhos foram selecionados levando em consideração a sua relevância no contexto da presente pesquisa, quais sejam: Gilmara de Melo Ferreira (2006); Adiliane Valéria Batista Francelino da Silva (2011); Raquel Lunardi (2012); Livia Aparecida Pires de Mesquita (2013); Patrícia Ferraz do Nascimento (2013); Máira Lopes dos Reis (2013); Wanessa Alves Pereira de Souza (2014); Sheyla Saori Iyusuka (2015); Tatielle Belem Langbecker (2016); Vandrega Vigarani Dorregão (2018). Em resumo, tais pesquisa se debruçam sobre a análise das relações desiguais de gênero relacionadas à divisão sexual do trabalho no interior da sociedade capitalista patriarcal; apreensão das condições de trabalho e vida das mulheres no contexto da organização da produção familiar; a participação de mulheres nas atividades rurais, tanto nas atividades produtivas quanto nas reprodutivas; o acesso às políticas públicas voltadas para as mulheres rurais; além, do estudo de novas dinâmicas e relações sociais constituídas no meio rural.

Em relação às buscas realizadas com a associação das palavras-chave “mulheres rurais e cooperativismo”, foram encontrados 13 estudos na plataforma da BDTD, sendo que, apenas 4 deles apresentaram aderência em relação ao contexto desta pesquisa, quais sejam: Ana Paula Fraga Bolfe (2011); Bruna Mendes de Vasconcellos (2011); Gabriella Riad Iskandar (2014); e Rita de Cássia Maciazeki Gomes (2017). Essa pesquisas apresentaram pautas relacionadas à investigação da situação das mulheres rurais; inclusão social da população feminina do campo por meio da geração de renda; acesso ao crédito e às políticas públicas das mulheres rurais; análise das relações entre gênero e tecnologia no contexto das experiências da Economia Solidária; estudo de empreendimentos solidários de mulheres rurais; assim como, questões relacionadas ao trabalho executado por homens e mulheres rurais, e a importância de organizações tais como feiras, cooperativas, associações, redes e demais instituições que buscam promoção da visibilidade da feminina no meio rural.

Por fim, foram realizadas buscas relacionadas ao objeto de estudo específico da presente pesquisa, a fim de localizar demais experiências que tratam, particularmente, de cooperativas formadas majoritariamente por mulheres. Para isso, foi inserida a palavra-chave “cooperativas de mulheres”, entre aspas (para que as buscas fossem restritas a esse termo), na ferramenta de busca, a qual gerou três resultados. A partir da análise dos resumos, foi identificado que apenas dois trabalhos tratavam de experiências sobre cooperativas formadas, de fato, por mulheres.

Apesar dos dois trabalhos contribuírem para retratar experiências femininas em cooperativas formadas, exclusivamente, por mulheres, nenhum dos estudos apresentou uma leitura com viés de gênero, sendo que, uma das pesquisas, realizada por Alexandra Flávio Bunchaft (2004) aborda a identidade do trabalhador cooperado em uma organização popular e solidária de trabalho composta por mulheres; e, a outra, que tem como autora Karin Vieira da Silva (2013) analisa a gestão social como lente analítica para compreensão da participação dos atores organizacionais envolvidos nos processos de tomada de decisão, sendo que nesse trabalho, foram analisadas duas cooperativas catarinenses, e apenas uma delas tratava-se de uma cooperativa de mulheres. Ademais, nenhum dos dois estudos são referentes a mulheres rurais.

Dessa maneira, percebe-se a lacuna existente tanto em estudos específicos sobre cooperativas formadas por mulheres, quanto sobre cooperativas de mulheres agricultoras familiares, não sendo possível concluir se este fato se dá pela ausência de interesse na temática ou pela inexistência de cooperativas constituídas nesse formato específico. Sendo assim, no primeiro caso, esta pesquisa se justifica por trazer à tona um tema tão relevante e invisibilizado quanto a divisão sexual do trabalho no âmbito da agricultura familiar, contexto no qual, historicamente, se perpetuam as desigualdades de gênero. No segundo caso, a relevância da pesquisa se encontra, justamente, no fato de dar visibilidade para uma experiência incomum, considerando a inexistência, na BDTD, de pesquisas que abordam as mesmas temáticas que são tratadas nesta dissertação.

Cabe ressaltar que esta análise levou em consideração apenas as buscas realizadas na plataforma da BDTD, que conforme informado anteriormente, trata-se de uma importante base de dados que compila as pesquisas *stricto sensu* realizadas em âmbito nacional; entretanto, compreende-se os limites dessa análise, uma vez que a mesma foi realizada em apenas uma base de dados.

Vale ressaltar também, a importância das pesquisas de Daniela França (2011; 2017), Bruna França (2015) e Rafaela França (2015), as quais tem a Cooperação como objeto de pesquisa. Tais trabalhos fornecem informações valiosas a respeito da organização produtiva das mulheres rurais e o acesso a políticas públicas por parte da cooperativa; a formação de preços e análise de cadeia de valor dos produtos comercializados; a contribuição da venda de produtos da cooperativa na composição da renda familiar dos cooperados; além de serem importantes fontes de informação para compreensão da constituição e trajetória da Cooperação.

Dessa maneira, por meio da pesquisa no banco de dados da BDTD e das consultas em trabalhos realizados acerca do objeto de pesquisa do presente trabalho, buscou-se demonstrar a relevância desta dissertação, bem como, as lacunas existentes que justificaram a pertinência desta pesquisa.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa apresenta um caráter interdisciplinar, visto que, para alcançar os objetivos propostos foi necessário transitar por diversas áreas de conhecimento. A respeito do processo de construção de pesquisas interdisciplinares, Claude Raynaut (2011) descreve que estas surgem como uma necessidade de buscar explicações para além das fronteiras dos campos

com limites fixos da pesquisa disciplinar. Para o autor, os assuntos interdisciplinares são “[...] geralmente reconhecidos a partir de uma posição social que obriga a considerar a realidade tal como se apresenta na experiência comum, ou seja, como um conjunto de relações que não pode ser reduzido a priori ao recorte instituído pelas disciplinas”. (RAYNAUT, 2011, p. 88).

Executar uma pesquisa interdisciplinar pode apresentar diferentes desafios, entretanto, de acordo com Raynaut (2011, p. 84), o desafio principal consiste em “[...] tentar restituir, ainda que de maneira parcial, o caráter de totalidade, de complexidade e de hibridação do mundo real, dentro do qual e sobre o qual todos pretendemos trabalhar”. Outros obstáculos são destacados por Antônio Ribeiro de Almeida Júnior *et al.* (2011), entre eles, as divergências entre teorias, métodos e linhas de pesquisa, que podem surgir no decorrer da pesquisa. No entanto, o autor argumenta que essas discordâncias podem ser interessantes para geração de novos conhecimentos e salienta: “Identificar lacunas no conhecimento e conseguir promover a cooperação entre as áreas para preenchê-las, por meio de investigações significativas, permanece como ideal e desafio” (ALMEIDA JÚNIOR *et al.*, 2011, p. 314).

As abordagens que dispensam a orientação disciplinar, segundo Almeida Júnior *et. al* (2011, p. 320), “São pontes lançadas em direção a uma melhor interpretação do mundo. Possibilidades de entender melhor o que parece escapar à ciência, de buscar soluções mais dignas para os problemas que as pessoas enfrentam na vida social e na relação com a natureza”. No âmbito da presente pesquisa, entende-se que uma abordagem nesse sentido nos fornece instrumentos mais completos para apreensão das experiências vivenciadas pelas mulheres agricultoras e artesãs participantes da Cooperação, visto que, as problemáticas abordadas, assim como a realidade investigada, requerem o envolvimento de diferentes áreas disciplinares para sua compreensão.

Com a intenção de esclarecer os procedimentos metodológicos adotados, cabe ressaltar que o método indutivo norteia as ações da presente pesquisa, e a abordagem utilizada é de natureza qualitativa, a qual de acordo com Norman Denzin e Yvonna Lincoln (2006, p. 16, grifo do autor) “[...] é, em si mesma, um campo de investigação. Ela atravessa disciplinas, campos e temas. Em torno do termo *pesquisa qualitativa* encontra-se uma família interligada e complexa de termos,

conceitos e suposições”. Essa abordagem de pesquisa é definida por Denzin e Lincoln (2006) como sendo:

[...] uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos de significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN E LINCOLN, 2006, p. 17).

Corroborando com esse pensamento, Maria Cecília de Souza Minayo (2004) ressalta o nível de realidade apreendido pela perspectiva da pesquisa qualitativa, o qual não pode ser quantificado, pois segundo a autora, “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2004, p. 21).

As pesquisas qualitativas apresentam características próprias em relação à outras abordagens de pesquisa, as quais são explanadas por John W. Creswell (2007). O autor argumenta que, de maneira geral, a pesquisa de abordagem qualitativa acontece no ambiente natural do participante, sendo que, os pesquisadores se deslocam até o local, o que faz com que eles tenham a oportunidade de estarem imersos em experiências reais; existe uma gama de métodos de coletas de dados possíveis de serem utilizados, os quais estão em franco crescimento e não se restringem as formas tradicionais; as pesquisas não são engessadas e estáticas, mas, na maioria dos casos, vão se modificando e percorrendo suas próprias dinâmicas, sendo frequentemente revistas ao longo do percurso; por fim, a natureza da pesquisa qualitativa é essencialmente interpretativa, ou seja, cabe ao pesquisador a interpretação e análise dos dados, assim como, a formulação de conclusões e recomendações. (CRESWELL, 2007).

Os diversos métodos e abordagens que podem ser considerados pesquisa qualitativa são destacados por Denzin e Lincoln (2006), os quais ressaltam, entre eles, os estudos de caso, a política e a ética, a investigação participativa, a entrevista, a observação participante, os métodos visuais e a análise interpretativa.

Para os autores, em última instância, todos materiais empíricos obtidos por meio desses instrumentos buscam capturar a essência das vivências dos indivíduos e os significados que eles atribuem a essas experiências. Diante disso, os pesquisadores dessa área, costumeiramente, fazem uso de variadas práticas interpretativas, visto que a abordagem qualitativa em si não possui um conjunto de métodos ou práticas que seja exclusivamente seu. (DENZIN; LINCOLN, 2006).

No âmbito da presente pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo, a qual buscou atender aos objetivos propostos previamente. Em termos de pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2004, p. 51), “[...] o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”. A autora ainda ressalta que o campo se caracteriza como um recorte espacial que o pesquisador delimita, em vista do contexto que pretende estudar empiricamente e com base no seu referencial teórico. (MINAYO, 2004).

A construção da base teórica, de acordo com Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2013), compreende a primeira etapa necessária para realização da pesquisa de campo. As autoras ainda ressaltam que é necessário estabelecer as técnicas que serão utilizadas para a coleta de dados, assim como, as técnicas de registro e análise das informações que serão coletadas em campo.

Nesse sentido, a pesquisa documental compõe parte importante da coleta de dados, a qual foi realizada em sites oficiais do governo a nível federal, estadual e municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI), dentre outros. Situando o conceito de pesquisa documental, Marconi e Lakatos (2013, p. 48) apontam que “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

A fim de cumprir os objetivos específicos propostos para a pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (apêndice A) com 6 (seis) associadas da Cooperação, além de duas extensionistas que tiveram importante contribuição para a formação e consolidação do grupo, bem como com a atual administradora da cooperativa. De forma objetiva, Marconi e Lakatos (2013, p. 80) definem entrevista como sendo: “Um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de

dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. ” Em relação à modalidade de entrevista semiestruturada, Minayo (2004) explica que esse tipo de entrevista articula de uma só vez as modalidades de entrevistas estruturadas, ou seja, com questões previamente formuladas, e as não-estruturadas, nas quais as questões surgem livremente.

A escolha das entrevistadas foi realizada por meio do critério de acessibilidade, tendo em vista que não foi utilizado nenhum procedimento estatístico para selecioná-las, mas sim a facilidade de acesso a elas. A delimitação da quantidade de entrevistas semiestruturadas realizadas foi estabelecida a partir do critério de saturação das informações, que de acordo com Bruno José Barcellos Fontanella, Janete Ricas e Egberto Ribeiro Turato (2008) consiste em uma ferramenta conceitual utilizada para delimitar o tamanho final de uma amostra em estudo, considerando a percepção do pesquisador em termos de redundância e repetição das informações coletadas.

Em resumo, os autores acima citados definem o método de saturação das informações como “a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados” (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 17). Todas as entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização das entrevistadas formalizada por meio da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B), e, posteriormente, foram transcritas na íntegra pela pesquisadora.

Por fim, a análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, a qual segundo Minayo (2004) tem como função verificar hipóteses e/ou fazer emergir questões para além dos conteúdos aparentes. As fases da análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin (2004), são divididas em: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para a autora, a pré-análise é o momento em que os materiais a serem analisados são organizados, e as técnicas para se trabalhar os conteúdos são definidas. Os propósitos dessa etapa, de acordo com Bardin (2004, p. 89, grifo da autora) podem ser definidos como: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”.

A exploração do material, segundo Bardin (2004), é a etapa que sucede a pré-análise, porém está estreitamente interligada a esta, visto que de acordo com a autora nessa fase da análise, o pesquisador apenas administra as decisões tomadas na etapa anterior. Em suma, a autora descreve que esta fase “consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2004, p. 95). Na sequência, para Bardin (2004) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação consistem na fase final, em que os resultados são validados, gerando quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, e, por conseguinte, permitindo a realização de inferências e interpretações. Minayo (2004) acrescenta que no tocante à pesquisa qualitativa busca-se desvelar, nessa fase, a essência do que está sendo comunicado indo além das aparências.

Quanto à estrutura dessa pesquisa, o trabalho está organizado em quatro capítulos, os quais visam atender aos objetivos gerais e específicos delimitados anteriormente. Desta forma, o primeiro capítulo trata da introdução, e esclarece a temática de estudo, bem como os objetivos e as metodologias utilizadas na pesquisa. No segundo e terceiro capítulo da dissertação, é realizada a contextualização e discussão acerca da temática central da pesquisa, buscando atender ao primeiro objetivo específico proposto, isto é, a elaboração de uma reflexão acerca das temáticas centrais do trabalho. Após a realização das entrevistas e análise de conteúdo, o capítulo quatro foi organizado de que modo que atendesse os demais objetivos específicos propostos, quais sejam: investigar o processo de constituição da Cooperação; e, analisar como ocorre divisão sexual do trabalho nas atividades desenvolvidas pelas mulheres na cooperativa, bem como no âmbito das unidades de produção familiar.

2 DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E GÊNERO

Neste capítulo desenvolveu-se as bases de sustentação teórica para a presente pesquisa, as quais foram estruturadas por meio das categorias mobilizadas. Inicialmente abordou-se os processos de desenvolvimento rural, em articulação com a centralidade dos arranjos familiares rurais, e, especificamente, das mulheres rurais. Posteriormente, desenvolveu-se a argumentação relacionada ao trabalho das mulheres rurais, à luz do referencial teórico sobre gênero, divisão sexual do trabalho e patriarcado.

2.1 O DESENVOLVIMENTO RURAL E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CAMPO

A dificuldade em conceituar os termos rural e urbano vem sendo pauta de estudos nas mais diversas áreas ao longo do tempo. Especialmente na contemporaneidade, pesquisadores da área da sociologia e antropologia revisitam conceitos que outrora eram entendidos como incontestáveis, buscando desvendar lacunas que as recentes transformações da sociedade suscitaram. Desta forma, o rural que por muito tempo foi entendido como sinônimo de atraso, pobreza, falta de tecnologia, escassez de recursos básicos e, frequentemente, esteve ligado somente à produção agrícola, ressurge abrangendo questões mais complexas.

Surgem nesse contexto diversas situações específicas do mundo concreto que não se encaixam totalmente em nenhum dos lados da dualidade “rural-urbano”. Com base em suas pesquisas e na literatura recente, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2009b, p. 60) observa que “[...] as relações entre o meio rural e as cidades não podem ser entendidas como relações de oposição ou antagonismo, mas se inscrevem num espaço comum como relações de complementaridade e interdependência”. Neste sentido, cabe buscar compreender, a formação de espaços que podem se mostrar como distintos em seus modos de vida e trabalho, mas que se inter cruzam e se correlacionam.

Com a intenção de identificar o meio rural nas suas mais variadas dimensões, Wanderley (2009b) aborda a problemática existente na apreensão do espaço rural, tão somente como um espaço fisicamente constituído e legalmente classificado por órgãos governamentais. A autora aponta o processo de classificação

massiva de urbanização dos municípios brasileiros como um possível reflexo da política fiscal nacional, visto que, de acordo com a legislação tributária brasileira, impostos arrecadados em áreas rurais seriam destinados ao governo federal, enquanto os provenientes de áreas urbanas, pertenceriam ao município. Como resultado dessa prática, que está orientada por critérios subjetivos de mensuração e definição dos territórios, áreas são urbanizadas sem ao menos terem condições de exercício da função urbana (capacidade de oferta de bens e serviços), ao mesmo passo em que, ao menor sinal da presença de instalações de infraestrutura básica, uma área deixa de ser considerada rural.

Analisando as relações estabelecidas entre o meio rural e as cidades, Wanderley (2009b, p. 72) sugere a definição do rural como um local com a “[...] predominância dos espaços não construídos (predominância da natureza) e pela condição de pequeno aglomerado, com baixa densidade populacional, no qual prevalecem as relações de proximidade”. Sendo assim, a autora orienta a abordagem do rural, principalmente em função das relações ali estabelecidas, ancoradas especialmente na valorização patrimonial dos recursos naturais e culturais construídos ao longo do tempo.

Essa ideia corrobora com a noção de localidade, utilizada por Maria José Carneiro (2008) a qual, ao abordar a problemática da identificação e classificação de territórios a partir da perspectiva física/geográfica, aponta a utilização do conceito de “localidade” como uma forma de qualificar um espaço e suas dinâmicas sociais, visto que, esse conceito abrange não apenas uma noção espacial, mas considera todo o universo de relações sociais específicas que ali decorrem. Desta forma, a localidade é tida por aqueles que a ocupam como uma referência física de um conjunto de relações sociais que lhes conferem uma referência identitária.

A dificuldade em aplicar os conceitos de rural e urbano ainda reside na multiplicidade de públicos que fazem uso desses termos – do senso comum aos intelectuais. No campo acadêmico, buscando refletir sobre o uso de tais categorias, Carneiro (2008) faz uma análise das principais discussões nesse campo e busca apresentar uma alternativa para o uso da categoria rural. Para a autora seria pertinente “orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais”. (CARNEIRO, 2008, p. 28).

Diante disso, para a compreensão e uso da categoria rural é importante buscar compreender quem pertence a essa categoria. Carneiro (2008) ressalta a heterogeneidade na composição do meio rural, o que produz uma complexa teia de relações engendradas pelas posições de poder estabelecidas entre os que dela fazem parte. A autora ressalta que: “[...] a heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades, sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local” (CARNEIRO, 2008, p.33).

Dentre essa diversidade presente na composição do meio rural, encontra-se o agricultor, o qual tem a sua imagem intimamente vinculada ao meio rural. De acordo com Carneiro (2008, p. 13), “A figura do agricultor permanece emblemática na representação do campo no imaginário dos pesquisadores, e também no dos habitantes da cidade e dos neo-rurais³”. Entretanto, cabe ressaltar que, tendo em vista sua importante contribuição econômica e social na sociedade moderna, a figura do agricultor vem sendo cada vez mais desmitificada e desvinculada da ideia estereotipada deste como um ser passivo na paisagem rural. (CARNEIRO, 2008).

Analisando o debate que gira em torno da constituição do agricultor, Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2003) aponta dois posicionamentos muito distintos e frequentemente reproduzidos por estudiosos do meio rural: enquanto alguns argumentam que o agricultor contemporâneo seria a simples reprodução do camponês e de sua tradicional forma de vida, por outro lado, há quem afirme que o agricultor, tal como conhecemos na contemporaneidade, é um novo personagem do mundo rural forjado pelo mundo moderno e pelas ações do Estado.

Corroborando com esta reflexão, Iara Altafin (2005) aborda as diversas contribuições presentes no meio acadêmico sobre o conceito de agricultor familiar e destaca que é possível observar duas vertentes: uma que defende que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, sem qualquer ligação com outras formas de agricultura do passado. A segunda vertente, a qual adotamos neste trabalho, considera que a agricultura familiar brasileira não realiza uma ruptura com as formas anteriores, mas utiliza essas raízes históricas para se adaptar ao presente.

³ Neo-rurais, segundo a perspectiva adotada por Carneiro (2008), trata-se de uma categoria conformada por indivíduos que detêm um olhar nostálgico dos elementos presentes no meio rural, e, por isso, frequentemente, migram para essas áreas em busca desses elementos.

Nesse sentido, Wanderley (2003) observa que os estudiosos que percebem esse movimento a partir de uma perspectiva evolutiva, dão ênfase aos processos de ruptura. Enquanto, os pesquisadores que centram seus olhares nas dinâmicas internas de funcionamento da unidade familiar, dão ênfase aos processos de continuidade entre a figura do agricultor e do camponês. A respeito dessa situação, a autora apresenta a seguinte hipótese: “mais do que propriamente uma passagem irreversível e absoluta da condição de camponês tradicional para a de agricultor familiar “moderno”⁴, teríamos que considerar, simultaneamente, pontos de ruptura e elementos de continuidade entre as duas categorias sociais” (WANDERLEY, 2003, p. 47).

A autora observa que deve se considerar a capacidade de resistência - a luta pela preservação do seu passado e suas tradições camponesas - e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais. Tais características, fazem referência aos pontos de continuidade e ruptura entre agricultores modernos e camponeses. (WANDERLEY, 2003)

Buscando esclarecer as particularidades da agricultura familiar no capitalismo contemporâneo, Ricardo Abramovay (2007) retoma as ideias de Marx para teorizar sobre a ineficiência de se buscar um conceito de camponês como categoria social do capitalismo. O autor aponta que talvez o mais importante paradigma marxista no estudo da questão agrária seja “o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista” (ABRAMOVAY, 2007, p. 42). Tendo em vista a estrutura lógica da obra de Marx, não caberia ao camponês outro caminho a não ser o processo de eliminação social, seja por meio da sua transformação em um mero produtor de mercadorias, conseqüentemente, compondo a classe operária; ou sendo o dono dos meios de produção, constituindo a classe burguesa. (ABRAMOVAY, 2007)

Desta forma, Abramovay (2007), por meio dos seus estudos realizados anteriormente e, com base no aparato teórico formulado por Chayanov, contrapõe a ideia formulada por Marx de eliminação social da figura do camponês. O autor

⁴ Para Wanderley (2003) o camponês tradicional, enfatiza as suas raízes e tradições, estando sempre orientado pelo seu passado; enquanto, o agricultor familiar moderno se caracteriza como uma categoria ativa na construção de um projeto de sociedade, que estão amplamente inseridos no mercado, mas ainda assim, não abandonam suas tradições particulares e seus modos de vida.

argumenta a existência de formas de funcionamento no interior dos arranjos familiares rurais que fogem à compreensão por meio da teoria marxista, visto que, as mesmas não seguem uma lógica de funcionamento mercantil, mas uma racionalidade própria. (ABRAMOVAY, 2007)

Analisando especificamente o modelo de agricultura familiar brasileira, Wanderley (2009a) traz uma reflexão acerca do patrimônio sociocultural que se constituiu ao longo do tempo no Brasil, o qual serve, ainda nos dias atuais, como modelo para a presente geração de agricultores. Para a autora, particularmente no Brasil, a grande propriedade sempre foi o modelo dominante, a qual recebeu incentivos na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução, deixando a agricultura familiar em uma posição desfavorecida e periférica na sociedade.

Desta forma, conforme salientado por Wanderley (2009a), pode-se observar em toda a história da agricultura brasileira, as disputas por um espaço produtivo, visando a integração ao mercado e a garantia do consumo; as lutas pela constituição do patrimônio familiar, ou seja, pela busca de um lugar que possibilite a construção de uma identidade familiar passada de geração em geração; e, por fim, pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho dos membros do arranjo familiar, o que muitas vezes não ocorre em razão da necessidade da venda da mão-de-obra familiar para terceiros e/ou também o aluguel de terceiros para trabalhar na unidade familiar.

Além disso, a posição secundária ocupada pela agricultura familiar no Brasil durante muitos anos, revela entre outros fatores, as marcas deixadas pelos processos de colonização; pelo sistema de divisão e ocupação das terras, levando em consideração neste caso, as características geográficas do país, o qual possui dimensões continentais e uma extensa fronteira de terras livres suscetíveis a serem apropriadas; bem como, as cicatrizes da escravidão que se perpetuam até os dias mais recentes. (WANDERLEY, 2003; 2009a).

Apesar do incontestável abandono histórico da agricultura familiar no Brasil, essa recentemente tem se destacado de forma positiva no cenário econômico nacional. Explanando acerca desse movimento, Wanderley (2009a, p. 155) aponta que a agricultura familiar “[...] não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. No entanto, sua

utilização, com o significado e abrangência, que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos no Brasil, assume ares de novidade e renovação”.

Estudando essa nova concepção de desenvolvimento rural no Brasil, Sergio Schneider (2010) argumenta que a abertura democrática foi decisiva nesse processo, favorecendo o ambiente de debate e a participação das organizações da sociedade civil que, ressurgiram mais proativas nesse cenário. Além disso, uma série de medidas formuladas na constituição de 1988 passaram a entrar em vigor nesse período, assim como, a noção de sustentabilidade e preservação ambiental entraram em pauta, fortalecendo o debate do desenvolvimento rural. Desta forma, para o autor, esse processo é datado da década de 1990 onde “[...] uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o desenvolvimento rural passou a ganhar espaço no Brasil, revitalizando o tema e gerando novas abordagens” (SCHNEIDER, 2010, p. 512).

Analisando o conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, Grisa e Schneider (2015) identificaram três gerações de políticas públicas para este setor, sendo que a primeira geração apresentou um viés agrícola e agrário, com forte influência do referencial global do neoliberalismo. A segunda geração apontou para um referencial setorial voltado para ações sociais e assistencialistas, se aproximando das políticas sociais. Por fim, a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, é marcada pelo referencial da construção de novos mercados para a segurança alimentar e nutricional e para a sustentabilidade ambiental.

Cabe destacar a criação do Pronaf (Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar), que se consagrou como uma importante forma de valorização da agricultura familiar e constituiu parte basilar da primeira geração de políticas públicas identificada pelos autores supracitados. Tal programa foi resultado do reconhecimento da agricultura familiar como categoria política, legitimada por estudiosos e formuladores de políticas públicas, que segundo Schneider (2010), culminou em ações concretas do Estado no meio rural.

Desta forma, a criação do Pronaf se apresentou como um importante passo em direção ao atendimento das demandas dos agricultores familiares no Brasil, conforme ressaltado por Grisa e Schneider (2015). Para os autores, a institucionalização do programa fez com que os trabalhadores da agricultura familiar

fossem, enfim, reconhecidos, político e institucionalmente pelo governo brasileiro. Esse movimento foi essencial para que os olhares dos responsáveis por pensar e fazer políticas públicas se voltassem para esse setor, garantindo a construção de uma série de medidas direcionadas para o fortalecimento da produção agrícola dos agricultores familiares.

Como resultado de toda a mobilização em prol do desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, instituiu-se a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para estabelecer as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar, empreendimentos familiares rurais e os critérios para designação desses trabalhadores. De acordo com essa lei, o agricultor familiar ou empreendedor familiar rural é definido como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, a requisitos tais como: não possuir em seu nome área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais, dirigir seu estabelecimento e utilizar majoritariamente a mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas que realiza e, ter um percentual mínimo de renda familiar proveniente dessas atividades. (BRASIL, 2006)

O texto que fornece a definição operacional para a categoria dos agricultores familiares também versa sobre algumas outras atividades que se enquadram e se beneficiam desta lei, tais como os silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; os aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; pescadores e extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural; povos indígenas; e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2006).

A centralidade da participação dos membros do arranjo familiar no estabelecimento produtivo da agricultura familiar é revelada tanto na legislação brasileira, como também é frequentemente frisada pelos estudiosos da área, conforme pode se observar na conceituação de agricultura familiar apresentada por Wanderley (2009a, p. 156) como sendo “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

O caráter familiar do modelo de organização gestada por agricultores familiares é analisado por Wanderley (2003), a qual afirma que o fato dos agricultores familiares estarem inseridos nos ciclos econômicos modernos, não faz com que o modelo de empresa reproduzido em sua propriedade esteja nos moldes de uma empresa capitalista, pelo contrário, a importância do arranjo familiar nas atividades do estabelecimento rural seria um dos pontos de continuidade do agricultor familiar com a tradição camponesa.

A singularidade do arranjo familiar no estabelecimento da agricultura familiar também pode ser apreendida pela análise das características dos trabalhos executados nas propriedades rurais. Sob essa ótica, Wanderley (2009a), menciona o fato de que, somente membros do arranjo familiar, com um vínculo muito pessoal entre si e com o local de trabalho, se dispõem a executar as atividades - majoritariamente braçais e desgastante, com longas e cansativas jornadas de trabalho - que fazem parte da rotina dos trabalhadores nas unidades de produção familiar.

Apesar de todos os membros do arranjo familiar, de modo geral, participarem da execução das atividades dos estabelecimentos rurais, alguns estudos recentes acerca da agricultura familiar com um viés de gênero⁵, vêm indicando que determinadas tarefas têm como prática serem executadas, majoritariamente, por mulheres, tais como a preparação do solo, plantio, tratos culturais, colheita, e pós-colheita. Além disso, as agricultoras familiares são, de modo geral, as principais responsáveis por realizar o cuidado do “quintal”, onde exercem atividades agrícolas nas hortas, no pequeno roçado para consumo, e na transformação de alimentos. Elas também ficam encarregadas dos cuidados e do trato dos animais, especialmente os de pequeno porte. (BRUMER, 2004; HEREDIA e CRINTRÃO, 2006; SILIPRANDI e CRINTRÃO, 2015).

No entanto, mesmo realizando cotidianamente uma lista extensa de atividades e de seus produtos contribuírem para constituir a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via comercialização, os estudos realizados por Beatriz Maria Alásia de Heredia e Rosângela Pezza Cintrão (2006) e Siliprandi e

⁵ A categoria gênero, na perspectiva adotada nesta pesquisa, conforme apresentado no texto da introdução, é entendida como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos; assim como é um campo primário no qual o poder está inserido e é articulado. (SCOTT, 1995). A categoria será tratada de forma mais detalhada em momento oportuno.

Cintrão (2015) apontam que esse fato não faz com que o esforço laboral feminino e o resultado de suas atividades sejam reconhecidos como trabalho.

As desigualdades entre homens e mulheres, presentes em todas as esferas da sociedade e, particularmente, no meio rural, faz com o trabalho feminino seja pouco reconhecido e valorizado, assim como, faz com que as mulheres sejam relegadas às funções domésticas e de caráter reprodutivo, realizadas no âmbito privado, e mesmo quando realizam atividades consideradas produtivas no estabelecimento familiar, tem seu trabalho caracterizado como “leve” (PAULILO, 2016) e/ou como uma “ajuda” (BRUMER, 2004).

Nesse sentido, apesar dos muitos avanços conquistados em direção a igualdade entre homens e mulheres, a participação feminina na agricultura familiar, ainda é muito desvalorizada e pouco reconhecida, especialmente, em função de desigualdades de gênero perpetuadas pelas sociedades. A partir dessa perspectiva, buscou-se estudar essas questões mais detalhadamente na seção seguinte da presente pesquisa.

2.2 O GÊNERO COMO UMA CATEGORIA DE ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A posição ocupada pelas mulheres na sociedade ao longo do tempo, indubitavelmente, não condiz com a relevância da sua participação para a construção e reprodução da mesma. Além disso, em função da falta de registros, ocasionada pela ocultação e negação da participação feminina na construção da sociedade, ainda há muito dessa história para ser estudada, fato que, segundo Saffioti (2004), poderá contribuir muito para que haja um fortalecimento e reconhecimento da categoria social por elas constituída.

Retomando a utilização mais recente do uso do termo “gênero”, imputado por feministas americanas, Scott (1995) salienta que para as precursoras do uso desse conceito a inclusão das experiências das mulheres na história implicaria uma mudança radical não só na história das mulheres, mas também na história como um todo. Dessa maneira, a autora destaca que: “As pesquisadoras feministas assinalaram desde o início que o estudo das mulheres não acrescentaria somente

novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (SCOTT, 1995, p. 73).

Buscando desconstruir os significados dominantes dos conceitos de gênero e mulher, Linda Nicholson (2000) esclarece que a palavra gênero é, costumeiramente, utilizada de duas maneiras diferentes em discursos feministas, sendo a primeira, em oposição a ideia de “sexo” fazendo referência aos comportamentos e personalidades socialmente construídos e, não ao corpo, biologicamente dado; por outro lado, este termo é utilizado também “como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos ‘femininos’ de corpos ‘masculinos’” (NICHOLSON, 2000, p. 09).

Assim sendo, a primeira forma está atribuída ao que se convencionou chamar de determinismo biológico, que tem como principais características a associação entre a biologia humana e os aspectos específicos de personalidade e de comportamento de homens e mulheres. Ao segundo sentido, Nicholson (2000) nomeia de fundacionalismo biológico, ou seja, esta noção abrange certas noções presentes no determinismo, tais como, uma relação intrínseca entre biologia, personalidade e comportamento; e a responsabilização da natureza pelas constantes sociais; entretanto, considera que dados biológicos e fatores de personalidade e comportamento coexistam, assim como, sustenta a ideia de que constantes sociais não são imutáveis, podem ser transformadas. (NICHOLSON, 2000).

O fundacionalismo biológico, para Nicholson (2000) funciona como uma espécie de “porta-casacos” e o corpo representa o cabide, em que vão se depositando artefatos, que podem ser interpretados como a personalidade e comportamento. Essa noção, segundo a autora, pode ser equivocada por fazer generalizações para todas as sociedades humanas com base em um único fator em comum, a “identidade sexual”, representando desta maneira “[...] obstáculos à verdadeira compreensão de diferenças entre mulheres, diferenças entre homens e diferenças em relação a quem pode ser considerado homem ou mulher” (NICHOLSON, 2000, p. 13). Desta forma, Nicholson (2000) considera que:

Em resumo, o feminismo precisa abandonar o fundacionalismo biológico junto com o determinismo biológico. Defendo que a população humana difere, dentro de si mesma, não só em termos das expectativas sociais

sobre como pensamos, sentimos e agimos; há também diferenças nos modos como entendemos o corpo. Consequentemente, precisamos entender as variações sociais na distinção masculino/feminino como relacionadas a diferenças que vão "até o fundo" — aquelas diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao "gênero" (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo. (NICHOLSON, 2000, p. 14).

O fundacionalismo biológico, consagrado entre as teóricas feministas radicais da segunda fase do feminismo nos anos 1970, buscava negar o determinismo biológico postulando as semelhanças entre as mulheres e as diferenças dessas em relação aos homens, sendo, por conseguinte, conhecido como "feminismo da diferença". Contudo, este mesmo pensamento, de acordo com Nicholson (2000), perpetuava alguns dos princípios do determinismo biológico, haja vista, a noção generalista da existência de aspectos comuns a várias culturas vinculadas ao sexo biológico. Portanto, a autora observa que: "A questão que o feminismo enfrenta hoje é se podemos ou não gerar novas noções de gênero que retenham o que foi positivo num "feminismo da diferença" e eliminem o que foi negativo" (NICHOLSON, 2000, p. 33).

Nesse sentido, os avanços a partir do que já foi perpetuado pelo "feminismo da diferença" até então, devem, segundo Nicholson (2000), estar orientados tanto na fundamentação histórica dos padrões encontrados, quanto no olhar atento para identificação de situações onde esses padrões não são seguidos. Desta maneira, a autora sugere: "a substituição de propostas sobre mulheres como tais, ou até sobre mulheres nas "sociedades patriarcais", por propostas sobre mulheres em contextos específicos" (NICHOLSON, 2000, p. 34).

Abordando as origens do surgimento do conceito de gênero, Saffioti (2004) aponta que, o mesmo remonta os anos de 1968, e foi citado primeiramente por um homem, Robert Stoller, sendo difundido, posteriormente, por uma mulher, nos estudos de Gayle Rubin, nos anos de 1975. No contexto brasileiro, Saffioti (2004, p. 109) explica que: "O conceito de gênero, no Brasil, alastrou-se rapidamente na década de 1990. Já no fim dos anos 1980, circulava a cópia xerox do artigo de Joan Scott (1983, 1988). Traduzido em 1990, no Brasil, difundiu-se rápida e extensamente".

Estudando, especificamente sobre gênero como uma categoria histórica de análise, Scott (1995) divide as principais posições teóricas utilizadas por

historiadores/as feministas, em três categorias distintas, quais sejam: os defensores das teorias do patriarcado; os estudiosos com base marxista; e, os adeptos da teoria psicanalítica, os quais se dividem entre as escolas anglo-americanas e francesas. Com base no entendimento das contribuições e limitações de cada categoria, Scott (1995) apresenta sua análise crítica e orienta:

Temos necessidade de uma rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binária, de uma historicização e de uma desconstrução genuínas dos termos da diferença sexual. Devemos nos tornar mais auto-conscientes da distinção entre nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar. Devemos encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica. (SCOTT, 1995, p 84).

Na intenção de esclarecer os usos descritivos do conceito de gênero, Scott (1995), em seu estudo intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, traz uma definição para o termo, o qual, posteriormente, viria a ser disseminado e amplamente utilizado nos estudos sobre o tema. A autora define o termo gênero da seguinte forma: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Além disso, com base na primeira afirmação, a autora destaca que o gênero implica quatro elementos inter-relacionados – elementos esses, que não operam uns sem os outros, mesmo que não funcionem todos simultaneamente -, quais sejam: (1) os símbolos culturais, que trazem representações contraditórias e dicotômicas; (2) os conceitos normativos, que dizem respeito às interpretações dos símbolos, e expressam o significado do que é ser homem e mulher; (3) as organizações e instituições modernas, que trazem consigo a incumbência de modificar tais noções construídas na representação binária do gênero; e, por fim, (4) as identidades subjetivas, que são construídas por processo de aprendizagem. (SCOTT, 1995).

Um ponto importante a ser mencionado quando a discussão de gênero é abordada, se refere ao questionamento de uma possível mudança no sentido da busca pela igualdade e da mitigação das desigualdades de gênero. Nesse sentido, Scott (1995) se posiciona afirmando que as mudanças podem ocorrer a partir de esferas diversas, tais como, por meio de revoltas políticas, crises demográficas, padrões cambiantes de emprego e a emergência de novos tipos de símbolos

culturais; entretanto, a autora alerta para o risco de esses mesmos meios de promoção de mudança, servirem para perpetuar noções antigas de gênero (como em muitas experiências anteriores já fizeram).

Saffioti (2004, p. 58), ao abordar a temática gênero aponta que: “Entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero”. Entretanto, para a autora, faz-se necessário eliminar o uso exclusivo da categoria gênero nos estudos, em função do seu caráter pretensamente neutro. Nesse contexto, a autora postula o uso da categoria patriarcado, sendo este um caso específico das relações de gênero. Para Saffioti (2004), diferentemente do conceito de gênero, o patriarcado deixa evidente o vetor de dominação-exploração dos homens em relação às mulheres, e isso ocorre justamente em função das desigualdades de gênero, ou seja, com fundamento nas construções sociais do que é entendido como masculino e feminino, as relações entre homens e mulheres são hierarquizadas, com a prevalência da primazia masculina. (SAFFIOTI, 2004).

Uma das contribuições no sentido de elucidar a semântica da palavra patriarcado, seus usos e transformações ao longo do tempo é aportada por Christine Delphy (2009), em sua participação no livro “Dicionário Crítico do Feminismo”. No que diz respeito à história semântica da palavra, a autora aponta que “‘patriarcado’ vem da combinação da palavra grega pater (pai) e arkhe (comando e origem)” (DELPHY, 2009, p. 174). A conotação de autoridade, de acordo com Delphy, está explícita não só na raiz da palavra, quando se refere à ideia de “comando”, mas, também quando se refere ao termo “pai”, visto que este é sempre o primeiro em relação a sua linhagem; e, além disso, “pater” denotava naquela época, um sentido diferente do contemporâneo, estando, também, vinculado a ideia de autoridade e domínio. Existindo, dessa forma, para a autora, uma tripla noção de autoridade na raiz do termo patriarcado.

Em relação aos usos e as transformações do emprego do termo, Delphy (2009) esclarece que, houve ainda, outros dois sentidos históricos atribuídos ao patriarcado. O segundo sentido histórico é cunhado por São Morgan e Bachofen, que, de acordo com a autora, estava relacionado a um direito materno que fora substituído pelo direito paterno. Esse sentido foi amplamente utilizado até os anos 1970, momento em que surge o terceiro sentido para uso da palavra, ou seja, o

sentido feminista contemporâneo atribuído à Kate Millet em *Sexual Politics* (1971). Apesar de alguns movimentos apresentarem objeções, Delphy (2009, p. 175) esclarece que: “O sentido dado pelas feministas prevaleceu, e é compreendido que a palavra designa a dominação dos homens, quer sejam eles pais biológicos ou não”.

Tratando mais especificamente da conceituação, Delphy (2009, p. 173), define patriarcado como: “uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda mais simplesmente o poder é dos homens”. Ele é assim, quase sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres. No entanto, a autora frisa que esses dois últimos termos denotam um sistema de relações individuais, o que não acontece no conceito de patriarcado, o qual representa um sistema muito mais complexo.

Corroborando com esta ideia, Saffioti (2004) argumenta que, o conceito de patriarcado abarca “dominação masculina”, e outras expressões de uma só vez, “[...] além de trazer estampada de forma muito clara a força da instituição, de uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar, e, abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente” (SAFFIOTI, 2004, p. 100). Inclusive, a autora ressalta que, esse sistema opera sem, muitas vezes, precisar da figura física do homem para que se movimente, sendo, frequentemente, acionado pelas próprias mulheres contra suas semelhantes. (SAFFIOTI, 2004).

Ainda que haja uma maior noção de abrangência no conceito de patriarcado do que em relação ao uso de termos com conotações mais individuais, conforme aponta Delphy (2009) aponta que existe por parte de alguns autores, objeções no uso desse conceito. A autora afirma que: “pode-se reprová-lo por universalizar uma forma de dominação masculina situada no tempo ou no espaço; ou então correr o risco de cair na falha inversa, de ser trans-histórico e transgeográfico” (DELPHY, 2009, p. 177). No entanto, Delphy (2009) orienta que não há necessidade de situar o termo patriarcado no tempo e no espaço, no caso do mesmo ser utilizado de forma descritiva.

Outras objeções existentes no uso do termo patriarcado também são apontadas por Saffioti (2004), a qual observa que a grande crítica a este conceito se encontra no fato de ele subentender uma relação de hierarquia de mão única, ou seja, dos homens em relação às mulheres, não englobando outras formas de

relações de poder. Entretanto, conforme a autora argumenta, patriarcado “[...] como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2004, p. 44).

Realizando uma reflexão acerca dos motivos existentes para se utilizar o termo patriarcado, Saffioti (2004) aborda alguns aspectos, sendo que o primeiro diz respeito ao caráter das relações estabelecidas entre homens e mulheres, as quais ela afirma não serem privadas, mas civis. Em seguida, a autora pontua que o sistema do patriarcado dá direitos sexuais aos homens em relação às mulheres; caracteriza uma forma hierárquica de relação presente em todas as esferas da sociedade; está ancorada em uma base material; tem forma concreta; e por fim, representa uma estrutura de poder fundamentada na ideologia e violência. (SAFFIOTI, 2004).

Em seu estudo sobre o feminismo materialista⁶, o paradigma da interseccionalidade⁷ e as relações entre trabalho e gênero, Helena Hirata (2018) parte da perspectiva de patriarcado descrita por Delphy (2009) anteriormente citada, e utiliza também o conceito de capitalismo patriarcal, visto que, para ela “não existe uma formação social “patriarcado”, separado do “capitalismo” (HIRATA, 2018, p. 16); e este conceito denota as relações de complementaridade entre capitalismo e patriarcado com vistas à exploração e dominação das mulheres. Corroborando com essa ideia, Helena Hirata e Danièle Kergoat, no texto intitulado “A classe operária tem dois sexos”, datado de 1994, trazem a ideia de que “não é só em casa que se é oprimida nem só na fábrica que se é explorado (a)!” (HIRATA; KERGOAT, 1994, p. 96).

No mesmo sentido, Saffioti (2004, p. 130) afirma que “Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração. ” Para a autora, as mulheres, no contexto do capitalismo, sofreram das mesmas desvantagens que já padeciam anteriormente, ocupando uma posição inferior nas cadeias produtivas, frequentemente, vinculadas aos setores terceirizados ou quarteirizados. A autora

⁶ O feminismo materialista é ao mesmo tempo uma teoria e uma prática que tem o trabalho como central em sua materialidade e enquanto prática social, e se interessa pelas relações de poder, exploração, opressão, e dominação entre homens e mulheres. (HIRATA, 2018).

⁷ A interseccionalidade é entendida por Hirata (2018) como uma teoria que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por meio de uma abordagem integrada, apontando para a imbricação de gênero/sexualidade, raça e classe.

apreende, desta maneira, que: “Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas” (SAFFIOTI, 2004, p. 129).

Apesar da produção capitalista se diferenciar da produção agrícola - modo de produção abordada no presente estudo -, é fundamental trazer o debate das implicações da forma de organização socioeconômica capitalista nesse contexto, visto que mesmo apresentando diferenças, ambos os modos de produção se articulam em alguns pontos, por exemplo, no âmbito das desigualdades de gênero. Além disso, conforme abordado anteriormente, os/as agricultores/as familiares contemporâneos estão adaptados aos novos contextos econômicos e sociais e inseridos/as nos ciclos econômicos modernos, interagindo, frequentemente, com o mercado, o qual está ancorado numa economia capitalista.

Nesse sentido o conceito de divisão sexual do trabalho pode nos ajudar a compreender as dinâmicas que ocorrem entre homens e mulheres e que definem suas posições nas sociedades. Hirata e Kergoat (2007), ao estudarem sobre as novas configurações da divisão sexual do trabalho elucidam o conceito, as aplicações e as origens do termo “divisão sexual do trabalho”. Para as autoras, na França, o conceito de divisão sexual do trabalho age em dois sentidos: “[...] estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Apesar dessas duas formas de abordar a divisão sexual do trabalho coexistirem, e da importância da análise sociográfica para as pesquisas sobre o tema, as autoras esclarecem que se identificam com a segunda forma de pensar a divisão sexual do trabalho nas sociedades, ou seja, buscam remontar as origens das desigualdades e compreender o processo que dá origem a elas. (HIRATA; KERGOAT, 2007). Danièle Kergoat (2009), em seu texto que trata, especificamente, da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo, deixa evidente que: “[...] falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular a descrição do real com uma reflexão

sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades” (KERGOAT, 2009, p.72).

Nesse sentido, se faz necessário a articulação da categoria de gênero com a categoria divisão sexual do trabalho, em vistas de compreender mais detalhadamente as formas pelas quais as desigualdades de gênero se desdobram na materialidade, neste caso, por meio da divisão do trabalho por sexos. A partir disso, apenas reconhecer que existem desigualdades pautadas nas diferenças percebidas entre homens e mulheres não é suficiente, é preciso apreender as formas pelas quais essas diferenças são construídas socialmente e se materializam na hierarquização e divisão das atividades laborais, atribuindo às atividades consideradas como masculinas maior valor e reconhecimento em detrimento das atividades classificadas como femininas.

Acerca do surgimento do conceito de divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007) ressaltam que a percepção coletiva que uniu o movimento de mulheres - a qual girava em torno do questionamento de todo o trabalho doméstico gratuito, invisível, não reconhecido, realizado por elas em prol da sua suposta natureza feminina -, gerou interesse nos estudiosos das ciências sociais, os quais realizaram as primeiras pesquisas relacionadas a essa temática. Com o estímulo do movimento feminista e dos seus questionamentos sobre a posição social do trabalho doméstico realizado pelas mulheres, o conceito de divisão sexual do trabalho teve suas bases teóricas estabelecidas na França, nos anos 1970. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) esclarecem que, a divisão sexual do trabalho, que denotava inicialmente a articulação das esferas doméstica e profissional, abriu caminhos para que se pensasse essas relações em um outro patamar, ou seja, por meio das “relações sociais de sexo”. ” (HIRATA; KERGOAT, 2007). Acerca do surgimento desse novo conceito, Delphy (2009) aponta que, ele está intrinsecamente associado à rejeição das sociólogas feministas francesas em usar expressões importadas de outro idioma, as quais elaboraram termos tais como “relações sociais de sexo”, que são específicos da língua francesa e impossíveis de serem traduzidos de forma literal para outro idioma.

A problemática das especificidades da linguagem, também é abordada por Kergoat (2009), a qual esclarece que, justamente, em função do idioma francês,

o conteúdo do termo “relações sociais de sexo” é controverso. A autora explica que em francês existem dois termos possíveis de serem utilizados para a palavra relação, quais sejam: *rapport* no sentido de tensões antagônicas acerca, especificamente, da questão da divisão sexual do trabalho; e *relations*, que designa as relações concretas. Sendo, desta forma, possível observar formas sociais que são: “[...] ao mesmo tempo expressão das relações (*rapports*) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social” (KERGOAT, 2009, p. 72, grifo da autora).

As relações sociais de sexo, de acordo com Kergoat (2009) apresentam algumas características específicas, quais sejam: o caráter de relação antagônica entre os grupos de sexo; as diferenças constatadas entre as atividades realizadas por cada grupo são construções sociais, e não provenientes de uma causalidade biológica; essa construção social tem uma base material (a divisão de trabalho concreta); se baseiam fundamentalmente numa relação hierárquica e de poder; essa relação social se encontra em todas as sociedades conhecidas; além disso, é estruturante para o conjunto do campo social e transversal à totalidade desse campo; e, por fim, à essa transversalidade, dever ser somada a consubstancialidade⁸ das relações sociais.

Especificamente, em relação ao antagonismo entre os grupos sociais de homens e mulheres, Kergoat (2009) esclarece que este, é fundamentado na tensão que atravessa o campo social, sendo que: “Esses grupos estão em tensão permanente em torno de uma questão: o trabalho e suas divisões. ” (KERGOAT, 2009, p. 71). A divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos, segundo Hirata e Kergoat (2007), se concretiza por meio da divisão sexual do trabalho, a qual atribui às atividades consideradas masculinas, realizadas pelos homens, no âmbito produtivo e público, maior importância e valor adicionado.

⁸ Por consubstancialidade se entende a interpenetração constante e indissociável das relações sociais. O termo consubstancialidade se aproxima teoricamente do termo interseccionalidade no sentido de buscar não priorizar determinadas formas de opressão. Entretanto, na interseccionalidade há uma maior ênfase na imbricação raça e gênero, com a possibilidade de outras dimensões serem consideradas, tais como, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual; enquanto na consubstancialidade, procura-se trabalhar as intersecções gênero e classe social, concedendo igual importância às relações sociais de sexo, de classe e de raça. (HIRATA, 2018).

Consequentemente, esse mesmo sistema restringe as mulheres à esfera reprodutiva e ao ambiente privado e doméstico.

A naturalização das profissões segmentadas por sexos é abordada por Elisabeth Souza-Lobo (1991), a qual aponta que de uma forma genérica, pode-se pensar que a masculinização ou feminização de determinadas profissões ou tarefas se configura de forma natural, baseada no pressuposto de que: homens fazem trabalhos que exigem força, enquanto as mulheres executam atividades que reproduzem tarefas domésticas e que necessitem de suas habilidades consideradas inatas. No entanto, mais do que a extensão dessas tarefas, são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social.

Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007, p. 599) elucidam os princípios da divisão sexual do trabalho, afirmando que: “[...] essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”. Com base nesses princípios, as autoras observam que essa forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos que se concretiza por meio da divisão sexual do trabalho é um fator essencial para a manutenção da relação social entre os sexos.

Nesse sentido, esclarecendo o caráter indissociável acerca da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo, Kergoat (2009, p. 67) esclarece que:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho.

Diante disso, cabe ressaltar, a articulação desse pensamento com a categoria gênero, que conforme evidenciado anteriormente, o gênero não pode ser reduzido ao sexo biológico, sendo o mesmo, resultado das construções sociais. Assim sendo, a divisão sexual do trabalho pode ser analisada como um dos efeitos

das desigualdades de gênero. A partir dessa ideia, Kergoat (2009, p. 68) argumenta que: “a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuais são construções sociais, elas mesmas resultado de relações sociais”.

Por outro lado, Saffioti (2004) defende que as categorias de patriarcado e gênero sejam utilizadas de forma articulada, sendo: gênero como uma categoria geral, que serve para explicar as relações de poder entre mulheres e homens, presente em toda a história da humanidade; e, patriarcado, como uma categoria específica, datada, e que fornece meios para compreender esse determinado período da história, onde se implantou uma hierarquia em que homens detêm o poder, e o utilizam por meio do regime da dominação-exploração das mulheres.

Nesse sentido, Delphy (2009) argumenta que apesar determinados termos, tais como, “patriarcado”, “gênero”, ou “sistema de gênero”, “relações sociais de sexo” ou “relações sociais de gênero” não terem um só sentido, nem mesmo uma conceituação em que todos os estudiosos compactuem, eles têm em comum “o fato de pretenderem descrever não atitudes individuais ou de setores precisos da vida social, mas um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais” (DELPHY, 2009, p. 178). Delphy (2009, p. 178) ainda ressalta que não existe regra na utilização dos termos acima citados, podendo “ser tanto opostos, como tomados como sinônimos, ou ainda como complementares, cada um deles, quando são todos utilizados, esclarecendo e enfatizando de modos um pouco diferentes o mesmo fenômeno”.

Sendo assim, os conceitos até aqui explanados, embasados nas teorias mais destacadas de cada segmento, naturalmente, apresentam pontos de convergência e de divergência entre si. Desta maneira, a ideia aqui desenvolvida, se dá no sentido de aliar as categorias de pensamento para tentar explicar um fenômeno social que envolve processos complexos da sociedade, ao invés de utilizar apenas uma categoria isoladamente ou de tentar substituir um conceito pelo outro.

2.2.1 As desigualdades de gênero na agricultura familiar

Trazendo para o contexto da presente pesquisa, as categorias previamente explanadas serão mobilizadas para buscar compreender a posição das

mulheres no meio rural, especificamente, no âmbito da agricultura familiar. No meio rural, as desigualdades de gênero são contundentes, a divisão sexual do trabalho é marcada, relegando às mulheres os trabalhos domésticos e de cuidados realizados no âmbito privado e com menor reconhecimento social. Os valores tradicionais do patriarcado, que consideram as mulheres como sujeitos inferiores, são contundentes no meio rural, sendo que, de modo geral, é percebido nesse contexto uma forte resistência ao exercício da emancipação feminina, refletindo diretamente na falta de autonomia econômica e pessoal de grande parte das mulheres rurais.

Em seu estudo acerca das formas de inserção das mulheres na agricultura familiar e os processos de migração rural-urbana, Brumer (2004) observa que, de maneira geral, por realizarem suas atividades, majoritariamente, no espaço privado e no âmbito reprodutivo, as mulheres rurais têm seu trabalho considerado como algo intrínseco ao que socialmente se convencionou ser a sua natureza feminina e, quando realizam atividades de caráter produtivo, estas são consideradas como uma “ajuda”, mesmo quando realizam as mesmas atividades que os homens.

A autora ainda salienta outros fatores que contribuem para a marginalização das mulheres no meio rural, tais como, o fato do seu trabalho ser considerado “leve” comparado ao trabalho masculino; as implicações da invisibilidade do seu trabalho no âmbito privado; o pouco contato com o exterior à casa (como extensionistas, bancos, sindicatos, etc); além do fato de não serem, de maneira geral, autorizadas a manusear as tecnologias e administrar os recursos financeiros provenientes das atividades no estabelecimento familiar. (BRUMER, 2004.)

Cabe ressaltar que, a relatividade da utilização do termo “trabalho leve” para designação de determinadas atividades em contextos rurais foi estudada por Paulilo (2016), a qual observa que a aplicação do termo “trabalho leve” está mais relacionada com o sexo de quem realiza a atividade e sua posição hierárquica no arranjo familiar, do que com uma característica específica vinculada ao esforço físico demandado para realizar determinada atividade. Isto é, especificamente, trabalhos realizados por mulheres são considerados “leves” e, conseqüentemente, recebem baixa remuneração ou são realizados de forma gratuita, independentemente de qual seja a atividade realizada e do nível de desgaste físico demandado para tal.

Esta mesma forma de divisão é observada por Paulilo (2016) quando se trata da definição do que pode ser considerado trabalho produtivo ou trabalho doméstico, ou seja, a autora constata que é trabalho doméstico se determinada atividade é considerada atribuição feminina. Ademais, a autora explana, nesse sentido, a dificuldade de mobilizar os conceitos de trabalho produtivo e não produtivo, no sentido capitalista, na análise do trabalho familiar, em função da associação do trabalho produtivo apenas às atividades que produzem algum valor econômico. Corroborando com este pensamento, Hildete Pereira de Melo e Marta Castilho (2009), em seu estudo sobre a importância econômica do trabalho reprodutivo, observam que:

As condições de vida de mulheres e homens não são produtos de um destino biológico, mas, sim, fruto de construções sociais que têm como base material o trabalho e se exprimem através de uma divisão social do trabalho entre os sexos. Essa *divisão sexual do trabalho* reflete o fato que a maioria dos homens exerce suas atividades no mercado de trabalho capitalista (o chamado “trabalho produtivo”) e as mulheres dividem seu tempo “naturalmente” entre a produção de mercadorias fora de casa e a realização das tarefas domésticas relativas aos cuidados da família (o dito “trabalho reprodutivo”). (MELO; CASTILHO, 2009, p. 137, grifo da autora).

Assim sendo, Melo e Castilho (2009) apontam que, especificamente, na sociedade capitalista, atividades relativas ao bem-estar humano e às necessidades das pessoas não são mais organizadas através das relações de parentesco, mas tratadas numa esfera separada da vida social e mantêm íntima relação com a situação de inferioridade da mulher no mundo atual. Além disso, as autoras destacam que a confusão relacionada à vinculação dos termos “produção” com “produção de mercadorias” e “trabalho” com “emprego”, levou a associação direta entre atividade masculina e a produção mercantil, e a atividade familiar doméstica à atividade feminina, evidenciando a invisibilidade do trabalho feminino no âmbito da sociedade capitalista.

A associação entre o trabalho feminino e trabalho doméstico e de cuidados, segundo Cristina Carrasco, Cristina Borderías e Teresa Torns (2011) está normatizada há muito tempo, e muito disso se atribui ao pressuposto de que a execução dessas atividades requer o cuidado com o outro, o afeto, e a doação, consideradas como características femininas. Entretanto, esta é uma visão que parte essencialmente de uma sociedade com valores baseados no patriarcado, que

desvaloriza um trabalho simplesmente por ser identificado como feminino e/ou realizado por mulheres.

Mesmo com os recentes avanços na sociedade - entre estes, destaca-se a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e o maior acesso à escolaridade feminina, os quais provocaram mudanças estruturais no interior dos arranjos familiares -, Melo e Castilho (2009) observam que pouco se progrediu, especialmente no campo teórico, em relação à questão da invisibilidade do trabalho reprodutivo (realizado, majoritariamente, pelas mulheres), sendo observado notoriamente, a ênfase em estudos relacionados à produção mercantil de bens e serviços.

Em relação à situação do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres rurais, o estudo realizado por Melo e Castilho (2009) identificou com base em dados da PNAD/IBGE⁹, que as trabalhadoras agrícolas são o grupo ocupacional feminino que mais executa tarefas domésticas, as quais declararam dedicar 25,04 horas médias semanais aos afazeres domésticos (dados relativos ao pessoal ocupado com 10 anos ou mais), sendo que as horas médias semanais entre as mulheres em geral é de 20,84 horas. Os homens trabalhadores agrícolas declararam dedicar apenas 9,83 horas médias semanais para execução de atividades domésticas, ou seja, 2,67 vezes a menos do que as mulheres trabalhadoras agrícolas declararam, conformando a mais elevada diferença entre sexos dentre todas as categorias ocupacionais analisadas. (MELO; CASTILHO, 2009).

Outra informação relativa ao contexto rural se refere aos dados analisados em relação à distribuição setorial das pessoas ocupadas que declararam realizar afazeres domésticos, em que a categoria ocupada pelas mulheres rurais, tem o maior percentual entre todos os grupos analisados: 98% das mulheres trabalhadoras rurais declararam ter obrigações domésticas. A média geral identificada entre as mulheres que declararam realizar afazeres domésticos foi de 91,4%, enquanto a média geral masculina foi de 51,4%, sendo que o percentual dos homens trabalhadores rurais foi abaixo da média geral masculina, conformando 48,9% de declarantes. (MELO; CASTILHO, 2009).

⁹ PNAD/IBGE, de acordo com Melo e Castilho (2009), é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que desde o ano de 2001 investiga o número de horas que a população dedica para a execução de afazeres domésticos e/ou trabalho reprodutivo.

Refletindo sobre a invisibilidade do trabalho feminino em contextos rurais, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro (2007) apresenta contribuições no sentido de elucidar as desigualdades de gênero presentes no meio rural, especialmente, acerca da execução dos trabalhos domésticos e de cuidados. A autora relata que, diferentemente dos homens, que em grande medida se dedicam exclusivamente ao trabalho considerado produtivo, o cotidiano das mulheres rurais é caracterizado por uma série de distintas modalidades de trabalho, que vão desde a realização dos serviços domésticos ao trabalho agrícola. Em relação aos serviços domésticos, estes não se referem somente aos cuidados com o lar, mas também ao cuidado com os demais membros do arranjo familiar que necessitem de amparo, tais como as crianças e idosos; e, além disso, em determinadas regiões, devido as condições precárias de infraestrutura básica no meio rural, cabe às mulheres e crianças a tarefa de percorrerem grandes distâncias em busca de água e lenha.

As complicações vivenciadas, particularmente, pelas mulheres rurais, relativas às dificuldades estruturais específicas presentes no meio rural são estudadas por Siliprandi e Cintrão (2015), as quais destacam, que além das dificuldades geradas em razão da falta de água encanada e energia elétrica – como por exemplo, o aumento do grau de complexidade para realizar tarefas simples, e a propensão a adquirir sérios problemas de saúde em virtude da baixa qualidade da água coletada, o que, mais uma vez, sobrecarrega as mulheres, que são as principais responsáveis pelos cuidados com os doentes na casa - a precariedade e até mesmo a ausência de estradas, escolas, postos de saúde e dificuldade de acesso a políticas públicas são situações comuns no meio rural brasileiro.

A falta de acesso às políticas públicas por parte das mulheres rurais, segundo Cordeiro (2007), caracteriza uma das grandes barreiras que impede o reconhecimento dessas mulheres como agricultoras familiares. A autora também menciona outros entraves que dificultam esse reconhecimento, tais como a dificuldade de acesso à posse das terras e restrições na administração do estabelecimento rural, que se mantém nas mãos dos homens, considerados os chefes do arranjo familiar; além de todas as dificuldades relacionadas à obtenção de crédito, capacitação e acesso às novas tecnologias.

As restrições que as mulheres rurais têm relativas à administração do estabelecimento e dos bens também é citada por Siliprandi (2011), a qual destaca

que essa falta de autonomia acarreta o não acesso a renda monetária por parte das mulheres rurais, as quais ficam, por muitas vezes, sujeitas a vontade do marido em atender suas solicitações, inclusive para compras rotineiras e de manutenção do lar. Essa falta de acesso ao capital não restringe apenas a sua autonomia econômica, mas também, as impede em muitas situações de exercer plenamente seus direitos sociais e políticos. (SILIPRANDI, 2011).

Alguns estudos apontam que pelo fato do trabalho feminino na agricultura familiar ser desvalorizado e invisibilizado de diversas formas, e por este trabalho ser, frequentemente, considerado uma ajuda, nem mesmo as mulheres se percebem como trabalhadoras rurais. Isso recai diretamente sobre os dados estatísticos que são coletados no meio rural, os quais apresentam um número muito baixo de trabalhadoras que se autodeclaram agricultoras familiares. Entretanto, tal situação não revela a realidade dos fatos, pelo contrário, apenas reflete a distorção e os efeitos causados pelas desigualdades de gênero. (HEREDIA; CINTRÃO, 2006; SILIPRANDI, 2011).

Estudando, especificamente, o contexto das mulheres rurais, Paulilo (2016) aponta que a negação de direitos às mulheres se torna evidente na conquista do direito ao acesso à terra, que não representou uma mudança significativa nem nas práticas de divisão de terras entre filhos e filhas de forma mais igualitária, nem na autonomia das mulheres rurais proprietárias de terras que, ainda hoje, encontram dificuldades para tomar decisões relativas aos estabelecimentos rurais sem o endosso do marido. Nem mesmo medidas legais instituindo a obrigatoriedade de um percentual de representatividade feminina nas políticas públicas para a agricultura familiar foram capazes de mudar este quadro e fazer com que a participação deste grupo fosse maior.

A exclusão dos direitos femininos também é constatada na previdência rural, onde as mulheres são estatisticamente mais excluídas que os homens da aposentadoria por idade e por invalidez, além de esperarem por mais tempo e terem mais dificuldades que eles para a concessão dos benefícios. Paulilo (2016, p. 192) afirma que: “a desvalorização das múltiplas tarefas femininas nas estatísticas oficiais – daí a expressão ‘trabalho invisível’ – é um reflexo da desvalorização que perpassa toda a sociedade e suas principais instituições, incluindo a família. ”

Dessa maneira, podemos apreender por meio da literatura especializada na temática que, apesar da participação feminina ser essencial para reprodução física e social do estabelecimento familiar rural, o trabalho feminino na agricultura familiar ainda é percebido como uma atividade secundária e marginal, frequentemente vinculado à perspectiva do determinismo biológico, em que as mulheres realizam funções domésticas consideradas como femininas, de caráter reprodutivo e no espaço privado, e mesmo quando realizam trabalhos considerados produtivos, estes são vistos como uma “ajuda” e como trabalhos “leves”. Estas persistentes desigualdades de gênero podem fazer com que a contribuição feminina no meio rural seja invisibilizada e seu trabalho seja desvalorizado financeiramente e socialmente.

3 O COOPERATIVISMO E A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Em consonância com os objetivos desta dissertação, neste capítulo são abordados alguns aspectos da trajetória do cooperativismo mundial e brasileiro, de modo a ressaltar a participação feminina na construção dessa trajetória. Além disso, são apresentadas características do cooperativismo descentralizado e a participação das mulheres rurais nesse segmento. Por fim, as políticas públicas são abordadas a partir da perspectiva das mulheres rurais.

3.1 O COOPERATIVISMO NO MUNDO E A PARTICIPAÇÃO FEMININA

O ato de cooperar pode ser percebido como um artifício da humanidade para a sobrevivência e a reprodução da espécie, tendo em vista que, segundo Daniel Rech (2000), é possível observar formas de organizações cooperativas nas mais diversas sociedades, tendo como aspecto comum entre todas elas, propostas de formas expressivas de solidariedade e cooperação no trabalho e na vida em geral. Contudo, foi somente no século XIX que, segundo o autor, as cooperativas se consolidaram no modelo que conhecemos contemporaneamente. (RECH, 2000).

A definição do termo cooperação é destacada por Diva Benevides Pinho (2004, p. 116, grifo da autora), a qual aponta a origem da palavra como sendo “Do latim *cooperatio*, ação de cooperar. Etimologicamente, significa a prestação de auxílio para um fim comum”. Proveniente da ideia da união de esforços para alcance de um objetivo coletivo, o cooperativismo como forma de sistema de cooperação econômica surge, de acordo com Sandra Mayrink Veiga e Isaque Fonseca (2001), na mesma época em que se consolida o sistema capitalista, entretanto, o cooperativismo se apresenta como uma das formas alternativas de se pensar a produção e o trabalho próprios do capitalismo, bem como de superar suas mazelas.

O cooperativismo se constitui, segundo Pinho (2004), na doutrina que fundamenta as bases teóricas para as realizações cooperativistas, a qual visa a correção social por meio das instituições que constituem o cooperativismo. Corroborando com esse pensamento, Veiga e Fonseca (2001) percebem o cooperativismo como uma filosofia que busca, por meio de suas ações concretas e de seus princípios a construção de uma sociedade mais equitativa, participativa,

democrática e sustentável. Sendo assim, para os autores: “O cooperativismo é um sistema de ideias, valores e forma de organização da produção de bens e serviços e do consumo que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades socioeconômicas” (VEIGA; FONSECA, 2001, p. 18)

As cooperativas, como umas das formas concretas da doutrina do cooperativismo, são entendidas, por Pinho (2004), como grupos sociais conscientemente organizados, constituídas segundo estatutos previamente acordados entre todos os participantes, com o propósito de alcançar um objetivo em comum.

Uma definição técnica acerca do que significa o termo cooperativa é apresentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em sua recomendação 193, formulada durante a 90ª reunião da Conferência, realizada em Genebra (Suíça), em 03 de junho de 2002, a qual define cooperativa como: “associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações comuns, econômicas, sociais e culturais, por meio de empreendimento de propriedade comum e de gestão democrática” (OIT, 2002, p. 2).

Além de apresentar um caráter social e uma vocação essencial para a construção de uma nova ordem econômica, social e cultural, a cooperativa é também uma empresa, com objetivos econômicos, inserida no mercado global, o qual demanda eficiência e eficácia em suas operações. Essa dupla natureza, social e empresarial, é um grande desafio em que, o ponto de equilíbrio é essencial para o sucesso da cooperativa. (RECH, 2000; VEIGA E FONSECA, 2001). Corroborando com esse pensamento, Derli Schmidt e Vergílio Perius (2003, p. 67, grifo dos autores) destacam as operações realizadas pelas cooperativas, observando que existem duas faces: “uma para dentro, em operações com os associados, que se caracteriza como “ato cooperativo” na forma de prestação de serviço e, outra para fora, quando se trata de operações de natureza comercial e transacional com não-associados”.

Os autores ainda salientam a dimensão empresarial das cooperativas, afirmando que: “[...] toda cooperativa, além de ser uma associação, é, também, uma empresa a serviço de seus membros. É uma empresa peculiar, de propriedade dos associados, na qual devem atuar com participação e direitos específicos”

(SCHMIDT; PERIUS, 2003, p. 66). Entretanto, os autores ressaltam que as cooperativas se diferem das empresas de capital por não se apoiar em uma visão fundamentalmente individualista e competitiva, as quais tem como elemento central o capital, com baixa participação decisiva dos trabalhadores que dela fazem parte.

Nesse sentido, um dos valores mais destacados das cooperativas, segundo Schmidt e Perius (2003), é a atenção dada ao fator trabalho, o qual de forma alguma é ofuscado pelo capital, pelo lucro a qualquer preço, ou pelo sucesso individual. Esse fator remete às origens do cooperativismo, o qual tem seu surgimento marcado na primeira metade do século XIX como uma das formas de reação à precarização do trabalho dos artesãos em razão do crescimento sem precedentes do capitalismo industrial. (SINGER, 2002).

Na base do sistema capitalista, segundo Rech (2000), se encontra um aprofundamento do pensamento individualista na sociedade, com a busca desenfreada pela acumulação de riquezas e obtenção de benefícios próprios. Do ponto de vista capitalista, de acordo com o autor, as cooperativas, por meio das relações de solidariedade e do trabalho coletivo, viriam a atenuar as mazelas atribuídas ao próprio sistema capitalista. (RECH, 2000).

Inserido no contexto em que as consequências econômicas e sociais da Revolução Industrial ficavam mais latentes na sociedade, o pensamento cooperativo moderno surge no início do século XIX como um movimento de ideias, resultado de um trabalho realizado em diversos âmbitos, destacando-se a iniciativa dos próprios trabalhadores que se organizaram em cooperativas; a participação de algumas figuras políticas da época, especialmente alguns prefeitos de cidades europeias; assim como, os diversos pensadores provenientes da Europa Ocidental, que dedicaram seus estudos a pensar sobre o cooperativismo, formando a filosofia que embasa o movimento em todo o mundo. (VEIGA; FONSECA, 2001).

Dentre esses pensadores que contribuíram para formação do pensamento cooperativo, destacam-se os chamados socialistas utópicos, que segundo Rech (2000, p 10), “[...] entendiam a cooperativa como um dos caminhos para uma nova ordem econômica e social. O grande teórico desta linha de interpretação foi o inglês Robert Owen (que viveu de 1771 a 1858)”. Robert Owen, de acordo com Veiga e Fonseca (2001), era um industriário de New Lanark, que ficou conhecido por adotar uma série de medidas diferenciadas que propiciavam melhores condições de vida

para seus funcionários. Além disso, Owen tinha a ideia de fundar aldeias cooperativas, as quais chegaram a ser colocadas em prática em diversas partes do mundo, inclusive na antiga Palestina, sob forma de assentamentos coletivos judaicos. (VEIGA; FONSECA, 2001).

Ademais, segundo ressalta Paul Singer (2003), Owen não se limitou a escrever teorias, mas testou suas ideias, sendo que muitas delas foram retomadas posteriormente em outros contextos, tais como, o intercâmbio de mercadorias no Canadá, ressurgido em 1980; e, o movimento de comunas, que vêm se difundindo desde antes do século XIX e ainda hoje se mostra como um movimento em voga.

Alguns outros pensadores que apresentaram grandes contribuições para o pensamento cooperativista mundial são destacados por Veiga e Fonseca (2001), quais sejam: William King, médico idealizador da revista co-operator, que iniciou suas publicações no ano de 1828, e disseminava alguns princípios semelhantes aos utilizados pelos pioneiros de Rochdale; Charles Fourier, responsável pela ideia de falanstérios, publicou livros que apontavam os males do liberalismo e as benesses do associonismo; e, Charles Guide, economista francês, defensor da ideia do cooperativismo como novo sistema econômico. (VEIGA; FONSECA, 2001).

A partir das formulações criadas por esses e outros pensadores do cooperativismo, muitas experiências cooperativas foram implementadas no mundo todo. Entretanto, o marco do cooperativismo moderno se dá com a criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, no ano de 1844, na localidade de Beco do Sapo (Toad Lane) em Rochdale, Manchester, Inglaterra. Os pioneiros se uniram em um contexto de estratégia de sobrevivência após greves duradouras, e decidiram democraticamente pela realização de compras coletivas visando um melhor preço de aquisição dos produtos básicos. (VEIGA; FONSECA, 2001).

Este marco de fundação do cooperativismo moderno se constituiu, segundo Veiga e Fonseca (2001), na capacidade dos pioneiros de Rochdale, em conseguir operar no mercado com eficiência, ao mesmo tempo em que seguiam o conjunto de ideia e regras gerais que regulamentaram funcionamento do empreendimento, os quais tinham fundamento em princípios morais. (VEIGA; FONSECA, 2001). Corroborando com esta informação, Singer (2003) afirma que o que diferenciou a cooperativa de Rochdale foram os princípios adotados pelos participantes e a sua capacidade de convertê-los em práticas em comum. O autor

destaca que: “Os princípios de Rochdale definem com precisão o que é uma autêntica cooperativa autogestionária: igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativa” (SINGER, 2003, p. 119).

Apesar da experiência bem-sucedida, se comparada com as iniciativas efêmeras de pré-cooperativas, o cooperativismo dos pioneiros de Rochdale recebeu diversas críticas. Pinho (2004) destaca algumas dessas críticas, quais sejam: de origem marxista, a ideia de que as cooperativas seriam incapazes de promover alguma mudança substancial na sociedade, libertando os trabalhadores; críticas quanto ao conteúdo da doutrina romântica criada pela cooperativa de Rochdale, que daria a impressão de uma reforma da sociedade, sendo esta impossível de ser alcançada em sua plenitude; e, crítica quanto à sua estrutura democrática, pouco voltada para eficiência e eficácia exigida pelo mercado.

Nesse sentido, Singer (2003) salienta que ao mesmo tempo em que o cooperativismo de Rochdale deu início a uma expansão das cooperativas na Europa, há que considerar que muitas dessas iniciativas tinham mais semelhanças com empresas capitalistas do que de fato com cooperativas. Além disso, a própria cooperativa de Rochdale abandonou os últimos resquícios da participação operária em suas cooperativas de produção, segundo Singer (2003, p. 120), quando no ano de 1864, “[...] aboliram o “dividendo” e o direito dos trabalhadores de participarem do capital da cooperativa, que de fato se transformou em empresa convencional, com a peculiaridade de ser possuída por cooperadores”.

Contudo, é inegável a importância que os pioneiros de Rochdale tiveram na história do cooperativismo mundial, transformando este movimento social em um potente modo de produção. Corroborando com este pensamento, Singer (2003, p. 119) afirma que: “A cooperativa de Rochdale é considerada a “mãe das cooperativas”, pois seus princípios foram adotados por inúmeras cooperativas que foram criadas, não só na Inglaterra, mas nos demais países também”.

Os princípios que tornaram a cooperativa de Rochdale reconhecidamente a precursora do cooperativismo moderno, são baseadas, segundo Schmidt e Perius (2003, p. 63), “[...] nos valores de autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade”. Dentre esses valores, destacam-se os princípios ligados a igualdade e equidade, que para as minorias marginalizadas

podem representar uma oportunidade de se desvencilhar da exclusão social. Acerca dessa perspectiva, Singer e Souza (2000) afirmam que essas iniciativas representam para os/as trabalhadores/as marginalizados, especialmente, as mulheres e negros/as, vítimas da discriminação por gênero e raça – a possibilidade de conquistar a sua cidadania e a valorização do trabalho. Assim sendo, faz-se necessário compreender a participação feminina na construção desse importante movimento que pode se apresentar como um caminho para uma maior visibilidade das mulheres na sociedade por meio do seu trabalho.

3.1.1 A participação feminina em cooperativas

No que concerne às questões de gênero, não existem registros muito precisos acerca da participação das mulheres na construção do cooperativismo mundial. Entretanto, esse fato não se apresenta como uma novidade, visto que conforme discutido no capítulo anterior, a participação feminina tem sido constantemente ocultada da história da humanidade. (SAFFIOTI, 2004). Ainda que a sua participação não seja reconhecida, segundo Ioli Gewehr Wirth (2010) seria muito improvável que as mulheres não estivessem envolvidas nas primeiras experiências cooperativas, especialmente no momento da história em que surgem, no qual a 1ª Revolução Industrial cooptava a mão-de-obra das mulheres (notadamente as mais pobres) e a sua presença era massiva nas fábricas, isto é, no cenário em que emerge o movimento cooperativista.

Não obstante a falta de registros conclusivos quanto a participação feminina nos primórdios do movimento cooperativista, alguns autores citam a participação de Ann Tweedale, entre os 28 tecelões que compunham o grupo dos pioneiros de Rochdale. Todavia, não há consenso na literatura sobre esta informação.

No site oficial do museu dos pioneiros de Rochdale, mais especificamente na seção que trata do Arquivo Nacional de Cooperativas, há um setor que esclarece a participação das mulheres nas sociedades cooperativas através da trajetória do movimento e fornece informações acerca da suposta participação feminina na composição dos membros fundadores da cooperativa de Rochdale. De acordo com texto publicado no site, George Jacob Holyoake, militante do cooperativismo e

escritor do livro que trata da história dos pioneiros de Rochdale, publicado em 1857, forneceu um seu livro uma lista com os nomes dos participantes originais, e incluiu nele o nome de Ann Tweedale. Todavia, o site informa que Holyoake não forneceu nenhuma outra informação a respeito da mulher, e seu nome não consta em nenhum outro documento da cooperativa. Portanto, a referência a Ann Tweedale seria, segundo o site acima citado, uma tentativa por parte de Holyoake de disseminar o princípio da equidade, fomentando e encorajando a participação feminina na cooperativa. (BASKET, 2019).

Oficialmente, segundo o site supracitado, a primeira mulher membro da cooperativa foi Eliza Brierley, uma tecelã que morava em Rochdale e, no ano de 1846, se associou a cooperativa, que já estava em funcionamento há 16 meses. A participação das mulheres na vida pública naquela época era incomum, porém, no caso dos pioneiros de Rochdale, além de homens e mulheres serem iguais perante as suas regras, diversas pautas dos direitos femininos – tais como o direito ao voto e a propriedade das mulheres casadas - foram pleiteadas pelo grupo perante a sociedade naquela época. (BASKET, 2019).

Eliza Brierley é citada em uma declaração para o dia internacional da mulher, no ano de 2018, pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) - órgão representativo das cooperativas do mundo inteiro, criado no ano de 1895, sediado atualmente em Genebra (Suíça) e que, segundo Pinho (2004), reúne ao mesmo tempo, objetivos idealistas e pragmáticos. A ACI, por meio da declaração, ressaltou o pioneirismo da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, particularmente, acerca da participação de mulheres como membros da organização, destacando especialmente, a importância que exerceu Eliza Brierley, como primeira participante mulher a tornar-se membro efetivo da cooperativa, encorajando outras mulheres a fazerem parte do movimento e promovendo, conseqüentemente, a transformação de muitas vidas. (ZEA, 2018)

Ao longo dos anos, a adesão de mulheres nas sociedades cooperativas foi crescendo e, como resultado deste movimento, no ano de 1882, Alice Acland começou a escrever artigos para o jornal “Co-operative News”, os quais vieram a se transformar posteriormente, na seção “Woman’s Corner”, famosa por encorajar mulheres a serem mais ativas e participativas na vida pública. A partir das ideias instigadas pelas publicações no jornal, no final do ano de 1883 foi concretizada a

ideia da criação de uma liga das mulheres para a disseminação do cooperativismo, a qual seria nomeada no ano seguinte de “Women’s Co-operative Guild” (Liga Cooperativa de Mulheres) ou abreviadamente WCG, e renomeada em 1963 de “Co-operative Women’s Guild (Liga das Mulheres Cooperativistas)”, para dar ênfase na ideia de união por meio da cooperação. Com a sua disseminação por meio de filiais, essa organização ficou rapidamente conhecida por lutar pelos direitos das mulheres, realizando campanhas e desenvolvendo as capacidades de seus membros para participarem da vida pública. (BASKET, 2019).

Estudando a função internacional da “Co-operative Women’s Guild” e, mais particularmente, suas atividades para a paz mundial, Naomi Black (1984) relembra que por ser um movimento inicialmente influenciado pelo socialismo, a ideia fundamental na fundação da cooperativa de Rochdale seria a criação de uma comunidade cooperativa, em que a produção para uso seria o princípio norteador. A dinâmica instalada seria essencialmente uma ampliada união cooperativa, onde os consumidores, que também eram trabalhadores e produtores, possuiriam e geririam todas as instalações. Dada a função desta estrutura, o resultado foi que, na Inglaterra do século XIX, as mulheres foram cruciais para decisões sobre as filiações à cooperativa, pois foram elas que lidaram com as despesas dos arranjos familiares da classe trabalhadora em relação aos mantimentos e suprimentos domésticos. (BLACK, 1984).

É nesse sentido que, para a autora, o apoio das mulheres para o movimento cooperativo tornou-se imperativo. Sua principal função era educar outras mulheres sobre as vantagens do consumo cooperativo. Entretanto, Black (1984) ressalta que, apesar da loja original em Toad Lane ter sido criada e executada por homens e mulheres juntos e a participação igualitária por ambos os sexos estar prevista formalmente nos primeiros documentos do grupo, com o passar dos anos, as mulheres foram excluídas pela prática, mas nunca em princípio. Até mesmo a Liga das Mulheres, especialmente no início, teve o cuidado de distinguir entre os aspectos mais masculinos do movimento (destacando-se a dimensão financeira), e os mais femininos ou domésticos, em que a perícia das donas de casa seria relevante acerca de questões como a qualidade ou a atratividade de mercadorias.

É desta forma, que a autora observa que a questão central relacionada com o lugar da WCG dentro do movimento cooperativo tem sido a compreensão do

papel das mulheres como consumidoras e, ao mesmo tempo, questiona sobre o impacto desse papel no ativismo político. Em resumo, para Black (1984), a criação da Liga foi uma iniciativa das mulheres, entretanto, formulada para atender a uma situação criada por uma cooperativa formada por homens.

Cabe ressaltar, entretanto, que apesar das discussões do grupo estarem na sua maioria centrada em questões consideradas tipicamente femininas, as mulheres cooperativistas tiveram destaque e desempenharam uma importante função em relação às preocupações gerais do movimento cooperativo, particularmente, nos programas para a paz, formulados a partir da criação da “International Co-operative Women’s Guild - the Mothers’ International” (ICWG), no ano de 1921.

Nesse sentido, Black (1984, p. 471, tradução nossa)¹⁰ destaca: “Paz e prosperidade eram ambos domésticos e internacionais, então os mesmos argumentos que produziram o ativismo doméstico para as mulheres o produziram internacionalmente também”. Com isso, a autora salienta que, apesar do fortalecimento internacional da Liga das mulheres ser nitidamente uma estratégia para fortalecer o movimento cooperativista como um todo, esta foi uma tarefa que poucos movimentos de mulheres alcançaram no mundo todo.

Revelando um panorama mais recente acerca da Women's Cooperative Guild, Mariza Corrêa (2011) observa que a instituição mudou muito após a Segunda Guerra Mundial, pois embora tenha se tornado uma organização internacional e continuado sendo uma organização socialista e pacifista, não teve mais uma atuação como uma organização feminista. A autora esclarece que: “Em um de seus últimos congressos, diz-se que as mulheres estavam tricotando meias para refugiados e que deram um par ao prefeito da cidade onde o congresso foi realizado” (CORRÊA, 2011, p. 7).

Apesar disso, Corrêa (2011) ressalta que, no auge da sua atuação a Liga significou muito para os movimentos de luta e reivindicação dos direitos das mulheres, exercendo influência nas mudanças da legislação trabalhista, as quais resultaram na inclusão de um salário mínimo para as trabalhadoras no ano de 1912; pelas alterações das leis do divórcio; pelo direito de voto, conquistado em 1928; pelo

¹⁰ “Peace and prosperity were both domestic and international, so that the same arguments that produced domestic activism for women produced it internationally as well” (BLACK, 1984, p. 471).

aborto e para assistência pré-natal para todas as mulheres. (CORRÊA, 2011). Em suma, Corrêa (2011, p. 7) ressalta sobre a Liga: “Foi assim uma associação pioneira na luta pelos direitos das mulheres”. Cabe salientar que, de acordo com o site oficial da Liga, a instituição encerrou as suas atividades como uma organização nacional no ano de 2016. (CO-OPERATIVE WOMEN’S GUILD, 2019)

Outra organização ligada ao cooperativismo em âmbito internacional, que se destaca por compartilhar lutas vinculadas aos direitos das mulheres, entretanto, sem ter este tema como foco principal, é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que conforme mencionado anteriormente é responsável por organizar internacionalmente as cooperativas, valorizando a histórica união entre as mesmas (VEIGA; FONSECA, 2001). Cabe ressaltar que o Brasil se filiou à ACI somente no ano de 1989, quase um século após a sua criação. (MAPA, 2009).

No âmbito das questões de gênero, o relatório final do I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo, realizado em Brasília, no ano de 2009, revela que a ACI exerceu forte atuação na busca pela igualdade de gênero, especialmente, desde o ano de 1995, com a criação do Programa de Ação Regional para as mulheres da América Latina e do Caribe, abarcando áreas estratégicas para atender à crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. A partir do ano de 1996, a ACI estabeleceu, na Assembleia Geral realizada em San José da Costa Rica, a 1ª Plataforma Continental da Mulher Cooperativista, a qual visava uma maior participação das mulheres nas cooperativas, principalmente em áreas decisórias e cargos de liderança e, de forma geral “O compromisso era, a garantia da eliminação de subordinação, exclusão e marginalização das mulheres e introduzir a perspectiva de gênero em todos os projetos e programas das cooperativas de base” (MAPA, 2009, p. 5).

Com foco na maior presença feminina nas decisões das cooperativas, a Aliança Cooperativa Internacional, aprovou no ano 2000, o documento Estratégias da ACI para a promoção de Igualdade de Gênero. E, no ano de 2004, durante a 13ª Conferência Regional da ACI Américas, realizada em Buenos Aires (Argentina), foram definidas uma série de políticas sobre igualdade e integração dentro do movimento cooperativo, bem como foi realizado o levantamento das necessidades de se estabelecer um programa de certificação da ACI para igualdade de gênero. (MAPA, 2009).

É importante destacar que a ACI possui quatro escritórios regionais que atuam dentro de uma estrutura mundial, quais sejam: América, Europa, África e Ásia. Na América, o escritório foi estabelecido na cidade de San José (Costa Rica) no ano de 1990, apresentando como principal objetivo a promoção do cooperativismo, de novos negócios e o desenvolvimento de recursos humanos. (ACI AMÉRICAS, 2019). Durante a V Cúpula de Cooperativas das Américas - um importante encontro promovido pelo escritório regional da América e realizado no ano de 2018, na Argentina - foram reforçados compromissos relacionados a equidade de gênero no âmbito das cooperativas em territórios nacionais e internacionais. (ACI AMÉRICAS, 2018)

A declaração final da cúpula abordou as questões de gênero no penúltimo tópico do seu terceiro objetivo, o qual diz respeito ao compromisso de integração cooperativa com a “aliança mundial para o desenvolvimento sustentável”, e orienta abranger a perspectiva de gênero nas diferentes iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, bem como buscar o compromisso de equidade de gênero junto às lideranças de organizações de integração cooperativa. (ACI AMÉRICAS, 2018)

Apesar de existirem atualmente algumas ações em prol da busca da equidade de gênero no âmbito das organizações anteriormente mencionadas, é possível apreender que, ao longo de sua trajetória, as questões das desigualdades gênero se mantiveram quase invisíveis nos debates dos grupos ligados ao movimento cooperativista, bem como o tema da divisão sexual do trabalho foi pouco questionada nesse meio.

No contexto do território brasileiro, assim como acontece à nível mundial, também existem algumas organizações vinculadas ao cooperativismo que buscam por meio de suas ações e programas mudar a realidade no que concerne as desigualdades de gênero. Essas ações realizadas no Brasil, são tratadas mais detalhadamente na próxima seção.

3.2 A TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Atualmente, o cooperativismo pode ser apreendido como uma forma alternativa de solucionar o problema do desemprego que atinge grande contingente dos trabalhadores brasileiros das mais diversas áreas de atuação no mercado de trabalho, entretanto, segundo Veiga e Fonseca (2001), o cooperativismo surge no Brasil, como uma forma eficiente de organizar a agricultura capitalizada de exportação e de abastecimento interno, bem como de comercializar a produção dos pequenos agricultores.

Analisando a evolução do cooperativismo brasileiro, Pinho (2004, p. 13) afirma que houve “[...] desde os primórdios da colonização portuguesa, o processo de criação de uma cultura de cooperação. Embora incipiente e quase interrompida durante o escravismo, essa cultura emergiria no século XX, facilitando a criação e a difusão de cooperativas dos mais variados ramos”. É, portanto, no início do século XX, segundo a autora, que emergem experiências em terras brasileiras inspiradas nas experiências de associações de crédito cooperativo para pequenos agricultores, realizadas na Alemanha e na Itália. (PINHO, 2004). Essas iniciativas, segundo Rech (2000), foram influenciadas pela experiência alemã, a qual era baseada na ajuda mútua; contudo, de maneira geral, posteriormente prevaleceu o modelo formalista e conservador inglês de Rochdale.

De forma cronológica, Veiga e Fonseca (2001) retomam as primeiras cooperativas fundadas no Brasil, sendo que consideram a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, na cidade de Campinas, São Paulo, no ano de 1887 a primeira delas. Somente em seguida, no ano de 1889 nasce a Cooperativa de Consumo de Ouro Preto (MG); a Cooperativa da Companhia Telefônica, é fundada em 1891, na cidade de Limeira (SP); em 1894, a Cooperativa dos Militares, no Rio de Janeiro (RJ); em 1902 é criada a primeira Cooperativa de Crédito em Nova Petrópolis (RS); a Cooperativa dos Empregados e Operários da Fábrica de Tecidos da Gávea (RJ) e a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea (Coopfer) nascem no ano de 1913, esta última na cidade de Santa Maria (RS). (VEIGA E FONSECA, 2001).

Em contraponto, retomando o início da história do cooperativismo formal brasileiro, Pinho (2004) afirma que, com base nos dados conhecidos até o momento, a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889, é a cooperativa mais antiga de que se tem

notícia no Brasil. A autora explica que esta foi a primeira iniciativa concretizada após a abolição do escravismo, por trabalhadores livres, os quais tinham o intuito de criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, além de prever a implantação de caixa de auxílio e socorro, construção de casas, além de outras atividades, as quais se assemelhavam com as ideias propostas pelos pioneiros de Rochdale quando fundaram sua cooperativa de consumo.

Outras cooperativas que podem ser incluídas nessa retomada cronológica são apontadas por Schmidt e Perius (2003), sendo que todas essas iniciativas são cooperativas de consumo, quais sejam: na cidade de Camaragibe/PE, em 1895; em Campinas/SP, no ano de 1897; e, em 1898 em Ouro Preto/MG. Além disso, em 1892, é criada a primeira cooperativa de produtores rurais do Brasil, a Società Cooperativa dele Convenzioni Agricoli Industrial. (SCHMIDT; PERIUS, 2003)

A história do cooperativismo no Brasil, se divide em oito fases segundo Pinho (2004), tendo como base o critério factual, quais sejam: 1530-1877: experiências esparsas e efêmeras de pré-cooperativas; 1878-1931: primeiras cooperativas de consumo (modelo Rochdale) e de crédito (Raiffeisen, Luzzatti, mistas com seção de crédito); 1932-1964: primeira Lei Cooperativa (Dec. 22.239/32) e Reforma Bancária de 1964; 1965-1970: disputas internas, liquidação quase total das cooperativas de crédito e fortalecimento da liderança do cooperativismo agrícola; 1971-1987: Lei 5764/71, implantação do sistema OCB, reforma estrutural do cooperativismo e representação única; 1988-1995: proibição constitucional de interferência do Estado em associações, autogestão do cooperativismo, intenso crescimento das cooperativas de crédito e das cooperativas de trabalho; 1996-2002: internacionalização do Cooperativismo Brasileiro, fortalecimento das Confederações de Crédito, criação do Bansicredi e do Bancoob, emergência da vertente cooperativista de economia solidária; 2003 em diante: tendo em vista a decisão do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, em julho de 2003, divulgou novas normas de constituição das cooperativas de crédito a fim de incluir a população de baixa renda incentivando a expansão do microcrédito cooperativo, a pluralidade de representação das cooperativas e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. (PINHO, 2004).

No âmbito da delimitação estadual em que a presente pesquisa está inserida, ou seja, o estado de Santa Catarina, algumas iniciativas representativas

para a história do cooperativismo nacional podem ser destacadas. Nesse sentido, Pinho (2004) faz uma retomada dessas experiências abrangendo o período do início das experiências primitivas de cooperativismo até o surgimento das primeiras iniciativas de cooperativa nos moldes moderno, o qual compreende o espaço temporal entre os anos de 1530 a 1931. Nesse contexto, a autora destaca as seguintes experiências:

- 1840-1895 – Experiências fourieristas de cooperação integral foram implantadas em Santa Catarina, destacando-se Vila da Glória em São Francisco do Sul e Colônia Belga;
- 1841 – O imigrante francês Benoist Jules de Mure tentou fundar em Palmital, município de Garuva, uma Colônia de Produção e Consumo com base nas ideias de Charles Fourier;
- 1858 – Atuação do Pe. José Maria Jacobs, alemão norte-americano, no Vale do Itajaí. Correspondência com João Rodrigues Chaves, presidente da Província, indicava sua simpatia pela organização de cooperativas entre os agricultores, para “combater a ganância” dos intermediários;
- 1892 – Societá Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, em Alfredo Chaves (hoje Veranópolis) e Antônio Prado (Santa Catarina) orientada por Vicente Monteggia, seu primeiro diretor;
- 1898 – Criação de uma sociedade cooperativa no Rio dos Cedros, município do médio Vale do Itajaí é divulgada;
- 1899 – Primeira Assembleia Geral da Associação Riograndense de Agricultores, em Santa Catarina: o jesuíta suíço Pe. Amstad lança a ideia de organização de uma Associação de Agricultores do Rio Grande do Sul;
- 1903 – Gustavo Lebon Régis, Secretário dos Negócios do Estado de Santa Catarina e fundador da Sociedade Catarinense de Agricultura, apoiou a fundação de cooperativas e sindicatos durante alguns anos;
- 1905 – Pe. Ermembergo Pellizzetti inaugurou a Sociedade Cooperativa Ascurra (SC) com imigrantes italianos, tendo sido seu primeiro presidente. Foi extinta por volta de 1916;
- 1909 – Cooperativa Prima, criada pelos italianos João Maria Cancelier e seu primo Inácio Barzan, no município de Urussanga (SC) – capital inicial de 50 mil réis (ambos orientados por correspondência com parentes na Itália);
- 1910 – Cooperativa Colonial Nova Veneza (SC), criada pelo italiano Apolônio Remor;
- 1910 – Organizada uma cooperativa de plantadores italianos de fumo, em Santa Catarina, liderada por Andrea Largura (inspirado em Giovanni Rossi e Pe. Pellizzetti). Encerrada em 1940;
- 1910-1916 – Constestado, movimento messiânico liderado pelo monge João Maria de Castro Agostinho, apresentava algumas ideias de cooperativismo comunitário integral;
- 1912 – Fundação da Sociedade Agrária Mista de Benedito Novo (a partir de uma cooperativa pré-existente), por Anton Verling, Ferdinand Raduntz, August Schurmann, Conrad Sauntag e Loudwig Becker – no Estado de Santa Catarina;
- 1914 – Primeira cooperativa de consumo e exportação criada em Santa Catarina, em Blumenau (segundo Relatório do Secretário dos Negócios, Gustavo Lebon Régis ao então Governador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos), por incentivo de Giovanni Rossi, italiano com ideias anarquistas, diretor da Estação Agrônomo de Rio dos Cedros. (PINHO, 2004, p. 15)

Na mesma época em que se iniciam as primeiras experiências de cooperativas nos moldes modernos no Brasil, a revolução de 1930 põe fim a República Velha e possibilita uma maior visibilidade do cooperativismo, por intermédio do Decreto 22.239/32 de Getúlio Vargas. Apesar do decreto ter sido revogado e restabelecido no decorrer dos anos, ele foi essencial para a formação de novas cooperativas. No período pós-segunda guerra mundial, as cooperativas agrícolas receberam incentivos, visando o restabelecimento do comércio internacional e a produção de alimentos. Durante o regime militar, as cooperativas sofreram com a queda de medidas que fomentavam o cooperativismo, sendo que, somente com a instauração da redemocratização, as cooperativas firmaram a autonomia em relação às intervenções do Estado. (VEIGA; FONSECA, 2001).

As maiores contribuições da Constituição de 1988, segundo Schmidt e Perius (2003), além da maior autonomia das cooperativas, foram: a definição do papel do Estado; adequação do regime tributário; a proteção da atividade garimpeira em cooperativas; o reconhecimento das cooperativas de crédito; e, a participação na política agrícola e saúde. Para os autores, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu um novo marco para as cooperativas brasileiras e marcou uma nova fase, tendo como principal característica um cooperativismo não mais tutelado pelo Estado. Os autores ainda dividem o ordenamento jurídico das cooperativas brasileiras em outras duas fases: o período de 1903 à 1938, que compreende a constituição do ordenamento; e de 1938 até a redemocratização em 1988, que abrange a fase intervencionista do Estado. (SCHMIDT; PERIUS, 2003)

Nesse sentido, Rech (2000) endossa as dificuldades enfrentadas pelo cooperativismo no Brasil, especialmente na fase intervencionista, em função dos poucos incentivos fornecidos pelo Estado e, muitas vezes, pelas limitações impostas por ele, especialmente, nas suas ações por meio de leis e decretos. Além disso, o autor ressalta a tendência recente da criação de leis e outros provimentos acerca das cooperativas brasileiras com inclinação restritiva, e por vezes autoritárias, tais como a Resolução do Conselho Monetário Nacional/ Banco Central do Brasil 2.608, de 27 de maio de 1999, a qual propõe restrições à formação de cooperativas de crédito, e a Lei 9.532/97 que por meio da mudança na tributação das cooperativas de consumo dificulta as suas atividades.

Além dos entraves em função de questões legais e tributárias, Rech (2000) salienta que no contexto recente, alguns setores progressistas se mostram avessos a ideia do cooperativismo embasadas na justificativa da inviabilidade de uma cooperação total dentro do sistema capitalista; nas dificuldades provocadas pela competitividade do mercado nesse cenário hostil; e, nas lutas internas dentro das cooperativas por espaço e poder. Entretanto, o autor defende que mesmo com as limitações impostas pelo regime capitalista, ainda na atualidade o cooperativismo se mostra como uma alternativa para muitos trabalhadores que vivenciam a crise do desemprego.

Por outro lado, Pinho (2004), ressalta que as cooperativas brasileiras buscaram ao longo do tempo intensificar a exportação de seus produtos, porém, o protecionismo praticado por diversos países, especialmente, dos países europeus e os Estados Unidos dificultaram este movimento. A autora aborda alguns fatos internos ao Brasil que, segundo ela, vem provocando mudanças recentes na estrutura do cooperativismo brasileiro e destaca, em especial, a promulgação do novo Código Civil brasileiro (Lei 10.406/2002), o qual implica mudanças de natureza jurídica para cooperativas de todos os ramos; e, o desconhecimento da OCB (Organização de Cooperativas Brasileiras) como representante do sistema cooperativista brasileiro e órgão técnico-consultivo do governo. (PINHO, 2004).

Corroborando com esse pensamento, Dimas de Oliveira Estevam e Max Richard Coelho Verginio (2017) ao estudarem a diversidade do cooperativismo, especificamente no âmbito do estado de Santa Catarina, apontam que no ano de 2015 foi registrado um total 260 cooperativas filiadas ao sistema Ocesc (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) - órgão representativo das cooperativas catarinenses, vinculado ao sistema OCB. Por outro lado, por meio de dados disponíveis na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), é possível identificar que o número de cooperativas catarinenses existente no mesmo ano é muito superior a este, somando um total de 1.253 estabelecimentos. Esse fato evidencia que a porcentagem de cooperativas vinculadas à essa organização é pouco representativa se comparada ao total de cooperativas existentes no estado.

Retomando os primórdios da OCB, Pinho (2004), descreve que esta organização que foi instituída em uma sociedade baseada na produção agrícola, foi criada pela Lei 5.764/71 e sempre esteve intimamente ligada ao Ministério da

Agricultura, refletindo, conseqüentemente, nas dinâmicas de fiscalização e normatização de todas as cooperativas durante muitas décadas. Apenas em 2003, com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república, houve a completa eliminação da representação única da OCB, possibilitando a representação múltipla das cooperativas. (PINHO, 2004).

Contudo, a OCB ainda se configura como um dos principais órgãos representativos do cooperativismo brasileiro, e por meio de algumas de suas ações promove iniciativas voltadas para o combate às desigualdades de gênero no âmbito das cooperativas. Essas ações, que têm forte influência das tendências apresentadas por organizações internacionais, apresentam como objetivo principal estimular debates relacionados à igualdade de gênero em cooperativas.

Nesse sentido, a OCB criou no ano de 1997 o 1º Comitê de Gênero e Desenvolvimento Integrado em Cooperativas – GEDEIC. (MAPA, 2009). O GEDEIC, de acordo com Diva Benevides Pinho (2000) foi fundamentado nas recomendações de organizações internacionais, tais como as Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, tendo como característica própria a forte ênfase na participação conjunta de homens e mulheres em busca da igualdade de gênero. O GEDEIC, para a autora “Não é um comitê exclusivo de mulheres, mas um comitê de mulheres e homens cooperativistas, que defendem o trabalho conjunto, integrado e em igualdade de condições, com o objetivo de desenvolver as cooperativas e o cooperativismo” (PINHO, 2000. p. 87).

No ano de 2000, por meio da resolução OCB 1/2000, de 18 de agosto de 2000, de acordo com Pinho (2000) foram implementadas medidas que buscavam tornar o GEDEIC mais atuante e eficaz, entre elas: a representação mista, visando o atendimento as orientações da ACI de se ter uma maior participação feminina no movimento cooperativista; a descentralização dos Comitês de Gênero, com a criação facultativa de GEDEICs por parte das Organizações das Cooperativas Estaduais, de acordo com as suas necessidades; e por último, a criação de um Conselho Consultivo de assessoramento do GEDEIC-OCB em assuntos de gênero e uma Comissão Executiva do GEDEIC-OCB, ambos a nível nacional. (PINHO, 2000).

No âmbito da atuação governamental, como eixo transversal das ações promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo –

SDC, no ano de 2004, foi implementado por meio da Portaria Ministerial nº 156, o programa Coopergênero. Com o objetivo de promover um desenvolvimento socialmente mais justo, o programa buscou na prática adequar os projetos de acordo com a vocação regional de cada estado brasileiro e do devido ramo da cooperativa. Além disso, de maneira geral, o programa visava contribuir para diminuição das desigualdades de gênero na esfera do cooperativismo brasileiro e abarcar o elemento gênero como política pública. (MAPA, 2009). Contudo, de acordo com Vera Lúcia Oliveira Daller (2010), o programa Coopergênero, como uma política pública para as mulheres participantes do movimento cooperativista se apresenta como um grande desafio ao buscar atrelar as questões de gênero aos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Para além das esparsas iniciativas de promoção da igualdade de gênero por parte das organizações internacionais e dos órgãos representativos do cooperativismo brasileiro, o campo acadêmico também carece de estudos que busquem dar visibilidade à participação das mulheres na construção da trajetória do cooperativismo brasileiro e mundial. Os escassos relatos acerca da participação feminina efetiva no movimento cooperativo podem revelar o quanto as desigualdades de gênero atingem as mulheres, não somente pela pouca presença feminina no âmbito público, mas também pela ocultação do registro da sua participação.

Corroborando com este pensamento, Wirth (2010), estudando sobre a ocultação da participação das mulheres em grande parte da historiografia oficial, reconhece que a categoria gênero é recente na história e, como uma questão teórica, estava fora do debate presente no século XIX, entretanto, a autora ressalta que: “Na atualidade, a desigualdade de gênero está mais do que comprovada. A lacuna teórica sobre a desigualdade de gênero no cooperativismo pioneiro é, portanto, justificável, mas é premente que ela seja preenchida no presente” (WIRTH, 2010, p. 55).

Fazer com que a participação da força feminina na construção da história seja registrada, ou seja, dar visibilidade às experiências das mulheres na trajetória do movimento cooperativo, pode ser uma forma de enfrentar as desigualdades de gênero persistentes na sociedade, visto que a ocultação dessas participações reforça a ideia androcêntrica do homem como o único responsável pela construção

da história. Neste sentido, Miriam Nobre (2003 p. 206) afirma: “A visibilidade das experiências de mulheres cria referências positivas, as fortalece como sujeitos e contribui para problematizar as iniciativas do ponto de vista de gênero”.

No âmbito cooperativismo brasileiro, assim como acontece no movimento cooperativista mundial, é possível perceber a pouca visibilidade atribuída a participação feminina ao longo da história. Há que se considerar que em determinados momentos, tais como durante a ditadura militar, que perdurou longos anos no Brasil, os movimentos cooperativos sofreram privações e a liberdade da população foi reduzida, e, nessas circunstâncias, as mulheres foram ainda mais afetadas.

Apesar disso, o movimento de mulheres ganhou forças durante o processo de redemocratização brasileiro no ano de 1988, exercendo forte influência inclusive na constituição promulgada na época. A partir desse momento, e em função das conquistas dos movimentos feministas, em diversos contextos as experiências das mulheres ganharam mais força e visibilidade. Contudo, especificamente, no que diz respeito a participação das mulheres em cooperativas, é possível apreender que essa questão pouco avançou no decorrer do tempo, e ainda existe uma lacuna a ser preenchida com a contribuição das mulheres nesse movimento, tanto no passado quanto no presente.

3.3 COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS E AS MULHERES RURAIS

O cooperativismo, conforme discutido na seção anterior, teve forte influência das ações do Estado no Brasil, especialmente no período que compreende o regime militar, o qual impulsionou determinados setores da economia em detrimento de outros, haja vista o investimento governamental massivo em modernização das cooperativas no setor agroexportador. Como resultado dessa política, houve uma massiva adesão de associados atraídos pelo suposto retorno financeiro e sem conhecimento dos valores e princípios do cooperativismo. (ESTEVAM *et al.*, 2011).

Esse movimento de abandono dos princípios cooperativistas na prática e da manutenção formal da sua doutrina, por parte das cooperativas, são entendidos por Singer (2002) como uma propensão histórica de degeneração dos seus valores.

Nessas organizações, os cooperados se tornam meros usuários dos serviços da cooperativa, eliminando sua participação ativa como sócio no cotidiano da organização e nas tomadas de decisão. Além disso, muitas organizações desse tipo tendem a ter um grande contingente de trabalho assalariado em comparação com o número de sócios, o que afasta ainda mais a organização do ideal cooperativista.

As marcas do modelo de cooperativa fomentado durante o período militar perduram até os dias atuais, especialmente, em cooperativas que operam nos moldes tradicionais. As características das cooperativas tradicionais são destacadas por Mior *et al.* (2014a, p. 31):

Nas cooperativas tradicionais que operam com unidades agroindustriais centralizadas, chamadas também de singulares, ou de primeiro grau, a infraestrutura de armazenagem, processamento, industrialização e comercialização é constituída em unidades da cooperativa ou em filiais da mesma sob gestão centralizada. A lógica de funcionamento destas cooperativas é a busca de economias de escala nas operações de produção e comercialização.

Em contraposição a este modelo de cooperativa, surge na passagem do século XX para o século XXI, no estado de Santa Catarina, uma forma diferenciada de organização baseada nos princípios cooperativistas, as cooperativas descentralizadas. Estas organizações representam uma nova fase do movimento cooperativista, na medida em que buscam romper com a reprodução do modelo anteriormente consagrado, e trazendo uma nova face ao movimento, sem a necessidade de constituição de grande infraestrutura, elevado número de associados, e centralização dos setores de produção, administração e comercialização. (ESTEVAM *et al.*, 2011)

Situando o surgimento de cooperativas descentralizadas no estado de Santa Catarina, Diane Franz e Osvaldir Dalbello (2014) esclarecem que o estabelecimento de cooperativas nesses moldes se iniciou no ano de 1998, com a implantação do projeto piloto intitulado “Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense (Pronaf Agroindústria)”, formulado por técnicos de instituições públicas e organizações não governamentais, os quais tinham o objetivo de formalizar as atividades e os empreendimentos dos pequenos agricultores.

A ideia se fundamentava, segundo os autores na viabilização de 52 empreendimentos rurais, em 23 municípios do Oeste e Meio Oeste catarinense, vinculados a oito cooperativas singulares e com o suporte de duas centrais de apoios constituídas sob forma de associação. Entretanto, apesar de todos os meses dedicados a elaboração e execução do projeto, na sua fase final, os recursos previstos não foram liberados e o projeto não pôde ser efetivado da forma planejada. Independentemente dos entraves financeiros, os autores consideram o projeto de extrema importância como legado para as futuras cooperativas que viriam a surgir a partir dessa iniciativa, e ressaltam: “Esse projeto é considerado o grande divisor de águas na forma de atuar junto às agroindústrias familiares e suas organizações no estado de Santa Catarina” (FRANZ; DALBELLO, 2014, p. 56).

Abordando mais especificamente a trajetória das cooperativas descentralizadas na região sul do estado de Santa Catarina, Mior *et al.* (2014a, p. 47) afirmam: “Esse tipo de cooperativa, mais tradicional na região Oeste catarinense, surge na região Sul com a constituição, no ano de 2004, da Coofanove.” - Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza. Em pesquisa realizada junto a associados da Coofanove, Estevam *et al.* (2011) esclarecem que a primeira cooperativa descentralizada catarinense surgiu da necessidade de encontrar uma alternativa para formalização dos produtores rurais que comercializavam semanalmente seus alimentos na feira municipal e tiveram suas atividades suspensas em função da sua situação de informalidade perante as normas legais.

Apesar das dificuldades iniciais em relação à adesão dos participantes ao cooperativismo, os autores acima citados destacam que por meio do apoio de diversas instituições, especialmente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), da Prefeitura do município, e do Sindicato de Trabalhadores Rurais e agricultores, a ideia de criação da Coofanove pôde ser concretizada. (ESTEVAM *et al.*, 2011) A cooperativa possibilitou não só a viabilização das atividades dos agricultores, mas também a expansão da sua atuação por meio de uma loja da cooperativa localizada no centro da cidade e, posteriormente, através das vendas institucionais para programas governamentais. (Mior *et al.*, 2014a).

As cooperativas descentralizadas, como uma nova experiência de organização, são entendidas por Mior *et al.*, (2014a, p. 47), como: “a principal inovação organizacional protagonizada pela agricultura familiar catarinense”. Corroborando com este pensamento, Salvaro e Estevam (2017), em seu estudo sobre o registro de inovações em unidades de produção familiar, observam que tendo em vista a atuação de agricultores/as familiares em cadeias curtas de comercialização da produção, as cooperativas descentralizadas tendem a favorecer tanto os/as agricultores/as quanto os/as consumidores/as. Cabe ressaltar que o termo “inovação” na presente pesquisa é entendido a partir da perspectiva do desenvolvimento rural, que vai ao encontro do pensamento adotado por Mior, *et al.* (2014a), ou seja, são as iniciativas individuais e coletivas (como no caso das cooperativas) criadas pelos agricultores/as, que tem como resultado novas alternativas para resolução dos seus problemas do dia-a-dia.

De forma operacional, de acordo com o levantamento sobre a situação das agroindústrias catarinenses realizado pela Epagri no ano de 2010, as cooperativas descentralizadas foram definidas como organizações provenientes das atividades da agricultura familiar, que se estruturam em forma de uma sede e demais unidades de produção familiar (UPF) e/ou filiais da cooperativa, instaladas nas propriedades e/ou nas comunidades rurais dos cooperados/as, configurando desta forma a descentralização das UPF em relação à sede. (MARCONDES *et. al*, 2012).

Essa alternativa inovadora de inserção dos agricultores familiares nos diversos mercados, possibilita a viabilização dos procedimentos de armazenagem, processamento e comercialização em pequena escala das agroindústrias familiares rurais e operam com unidades descentralizadas nas comunidades rurais e nas propriedades dos agricultores familiares. Além disso, as cooperativas descentralizadas surgem como uma forma de viabilizar a formalização das agroindústrias familiares no que diz respeito às questões sanitárias, fiscais, ambientais, bem como de escala de operação, o que pode se apresentar como uma excelente forma de consolidar o acesso ao mercado formal de alimentos. (MIOR *et al.*, 2014a)

Corroborando com este pensamento, Dimas de Oliveira Estevam e Luiz Carlos Mior (2014) destacam algumas vantagens das cooperativas descentralizadas

em relação às cooperativas tradicionais, e consideram como principais benefícios: a flexibilidade e autonomia do/a agricultor/a familiar que decide o que produzir e quando produzir; o contato direto dos/as agricultores/as com os consumidores/as, podendo oferecer tanto a construção de uma relação de confiança por meio dos mercados de proximidades, quanto à eliminação dos atravessadores, aumentando assim seus ganhos; além de garantir um envolvimento maior dos cooperados/as nas decisões administrativas da cooperativa, fazendo com que a gestão seja mais democrática e participativa.

Os ganhos, relacionados as escalas mínimas de produção e logística, são pontuadas por Mior *et al.* (2014a), que observam esse fato como uma contribuição importante das organizações cooperativas descentralizadas para diminuição dos gargalos na comercialização dos produtos provenientes das agroindústrias familiares. Complementando esta ideia, Franz e Dalbello (2014) destacam a possibilidade de um posicionamento mais competitivo no mercado por meio da redução dos custos que é obtida com a estratégia logística de compras conjuntas para as unidades da cooperativa.

Em relação à natureza jurídica das relações estabelecidas entre os cooperados e as cooperativas descentralizadas, Franz e Dalbello (2014) esclarecem que a formalização destas relações é feita por meio de um contrato de comodato de seção e uso, onde o/a agricultor/a repassa a sua unidade de produção familiar para a cooperativa, sendo que o mesmo ainda permanece exercendo autonomia sobre as decisões relativas à sua UPF. Além disso, os autores pontuam que o fato de cada estabelecimento ser conformado pelo capital individual de cada agricultor/a faz com que a desistência de um cooperado/a não impacte diretamente na saúde financeira e nas atividades do empreendimento como um todo.

Em seu estudo que analisa, especificamente, o contrato de comodato como um instrumento de formalização da relação entre as cooperativas descentralizadas e as unidades de produção familiares, Joelcy José Sá Lanza-rini (2017, p. 87) define o contrato de comodato como sendo: “[...] o instrumento que transfere as instalações e equipamentos das unidades de produção dos associados para a cooperativa. Transfere também a responsabilidade sobre a condução destas unidades”. Entretanto, o autor que aborda algumas possíveis fragilidades jurídicas desse tipo de contrato ressalta que, as relações sociais construídas entre os

cooperados costumam superar as formalidades jurídicas, fazendo com que os princípios dos contratos (princípio da boa-fé e da função social dos contratos), bem como os princípios e valores cooperativistas funcionem como um meio de solucionar conflitos de interesse e fundamentar as relações do tecido social das cooperativas.

Além do contrato de comodato, Lanzarini (2017) destaca outros instrumentos que facilitam o gerenciamento das cooperativas e a resolução de conflitos de interesse, tais como o estatuto social, que tem como principais objetivos determinar direitos e obrigações das partes, poderes de representação da diretoria, sistema eleitoral, inclusão e exclusão de associados; o regimento interno, o qual regulamenta situações mais específicas referente ao processo de gestão das cooperativas; as assembleias gerais extraordinárias, as quais atuam como instância máxima de deliberação interna da cooperativa; e ainda, como último recurso, há o artifício da aplicação da norma estatutária que trata da exclusão do associado.

Por ser uma inovação recente, as cooperativas descentralizadas não possuem uma legislação específica, e norteiam suas atividades com base nas alternativas propostas dentro da legislação vigente, sendo que o contrato de comodato foi um dos instrumentos que possibilitou a concretização desse novo modelo de cooperativas. (LANZARINI, 2017). Contudo, apesar de se apresentar como um modelo recente, as cooperativas descentralizadas são compostas por unidades de produção familiar, as quais segundo Mior *et al.*, (2014b), tem suas raízes fundadas na antiga tradição, trazida para o Brasil pelos colonos imigrantes de diversas etnias, de transformar os produtos da agricultura familiar de forma artesanal para consumo próprio, com a consequente venda de excedentes. O autor ressalta que essa tradição que nasce nas cozinhas das agricultoras familiares prioriza a produção de valor de uso por meio do autoconsumo, no entanto, na medida em que que estes produtos demonstram uma forte demanda dos consumidores, essa produção se insere no mercado visando a produção de valor de troca por meio da comercialização. (MIOR *et al.*, 2014b).

Em consonância com este pensamento, Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Dimas de Oliveira Estevam e Daiane Fernandes Felipe (2014, p. 397) estudando sobre a participação de mulheres rurais em cooperativas descentralizadas localizadas em municípios da região sul de Santa Catarina, destacam que: “Em grande medida, os produtos comercializados pelas cooperadas resultam de

atividades domésticas femininas, tais como produzir alimentos, cultivar hortas, cuidar de animais de pequeno porte, entre outras destinadas à subsistência da família”. No entanto, a pesquisa revela que, apesar das mercadorias produzidas pelas agricultoras estarem vinculadas às atividades domésticas tipicamente femininas no meio rural e, conseqüentemente desvalorizadas, a associação às cooperativas descentralizadas possibilita que esta produção seja realizada em condições diferentes das anteriores. Para além do retorno financeiro, as mulheres têm a possibilidade de formalizar suas atividades, expor e comercializar seus produtos, investir nas suas unidades de produção e na sua profissionalização, por meio de cursos de formação e/ ou qualificação profissional.

Neste sentido, pode-se apreender que os produtos elaborados nas unidades de produção familiar e comercializados por meio das cooperativas descentralizadas, são na sua grande maioria produtos processados nas cozinhas das agricultoras familiares, ou seja, produtos tipicamente produzidos por mulheres rurais. Esse reconhecimento do trabalho feminino conquistado por meio da associação à cooperativa, pode sugerir segundo Salvaro, Estevam e Felipe (2014, p. 399, grifo dos autores) que “o uso da identidade “cooperada” confere visibilidade social às mulheres na esfera produtiva e a possibilidade de outras formas de existência”. Diante disso, as cooperativas descentralizadas podem se apresentar como uma possibilidade de promoção da visibilidade das mulheres rurais e do reconhecimento e valorização do trabalho realizado por elas.

3.3.1 Cooperativas descentralizadas e as políticas públicas para mulheres rurais

O campo acadêmico responsável por estudar as políticas públicas abarca as mais diversas áreas do conhecimento, os quais buscam constantemente aperfeiçoar suas práticas, tendo em vista o grande impacto que as políticas públicas podem exercer na vida das pessoas. Em função dessa característica, Celina Souza (2006), entende políticas públicas como um campo multidisciplinar, que ao mesmo tempo em que recebe contribuições de uma série de campos disciplinares, contribui e impacta na construção dessas disciplinas.

A definição de políticas públicas adotada na presente pesquisa vai ao encontro do pensamento de Maria das Graças Rua (1998), que as define como sendo os produtos finais das atividades políticas, sejam estas, decisões e/ou ações, as quais tem o objetivo principal de resolver conflitos acerca dos bens e interesses públicos, demandas da sociedade e também do próprio sistema político. Além disso, as políticas públicas são construídas através de procedimentos formais e informais, e existem somente em função de uma relação de poder entre os que determinam as ordens e os que sofrem as ações.

Neste sentido, podemos apreender que o desdobramento das políticas públicas na prática, exerce efeito direto na vida das pessoas e, de certo modo, determina os rumos da sociedade. Sendo assim, em consonância com a proposta da presente pesquisa, cabe explicar acerca das principais políticas públicas existentes no contexto da agricultura familiar, e mais especificamente, demonstrar uma relação entre o desenvolvimento dessas políticas públicas e a disseminação das cooperativas descentralizadas.

As primeiras políticas públicas agrícolas brasileiras, segundo Eric Sabourin (2017), tinham como foco as grandes propriedades e beneficiavam quase exclusivamente os grandes latifundiários. Contudo, de acordo com o autor existiam nesse contexto algumas iniciativas construídas por parte dos Sindicatos de Trabalhadores rurais - STR, ONGs e municípios, apoiadas pela cooperação internacional e por organizações religiosas que incentivavam o desenvolvimento das pequenas propriedades da agricultura familiar.

Entretanto, foi apenas com a institucionalização do Pronaf, firmado no ano de 1995, segundo Grisa e Schneider (2015), que os trabalhadores da agricultura familiar foram reconhecidos político e institucionalmente pelo governo brasileiro. O documento oficial responsável por instituir esta política pública foi o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, o qual criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, e orientou as demais providências.

O Pronaf, como um instrumento de política de crédito agrícola, exerceu importante impulsionamento no segmento da agricultura familiar segundo Sabourin (2017). Entretanto, para o autor “a principal instituição criada pelo PRONAF teria sido precisamente a categoria da agricultura familiar e os critérios da sua definição. A aplicação de um programa focado numa categoria alvo específica, foi a principal

ruptura com relação às políticas anteriores” (SABOURIN, 2017, p. 282). Cabe também destacar os ganhos proporcionados pela instituição do Pronaf, tendo em vista a gama de políticas específicas criadas a partir do programa tendo como foco populações marginalizadas tais como, crédito popular, economia solidária, movimento de mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais. (SABOURIN, 2017).

No contexto da presente pesquisa, cabe destacar o Pronaf mulher, o qual assim como a implementação do Pronaf na década de 1990 foi uma conquista social que teve importante contribuição dos movimentos sociais organizados, sendo concretizado primeiramente por meio de uma portaria emitida pelo governo no ano de 2001, garantindo a destinação para as mulheres de no mínimo 30% dos recursos do Pronaf nos termos do Plano Safra da Agricultura, e, posteriormente, no ano de 2003 foi instituído como Pronaf mulher. (FERNANDES, 2008).

Contribuindo com este entendimento, Andrea Butto e Renata Leite (2010) destacam que o Pronaf-mulher surge efetivamente no Plano Safra 2003/2004, durante o governo Lula, com o estabelecimento de um sobreteto de 50% sobre o valor total para o grupo familiar, oferecendo condições de obtenção e pagamento diferenciadas. Entretanto, apenas no Plano Safra 2004/2005 o Pronaf-mulher é instituído como uma linha de crédito específica do Pronaf, possibilitando financiar, coletivamente ou individualmente, uma série de atividades agrícolas e não agrícolas, iguais ou diferentes das atividades já desenvolvidas no estabelecimento, com a garantia de carência e prazos de pagamento específicos para as mulheres rurais. (HERNÁNDEZ, 2010). Sirlei Aparecida Fernandes (2008, p. 21) sintetiza o propósito do Pronaf-mulher afirmando que:

A proposta do programa é dar visibilidade às atividades das mulheres rurais, promovendo sua emancipação e autonomia econômica. Ele destina-se a financiar atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades que agreguem renda à família e que sejam de interesse da mulher.

Buscando analisar de que forma o programa Pronaf-Mulher constitui uma forma de reconhecimento e autonomia para as mulheres rurais no contexto da agricultura familiar, Carmen Osorio Hernández (2010) aponta que as ações dessa política de crédito permitem certo reconhecimento para as mulheres, na medida em que estas são reconhecidas não somente pelo Estado como detentoras de direito,

mas também recebem o reconhecimento familiar, por contribuírem para a conformação renda do grupo familiar, além de receberem o reconhecimento das agroindústrias pelo padrão de qualidade do seu produto¹¹. Entretanto, a referida autora constata que a instituição do Pronaf-mulher não necessariamente possibilita a autonomia econômica das mulheres, tendo em vista que na medida em que as atividades se tornam mais rentáveis, costumeiramente ocorre um rearranjo das atividades, com a intensificação da participação masculina na execução, gerenciamento e controle das atividades.

Não obstante, Hernández (2010) observa que, em função da divisão sexual que se constrói na dinâmica familiar, dificilmente as mulheres rurais conseguem perceber algum avanço no aumento da sua participação nos diversos espaços públicos. Por fim, a autora ressalta que a lógica do crédito do Pronaf-mulher não é orientada a uma transformação nas relações desiguais de gênero, isto é, não possibilita uma ruptura com as visões tradicionais da posição das mulheres na sociedade, o que reflete diretamente na dificuldade da promoção da autonomia das mulheres rurais. (HERNÁNDEZ, 2010).

Em consonância com essa abordagem, o estudo de Ana Maria Timbó Duarte (2010) buscou investigar se o acesso ao Pronaf-mulher possibilitou mudanças nas condições de vida das mulheres assentadas da reforma agrária em dois assentamentos no Município de Monsenhor Tabosa/ Ceará. De acordo com a autora os contratos do programa Pronaf-mulher cresceram em quantidade e em valores gradativamente, sendo, por conseguinte, considerado um trabalho exitoso do ponto de vista quantitativo. Por outro lado, qualitativamente constatou-se no âmbito dos assentamentos estudados pela autora os seguintes pontos: baixo poder de decisão das mulheres sobre a destinação dos valores financiados; o acesso limitado aos espaços públicos; poucas possibilidades de gerenciamento das atividades produtivas por parte das mulheres assentadas. Como resultado, Duarte (2010) considera que, ainda que o acesso ao programa tenha possibilitado em certa medida uma experiência positiva para as mulheres, o Pronaf-mulher da forma como se configura não avança no que concerne à promoção de autonomia feminina.

A necessidade de mudanças no programa também é apontada por Fernandes (2008), em seu estudo realizado junto a mulheres rurais residentes nas

¹¹ No caso da pesquisa em questão, o produto trata-se da atividade leiteira. (HERNÁNDEZ, 2010).

regiões serrana e oeste de Santa Catarina. Além de alguns entraves técnicos, tais como o excesso de burocracia e a tendência à prioridade na liberação de crédito para as mulheres rurais mais capitalizadas, a referida autora, considera que seja necessária uma profunda transformação na forma como as questões de gênero são tratadas no âmbito do programa, bem como um melhor alinhamento de postura entre os segmentos da sociedade civil que disputam entre si os espaços de decisão na efetivação do programa, quais seja: os movimentos de luta e reivindicatórios dos direitos das mulheres rurais; o governo; e, os técnicos (os responsáveis pela liberação do crédito e os agentes do órgão de extensão rural e pesquisa agropecuária). (FERNANDES, 2008).

Estudos realizados especificamente sobre políticas públicas voltadas para as mulheres rurais sugerem que estas políticas surgem, de maneira geral, como resposta às demandas e reivindicações dos movimentos organizados que lutam pelos direitos das mulheres. Particularmente, no Brasil, essas políticas tiveram grande impulso, especialmente, a partir do ano de 2003, com a entrada do presidente Lula no governo federal que, partilhando de uma visão de governo mais popular trouxe para a esfera política uma aproximação dos setores governamentais com os movimentos organizados de mulheres rurais. (SILIPRANDI, 2011; SILIPRANDI E CINTRÃO, 2015). Compartilhando desse pensamento, Butto e Leite (2010, p. 6) afirmam que a partir do mandato de Lula elabora-se pela primeira vez “[...] uma política pública integral de promoção da igualdade de gênero objetivo e que se estabelecem claramente espaços de diálogo com a sociedade civil, incluindo aí a agenda dos direitos econômicos e políticos das trabalhadoras rurais”.

Surge então nesse contexto, como uma das políticas estruturantes do Fome Zero, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa foi criado no ano de 2003 com intuito de utilizar o poder e a necessidade de compra estatal para inclusão dos agricultores familiares no mercado formal e, com isso, realizar a destinação destes alimentos para a população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. Até o ano de 2011 não existiam determinações que previssem a priorização das mulheres como fornecedoras do programa, e, por conseguinte, a participação formal feminina se apresentava muito baixa (menos de 30%, na maioria das modalidades de compra). Posteriormente, com objetivo de combater as desigualdades de gênero, pesquisas foram realizadas

para averiguação desses números, as quais confirmaram que na prática, o número de mulheres envolvidas no programa era muito maior, porém a sua participação se dava apenas nas etapas de produção e entrega de produtos, ficando excluídas da titularidade do PAA. (SILIPRANDRI; CINTRÃO, 2015).

Entendendo esta lacuna existente na referida política pública, o grupo gestor do PAA buscou por de meio da Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011, fomentar o acesso das mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos em todas as suas modalidades. O texto da resolução ressalta a importância do reconhecimento da participação das mulheres na agricultura familiar, tanto no aspecto econômico quanto na promoção da segurança alimentar e nutricional, e também frisa o impacto positivo que reside na geração de renda para as mulheres, particularmente, na melhoria da sua condição socioeconômica, da sua autonomia e da ampliação e potencialização da sua organização produtiva. A resolução também busca evidenciar o papel do Estado como responsável por formular as estratégias para diminuição das desigualdades de gênero, tendo em vista as dificuldades existentes no acesso das mulheres e das suas organizações ao PAA.

Sendo assim, a resolução acima mencionada, determina que a participação de mulheres deve ser considerada como critério de priorização na seleção e execução das propostas. Em relação aos percentuais mínimos de participação, a resolução orienta que, no mínimo cinco por cento da dotação orçamentária anual do PAA deva ser destinada para as organizações compostas por cem por cento de mulheres ou organizações mistas com participação mínima de setenta por cento de mulheres na composição societária. Nas operações realizadas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, a resolução estabelece que deve ser exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente, do total de produtores fornecedores. E, quanto as modalidades de Compra Direta Local com Doação Simultânea e de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, deve ser exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente do total de produtores fornecedores. (BRASIL, 2011).

Essa priorização ainda não é adotada no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), uma outra importante política pública voltada para a

alimentação, que exerce historicamente um papel significativo na agricultura familiar. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que entre outras medidas dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, não estabelece nenhuma norma para que exista equidade entre homens e mulheres na participação do programa. Entretanto, esse assunto vem sendo pauta e tramitando por meio do Projeto de Lei 6.856/2013, que propõe alterar o art. 14 da lei acima citada, a qual institui o PNAE. Tal projeto busca incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios, e visa estabelecer que pelo menos cinquenta por cento da venda da família seja feita no nome das mulheres.

Todavia, apesar do respaldo das políticas públicas serem fatores de extrema importância para a inserção das agricultoras familiares em programas governamentais como o PAA e PNAE e, conseqüentemente, para o fortalecimento da autonomia dessas mulheres, essas medidas não são necessariamente a garantia de que as desigualdades entre homens e mulheres sejam extintas. Isso se deve principalmente ao fato de muitas dessas desigualdades serem processos construídos culturalmente e normatizados pelas sociedades, mantendo as mulheres em uma posição desprivilegiada, e sem ter acesso aos seus direitos.

Para além das políticas específicas para as mulheres rurais, no contexto do estado de Santa Catarina, as políticas públicas criadas por meio de parcerias com o Banco Mundial e executadas pelo Estado vem se apresentando como uma forma de promover o desenvolvimento rural e a consolidação de cooperativas e agroindústrias da agricultura familiar catarinense nas últimas décadas.

Analisando a contribuição das redes de cooperação como impulso para o desenvolvimento da agricultura familiar a partir da implementação desse tipo de política pública, Marcelo Alexandre de Sá (2014) salienta que a sequência de programas com significativo impacto no desenvolvimento rural de Santa Catarina se inicia no ano de 1991 com a implantação do programa Microbacias 1, projeto do governo estadual em parceria com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), instituição financeira do Banco Mundial. O projeto que se encerrou no ano de 1999 tinha como foco ações corretivas e preventivas no tratamento dos graves problemas de erosão dos solos e poluição das águas, com vistas ao aumento da renda e produtividade dos estabelecimentos rurais.

Em continuidade ao programa, Sá (2014) descreve que o Programa Microbacias 2 foi concebido na segunda metade dos anos 1990, foi lançado no ano de 2002 e encerrado no ano de 2009, sendo que durante esse período houve uma ampliação da complexidade e abrangência nos objetivos do programa. Segundo relatório de avaliação final emitido pelo governo do Estado, o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao pequeno Produtor Rural – Prapem/ Microbacias 2 beneficiou em torno de 140.000 estabelecimentos rurais com suas ações, as quais tinham como princípios básicos a priorização dos municípios com maior concentração de agricultores com renda de até dois salários mínimos mensais e com maior grau de degradação ambiental; a garantia aos agricultores de mecanismos de apoio para o aumento da renda, melhoria da habitação, da qualidade do meio ambiente e sua sustentabilidade; a promoção da capacitação dos envolvidos no programa; e a execução de estratégias que permitissem a participação dos beneficiários no processo de construção, execução e avaliação. (SANTA CATARINA, 2009).

Essa estratégia participativa contemplava a formação de grupos de agricultores com objetivos comuns, os quais eram eleitos de forma democrática em reuniões comunitárias e tinham como propósito principal incentivar os moradores da microbacia à adesão na Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM), condição essencial para que os estabelecimentos rurais fossem considerados beneficiários do Microbacias 2. (SÁ, 2014).

Como resultado da avaliação positiva do Programa Microbacias, a parceria entre o governo do estado de Santa Catarina e o Banco Mundial para o desenvolvimento do espaço rural catarinense foi renovada no ano de 2010 com a implantação do programa SC Rural. De acordo com o manual operativo do programa que prevê investimentos em torno de US\$ 189 milhões, dos quais US\$ 90 milhões financiados pelo BIRD e US\$ 99 milhões provenientes de recursos orçamentários do Estado, o objetivo principal do SC Rural fundamenta-se no aumento da competitividade das cadeias produtivas exploradas pelos agricultores familiares e suas organizações. Para isso, algumas estratégias no âmbito do programa foram delineadas visando orientar os trabalhos, conforme consta no manual supracitado (SANTA CATARINA, 2014, p. 45):

[...] o SC Rural busca como estratégia geral, estabelecer uma estrutura de produção e governança para o setor rural catarinense modernizada e fortalecida, através da implementação de ações de forma integrada em três vertentes: (i) estímulos diretos e indiretos as organizações de agricultores, pescadores artesanais e maricultores para garantir a competitividade da produção e o empreendedorismo; (ii) fortalecimento de atividades estruturantes da competitividade rural e pesqueira; e, (iii) no desenvolvimento de um sistema de planejamento estratégico abrangente e sustentável baseado na gestão por resultados, visando uma ação melhor coordenada e uma capacidade de execução mais eficaz e eficiente.

Assim, o SC Rural vem buscando oferecer suporte na estruturação dos empreendimentos rurais catarinenses e fomentar a sua organização em redes. Alguns dados apresentados durante o IV Encontro Sul Catarinense de Cooperativas da Agricultura Familiar e disponibilizados no site oficial do programa SC Rural podem revelar a relevância do programa para o desenvolvimento rural no contexto do território sul catarinense. Dentre as informações apresentadas destaca-se que das 35 cooperativas de agricultores familiares existentes na região sul de Santa Catarina, 20 foram apoiadas pelo programa; foram realizadas 274 melhorias de sistemas de produção; o número de estabelecimentos beneficiados com os projetos estruturantes chegou a 3.089; o volume de recursos aplicados no período de 2012 até 2016 somente no sul catarinense foi de aproximadamente R\$ 16 milhões; na época do evento havia 50 projetos implantados ou em execução em 37 dos 47 municípios do Sul catarinense; as pequenas agroindústrias constituíram 222 planos de negócios, sendo que desses, cerca de 40 eram coletivos (de organizações) e cerca de 180 agroindústrias que foram reformuladas, adequadas para a formalidade. (SANTA CATARINA, 2016).

Cabe ressaltar que na época da realização do evento acima mencionado o Programa SC Rural estava em vias de ser concluído, e os governos estadual e federal juntamente com o Banco Mundial estavam em fase de tratativas para a formalização da continuação do programa, ou seja, a implementação do SC Rural 2. (SANTA CATARINA, 2016). Entretanto, as notícias disponíveis até o presente momento indicam que a renovação do programa ainda está em discussão entre a Secretaria de Estado de Agricultura e Pesca e o Banco Mundial, mais precisamente aguardando a melhora da capacidade de pagamento do estado para que a proposta seja apreciada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) do Governo Federal, conforme notícia publicada no site oficial do Programa SC Rural em fevereiro de 2019. (EPAGRI, 2019)

Em se tratando, especificamente, das cooperativas descentralizadas, fica evidenciado a importância das ações do Estado e de organizações internacionais, por meio da criação de políticas públicas, para a estruturação desse modelo de cooperativa. Em decorrência da concretização dessas políticas públicas, diversos grupos se formaram e se formalizaram, conquistando, por conseguinte, o seu espaço na sociedade por meio da valorização do seu trabalho.

Dessa forma, é possível apreender por meio da explanação realizada nessa seção, a importância que as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do meio rural exercem na vida das pessoas que delas necessitam, especialmente, as populações historicamente marginalizadas e excluídas do aparato governamental, tais como as mulheres rurais.

4 TRAJETÓRIA DE CRIAÇÃO E DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE MULHERES AGRICULTORAS E ARTESÃS DE SÃO LUDGERO/SC: UMA ANÁLISE DAS (DES)IGUALDADES DE GÊNERO EM CONTEXTOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A partir da contextualização realizada nos capítulos anteriores e buscando atender aos objetivos do presente estudo, neste capítulo, são analisadas as informações obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas. Primeiramente, o perfil das entrevistadas é apresentado, bem como situado o município de localização da cooperativa. As trajetórias de formação da cooperativa e da feira de produtos coloniais do município são apresentadas a partir de dados coletados, assim como da perspectiva das entrevistadas. As desconstruções e continuidades de desigualdades de gênero são analisadas à luz do referencial teórico presente nos capítulos precedentes, e as categorias centrais são mobilizadas por meio da análise da divisão sexual do trabalho.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO PERFIL DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Em consonância com os objetivos da pesquisa, e de acordo com os procedimentos metodológicos descritos anteriormente, foram realizadas ao todo 9 entrevistas semiestruturadas (apêndice A), sendo: 6 (seis) com as associadas à Cooperação; duas com extensionistas rurais da Epagri, as quais tiveram importante contribuição para a formação e consolidação do grupo; e uma, com a atual administradora da cooperativa. Cabe destacar que dentre as 6 (seis) associadas está a atual presidenta da cooperativa, que também é cooperada.

As entrevistas realizadas com as extensionistas rurais que participaram da formação do grupo tiveram foco na trajetória da cooperativa, buscando compreender a formação do grupo. Já a entrevista realizada com a atual administradora da cooperativa, que não é associada à Cooperação, teve como objetivo apreender as questões de gestão e administração da cooperativa, esclarecer as divisões existentes entre o grupo da feira e da cooperativa, bem como traçar pistas para a seleção das cooperadas a serem entrevistadas. Com isso, entende-se que não há necessidade de inclui-las na análise sociodemográfica, tendo

em vista que estes dados fornecerão subterfúgios apenas para análise do perfil das associadas da cooperativa. Para fins de identificação no decorrer deste estudo, as entrevistas realizadas com as mulheres não associadas da cooperativa serão identificadas como E7, E8 e E9, na sequência das demais entrevistadas.

Sendo assim, o quadro a seguir fornece uma breve caracterização das cooperadas entrevistadas, constando: localidade de residência, idade, estado civil, número de residentes na propriedade, número de filhos/as, escolaridade e religião.

Quadro 1 – Apresentação das mulheres entrevistadas

Entrevistada	Localidade de residência	Idade	Estado Civil	Residentes na propriedade*	Nº Filhos/as	Escolaridade	Religião	Principal fonte de renda familiar
E1	Santo Antônio	50	Casada	4 (2 filhas, marido)	2	Ensino médio completo	Católica	Cooperativa
E2	Est. Geral do Morro do Cruzeiro	45	União Estável	6 (marido, 2 filhas, sogro, sogra)	2	Ensino superior	Católica	Cooperativa
E3	Ribeirão dos Becker	54	Casada	6 marido, 3 filhos, mãe)	3	Ensino médio completo	Católica	Outras fontes
E4	Est. Geral Mar Grosso	60	Casada	4 (marido, 2 filhos)	5	4º ano primário	Católica	Cooperativa
E5	Santo Antônio	53	Casada	5 (marido, 3 filhos)	4	4º ano primário	Católica	Outras fontes
E6	Ribeirão dos Becker	58	Casada	4 (marido, 1 filha, cunhado)	1	4º ano primário	Católica	Outras fontes

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevista realizada com as mulheres (2019).

*Incluso a entrevistada.

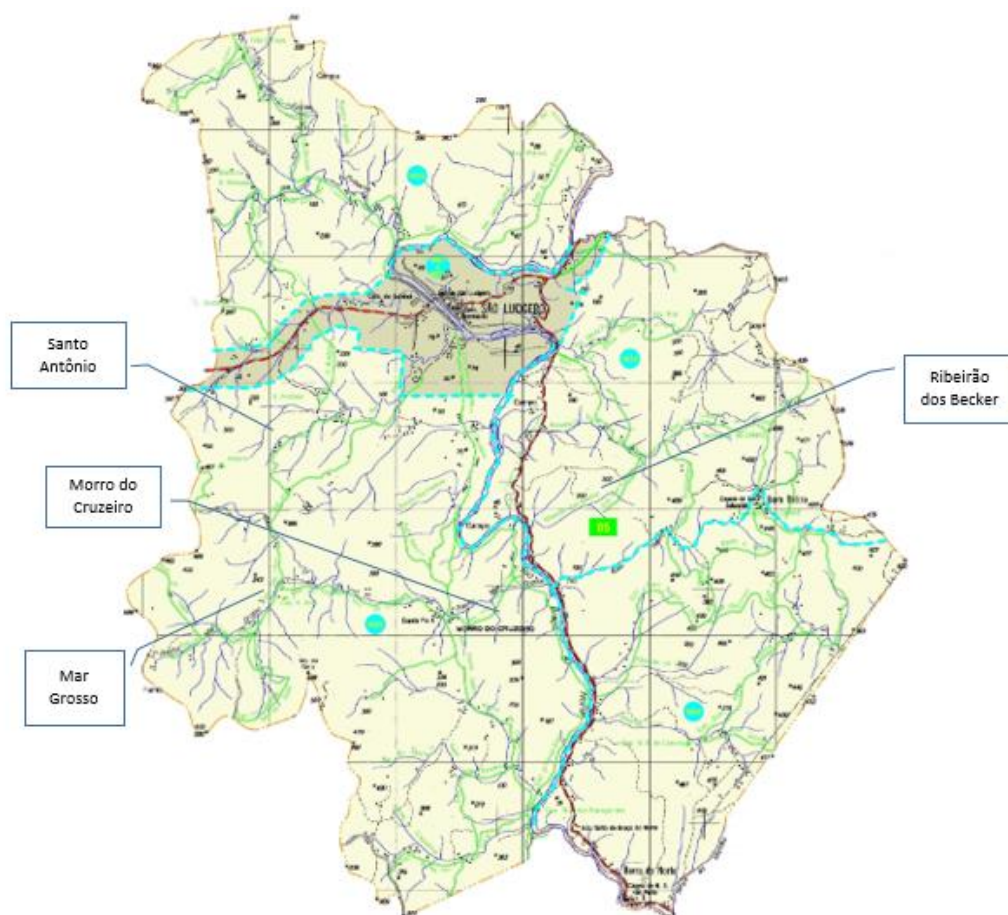
Com base nos dados apresentados, observa-se que as entrevistadas associadas têm idade entre 45 e 60 anos, não apresentando muita disparidade na faixa etária entre si. Das seis entrevistadas, todas declararam estar em um relacionamento estável, sendo que, cinco responderam estar casadas, e uma afirmou estar em situação de união estável. Em relação à escolaridade das entrevistadas, metade relatou ter estudado até o 4º ano primário (o que corresponde pelas regras atuais da educação ao quinto ano do ensino fundamental), 2 participantes afirmaram ter o ensino médio completo, e uma tem o ensino superior completo.

No tocante ao número de residentes nas propriedades rurais pesquisadas, pode-se aferir que a quantidade em geral não varia muito, ficando entre 4 e 6 integrantes. O que varia neste caso são os diferentes componentes do

arranjo familiar que residem nas propriedades. Apenas em três propriedades a configuração dos residentes são iguais (E1, E4 e E5), sendo: filhos/as, marido e a entrevistada. As outras entrevistadas contam com outras variações de entes morando em suas propriedades, quais sejam: sogros, mãe e cunhado. (E2, E3 e E6). Todas as entrevistadas são mães, variando o número de filhos/as entre 1 e 5, sendo que a maioria dos filhos/as ainda moram nas propriedades. Apenas as entrevistadas E4 e E5 relataram ter filhos que moram fora da propriedade. Quando questionadas sobre a existência de algum integrante do arranjo familiar residente na propriedade que trabalha fora do estabelecimento familiar, todas as entrevistadas responderam afirmativamente para esta questão. Além disso, a E4 relatou uma outra configuração nesse sentido, explicando: “Eu tenho um [filho] que mora aqui [cidade], trabalha na indústria e trabalha lá [na propriedade] [...]”.

Das seis entrevistadas, duas residem na localidade de Santo Antônio, duas no Ribeirão dos Becker, uma na Estrada Geral do Morro do Cruzeiro e uma na Estrada Geral Mar Grosso. São todas localidades consideradas pelas entrevistadas como sendo do interior do município, o que pode ser constatado empiricamente quando se referem à área mais urbanizada (área representada pela cor cinza escuro no mapa abaixo) do município como sendo “praça”, conforme destacado a seguir no relato da entrevistada E3: “[...]uma época eu vendia calcinha, sutiã, que eu morei 6 anos na “praça”, assim que eu casei [...]”. A figura a seguir destaca as comunidades acima mencionadas no mapa do município de São Ludgero/SC.

Figura 1 – Mapa do município de São Ludgero/SC



Fonte: Município de São Ludgero/SC (2019a) (adaptado).

Em relação à religião, todas as entrevistadas se autodeclararam católicas. Tal informação vai ao encontro dos dados apresentados pelo último censo do IBGE, no qual 91,82% (ou 10.093 pessoas) da população do município de São Ludgero se autodeclarou da religião católica. (IBGE, 2010). Estudando o processo histórico de organização das mulheres trabalhadoras rurais na busca por seu reconhecimento político, Vilenia Venancio Porto Aguiar (2016) destaca a Igreja como uma das formas de organização que, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pastorais possibilitaram, especialmente, no período que prosseguiu a redemocratização brasileira a participação das mulheres rurais na luta por seus direitos. A inclusão feminina nessas formas associativas católicas, de acordo com a autora, pode ser explicada pela atividade religiosa estar vinculada à esfera privada da vida, isto é, o âmbito em que imperam as atividades de cuidado (neste caso, cuidado espiritual) em que cabe às mulheres, tradicionalmente, realizá-las.

Entre os relatos das entrevistadas, pode-se apreender na explanação de uma das cooperadas a presença das pastorais no seu cotidiano: “O que participei, assim, não sei se posso dizer que é de igreja, é a pastoral da criança, pastoral da saúde. E, eu participo, nós somos da associação do Morro da Cruz”. (E4). E, quando questionada sobre a sua participação em alguma forma de atividade religiosa na atualidade, a E3 relata que:

Eu tinha alguma coisa na igreja, mas daí a minha mãe ela já não fica sozinha, a gente não deixa ela sozinha. Daí tu não pode pegar muita coisa para ser responsável, porque tu tens que cuidar dela. E daí eu deixei. Eu participava da igreja e coisa. Antes eu participava, era ministra da igreja. Era muito gostoso, mas não deu de continuar.

A mesma situação fica evidenciada no relato da entrevistada E6, conforme segue a transcrição:

Agora não, mas há dois anos atrás eu era líder de grupo de família. Eu era catequista, e bastante coisa. Mas com esses envolvimento com a feira eu tive que largar bastante coisa, porque ou faz uma coisa bem-feita ou não faz nada, né. Então, deixei bastante coisas fora e me dedico bastante com a feira e a cooperativa.

Conforme destacado nas entrevistas supracitadas, ambas entrevistadas (E3 e E6) relatam não participar mais das atividades relacionadas a igreja em razão da sobrecarregada de trabalho com outras atividades. Esta questão será discutida posteriormente quando tratado sobre a divisão sexual do trabalho e da problemática atribuição das atividades domésticas às mulheres, no caso específico desta pesquisa, as mulheres rurais.

Além disso, é possível destacar nos relatos de outras entrevistadas (E1 e E5) a sua relação com outras funções vinculadas à igreja, especialmente, quando participam das atividades juntamente com os maridos, conforme destaca a E1: “Sim, tem bastante envolvimento. Até meu marido é ministro, né. E daí eu estou sempre acompanhando ele, né”. E a E5 relata que: “O meu marido foi coordenador de CAEP [Conselho de Assuntos Econômicos Paroquial], daí a gente sempre vai junto. E, em novenas, assim, eu liderei”.

Nesse sentido, ao criar a possibilidade da participação feminina na esfera pública, mesmo sob tutela dos homens e controle das autoridades da igreja, as mulheres rurais puderam experimentar, por intermédio das atividades religiosas, em

certa medida, a ocupação de algumas posições de mais destaque, as quais até então eram comumente designadas aos homens. Corroborando com esta ideia, Aguiar (2016, p. 264) afirma que: “Ao não colocarem restrições sociais à participação das mulheres, mas, ao contrário, ao ser um espaço amplamente aberto à participação delas, as CEBs acabaram por se tornar peças-chave no incentivo ao engajamento feminino no espaço público”.

No caso da Cooperação, a influência da igreja é perceptível no processo de constituição do grupo, se apresentando como um incentivador do trabalho das mulheres e exercendo função importante na consolidação do grupo. Isso pode ser evidenciado empiricamente pelo fato de que a primeira feira organizada pelo grupo, aconteceu nas dependências da igreja católica de São Ludgero, assunto este que será abordado mais detalhadamente na próxima seção. Além disso, a entrevistada E8 relata um pouco da relação entre a igreja católica e o grupo da Cooperação:

Eles [a igreja católica] viam esse negócio da cooperativa como uma coisa boa para a cidade. Tinham várias reuniões que eles faziam da economia solidária e coisa, e eles nunca deixavam elas fora e vinham convidar para participar. Até hoje acho que elas participam... pastoral da saúde, pastoral da criança, então elas tinham envolvimento meio que geral assim. [...] Mas eles assim, eles apoiavam... e, eu acho que isso interfere um pouco. Porque assim, tipo, vai que o padre vai lá na missa e diz que não vão comprar nada lá? Ninguém vai. Ali em São Ludgero tem muita tradição disso daí. A questão da religião tem muita interferência, mas ali, nós sempre tivemos, foi sempre bom o relacionamento com eles.

Esse fato não se apresentou como algo incomum, tendo em vista que, especialmente, em comunidades que preservam valores tradicionais, a igreja ainda exerce grande poder de influência, implicitamente ditando as regras e, no caso das mulheres, autorizando e fiscalizando suas condutas. Essa situação pode ser evidenciada por meio do relato da entrevistada E9 a seguir:

Ali foi bem assim, de acompanhar de perto, de estarem presentes nos eventos que elas promoviam, de chamar elas para estar junto nos eventos ali para mostrar o que elas fazem. E, também elas ficavam muito orgulhosas quando a casa paroquial ou outro segmento fazia um evento e ia lá encomendar com elas. Que estavam acreditando assim, que o produto era bom, que era feito ali, né, dando essa valorização. Nós tivemos uma etapa que nós tivemos um pároco lá em São Ludgero que ele era muito da alimentação natural, ele valorizava esse produto do local e ele falava sobre isso nas romarias dele. Então, eu acredito que isso deu um incentivo. E, ele dizia: “nós temos um grupo aqui que trabalha”, e dava elas de exemplo. Então, acho que isso tudo vai mobilizando e motivando a comunidade como um todo né, nessa aceitação e nessa valorização.

Por fim, um importante ponto a ser abordado acerca do perfil das mulheres entrevistadas trata-se da questão relativa a principal fonte de renda das famílias. De acordo com o quadro 1, é possível apreender que das seis cooperadas entrevistadas, metade delas tem o grupo da cooperativa como principal renda da família, e a outra metade tem esta renda como secundária, tendo outras atividades ligadas a agricultura familiar como renda principal. Esse fator se apresentou como decisivo na análise das entrevistas que será apresentada em seguida.

No próximo item segue uma breve explanação acerca da localidade onde está situada a cooperativa, bem como de alguns aspectos da trajetória e características do grupo da cooperativa e da feira de produtos coloniais de São Ludgero/SC.

4.2 SITUANDO O LOCAL, A COOPERATIVA E A FEIRA DE PRODUTOS COLONIAIS

Com intuito de situar o objeto de investigação deste estudo, ressalta-se que a Cooperação e a feira de produtos coloniais estão localizadas no município de São Ludgero, situado na região sul do estado de Santa Catarina, localizado a 182 km de distância da capital do estado, Florianópolis. O município dispõe de uma área total de 120,21 km², fazendo divisa com os municípios de Braço do Norte, Gravatal, Tubarão, Pedras Grandes e Orleans. (MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, 2019a).

Elevado à categoria de município e distrito pela lei estadual nº 829, na data de 12 de junho de 1962, após um intenso e turbulento processo de desmembramento de Braço do Norte, São Ludgero tem no seu passado a colonização alemã. O processo de fundação da colônia se deu no ano de 1860, entretanto, a imigração só foi se intensificar por volta de 10 anos mais tarde, quando famílias alemãs provenientes da região de Westfália, dirigiram-se para região de São Ludgero em busca de terras férteis e um local para firmar raízes. Com forte influência da tradição católica, os imigrantes escolheram como santo padroeiro São Ludgero, nome que mais tarde viria a inspirar o nome do município. (IBGE, 2019; SCHLICKMANN, 2018).

Assim como a religiosidade, os/as imigrantes alemães trouxeram consigo a tradição da agricultura e pecuária, destacando-se inicialmente a avicultura, a criação de gado leiteiro, e os cultivos de fumo, milho, feijão, legumes, frutas e hortaliças. Essas atividades, juntamente com o setor industrial (especialmente as indústrias do ramo de derivados de plástico e madeireiro), compõem, na atualidade, parte importante da economia do município sul catarinense. (SCHLICKMANN, 2018; MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, 2019a)

Em relação à agricultura familiar, foco deste trabalho, as informações disponibilizadas pelo IBGE referente ao último Censo Agropecuário realizado no ano de 2017, mostram que o município de São Ludgero conta com um percentual de mais de 72% de estabelecimentos agropecuários classificados como sendo da agricultura familiar. O instituto se baseia na definição legal de Agricultura Familiar conforme consta no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017, apresentado anteriormente nesta pesquisa. (IBGE, 2017).

Do total dos 377 estabelecimentos agropecuários presentes no município de São Ludgero/SC, 348 homens se identificaram como responsáveis pelo estabelecimento, enquanto apenas 29 mulheres relataram o mesmo. (IBGE, 2017). A baixa representatividade de mulheres identificadas como responsáveis por estabelecimentos agropecuários pode ser explicada pela histórica exclusão das mulheres rurais de uma série de direitos, inclusive do direito à terra. Corroborando com este pensamento, Paulilo (2016) afirma que nem mesmo a conquista legal de direitos relativos a propriedade de terras por parte das trabalhadoras rurais foi capaz de promover mudanças nas práticas de divisão de herança entre filhos e filhas de forma mais igualitária. Ainda que consigam transpor essa barreira, a autora salienta que as mulheres rurais proprietárias de terras ainda enfrentam no cotidiano a resistência das mais diversas instituições e encontram dificuldades para tomar decisões relativas ao estabelecimento rural sem o endosso do marido. (PAULILO, 2016)

De acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010, a população total do município de São Ludgero/SC era de 10.993 habitantes, 5.625 do sexo masculino, e 5.368 do sexo feminino; com estimativa de 13.410 habitantes para 2019 (IBGE, 2010). Além disso, a população residente em área urbana contabilizada foi de 9.863 pessoas, enquanto apenas 1.130 residem em área

rural. A taxa de escolarização de seis a 14 anos de idade correspondia a 99,1% no ano de 2010, posicionando a cidade em 77º em relação as demais cidades do estado. Por fim, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) era de 0,755 no censo acima mencionado, o que corresponde à faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

É nesse contexto sociodemográfico que está inserido o objeto de pesquisa deste estudo, a Cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação), fundada em 09 de maio de 2013. Contudo, a história de formação do grupo se inicia alguns anos antes, mais especificamente no ano de 2006, quando se iniciaram as ações do programa Microbacias 2 na região, promovido pelo Governo do Estado de Santa Catarina em parceria com o Banco Mundial, e coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Em relação à equipe da Epagri que participou do projeto, França (2017, p. 12) destaca: “No caso de São Ludgero, a empresa contava com uma engenheira agrônoma, uma assistente social e um engenheiro agrônomo, chamado no projeto de técnico facilitador”.

Conforme discutido anteriormente, o Microbacias 2 tinha como foco principal ações nos campos sociais, econômicos e ambientais, além de buscar aplicar uma metodologia de trabalho mais participativa junto às comunidades. (SÁ, 2014). No caso empírico do município de São Ludgero/SC, observou-se grande adesão e participação da comunidade, sendo que inicialmente as ações envolveram nove famílias rurais e quatro grupos conhecidos popularmente como “clubes de mães”, os quais produziam artesanato. (VOLPATO; DUARTE, 2017). O início da formação do grupo pode ser apreendido pelo relato da E9:

Então, o início da nossa atuação junto ao que hoje é a Cooperação, a Cooperativa de Mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero, foi quando nós saímos como órgão de extensão rural de São Ludgero para colocar em prática o projeto Microbacias 2, né. Do BIRD, do Banco Mundial. E, nós iniciamos fazendo um sociograma das comunidades abrangidas na microbacia do Rio Bom Retiro e, dentro do sociograma, para a admiração, não tinham só as figuras da liderança masculina. Naquelas comunidades a gente encontrou a indicação no sociograma de várias mulheres, e começamos a trabalhar então com esse grupo misto, né, num planejamento, num plano de desenvolvimento daquela microbacia.

As ações se iniciaram com reuniões contando com a participação da comunidade, as quais buscavam vislumbrar o planejamento estratégico participativo das Microbacias, definindo os pontos fortes, potencialidades, pontos fracos e ameaças. Ademais, como resultado das discussões durante os encontros, foi estabelecido um plano de capacitação, o qual apontava a necessidade de cursos de artesanato, confeitaria, administração rural, agroecologia, saneamento ambiental, relações humanas, eletricitista, turismo rural, inseminação artificial, apicultura e mecanização agrícola. (FRANÇA, 2017).

As capacitações promovidas por intermédio da Epagri, segundo Teresinha Baldo Volpato e Juliana Köenig Duarte (2017), foram primordiais para o desenvolvimento profissional e pessoal dos/as participantes, sendo que o principal eixo trabalhado foi de “indústria artesanal de frutas e de hortaliças”, o qual aperfeiçoou os conhecimentos do grupo na preparação de conservas, doces, compotas, licores, balas, frutas desidratadas. Além disso, também foram oferecidos cursos de panificação, artesanato, e plantas medicinais.

As capacitações foram essenciais no processo de formação do grupo, tendo em vista que os participantes passaram a se agrupar de acordo com a área de interesse. Nesse ínterim, formou-se o grupo de comercialização, o qual se dedicou a organização de uma feira de produtos coloniais. (FRANÇA, 2017). No estudo sobre o perfil socioeconômico dos/as consumidores/as em feiras livres municipais da agricultura familiar no sul do estado de Santa Catarina, Dimas de Oliveira Estevam *et al.* (2014) entendem os espaços de feiras livres como um local privilegiado do ponto de vista das trocas econômicas e sociais e destacam as seguintes vantagens dessa forma de comercialização: a eliminação de intermediários nas relações comerciais; a criação de relações de amizade e confiança entre feirantes e consumidores/as; e a troca de informações entre os envolvidos o que possibilita um melhor planejamento da produção e dispensa a necessidade de apelos comerciais. Em resumo, para os autores, as feiras livres “[...] são espaços privilegiados que guardam grande potencial para ações coletivas, fortalecendo as organizações e redes da agricultura familiar” (ESTEVAM *et al.*, 2014, p. 170).

Conforme mencionado na seção anterior, a igreja católica de São Ludgero teve importante contribuição na aceitação do grupo perante a sociedade, sendo que a primeira feira organizada pelo grupo, foi realizada nas dependências da igreja, no

ano de 2006, durante a semana de comemoração do município. Desde então, a feira passou a ser realizada em diversos formatos até chegar ao atual, que se caracteriza como um “quiosque”, situado na área central da cidade e constituído como sede própria (figura 2). O quiosque foi construído com recursos provenientes do programa Microbacias 2, recursos de iniciativa privada e do grupo de mulheres, mão de obra da prefeitura e do próprio grupo. (VOLPATO; DUARTE, 2017).

Figura 2 – Feira de Produtos Coloniais da Cooperação – São Ludgero/SC



Fonte: Autora (2019).

Mesmo após a criação da cooperativa, as atividades da feira permanecem em funcionamento, sendo que de acordo com o portal de turismo da prefeitura do município de São Ludgero e com base nos relatos do grupo, a comercialização ocorre todas as quartas e sextas-feiras, das 07h00min às 18h00min, e aos sábados, das 07h00min às 12h00min. (MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO, 2019b). Tanto a feira de produtos coloniais quanto a Cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs apresentam como objetivo principal a comercialização dos produtos da agricultura familiar no mercado, valorizando o trabalho das mulheres e da cultura local, conforme ressaltado por Volpato e Duarte (2017).

Segundo as entrevistadas, os principais produtos comercializados na Cooperação são produtos típicos da agricultura familiar, tais como: pães, bolos, cucas, bolachas, doces, geleias, compotas, chás, flores, além de frutas e verduras.

Figura 3 – Produtos da Feira da Cooperação – Frutas, verduras e pães



Fonte: Autora (2019).

Figura 4 – Produtos da Feira da Cooperação – Bolos e produtos diversos



Fonte: Autora (2019).

Figura 5 – Produtos da Feira da Cooperação – Bolo e cuca



Fonte: Autora (2019).

Figura 6 – Produtos da Feira da Cooperação – Flores e produtos diversos



Fonte: Autora (2019).

Cabe esclarecer que nem todos os/as participantes da feira de produtos coloniais aderiram à participação na cooperativa, assim como, nem todos os/as associados/as à Cooperação expõem seus produtos na feira de produtos coloniais, conforme destaca a E7: “A gente tem 21 cooperados, daí desses 21 tem duas famílias fora que participam na feira e que não está na cooperativa. Daí assim, a cooperativa foi criada para a parte de licitação, essas coisas mais burocráticas que precisa de CNPJ. E a feira foi criada para a venda para consumidor final, já direto.”

Nesse sentido, cabe salientar que a criação da cooperativa descentralizada foi uma decisão tomada com cautela após um longo período de debate de ideias com todo o grupo, conforme ressalta França (2017). A autora descreve que as discussões sobre o assunto se iniciaram no ano de 2010 e prosseguiram até 2013, o ano de criação da cooperativa. Inicialmente a cooperativa contou com a adesão de 23 associadas/os, sendo 20 mulheres e três homens.

Atualmente, conforme destacado na entrevista acima mencionada, a Cooperação conta com um total de 21 associados/as, sendo 19 mulheres e dois homens. Ademais, tanto a função de administração da cooperativa quanto a presidência são ocupadas por mulheres. Questionada sobre a participação dos homens em uma cooperativa denominada de mulheres e composta por elas em sua maioria, a entrevistada E7 afirma que:

Quando se formou a cooperativa, eu não estava participando nas reuniões e coisa assim, mas foi priorizado para formar grupo de mulheres porque não tinha nenhuma cooperativa. Nós queríamos se tornar destaque, e daí quanto a eles, assim, não tem nenhum problema, eles acatam, eles ajudam, eles vão na feira às vezes quando precisa. Os dois com a mulherada. E, é bem tranquilo essa questão, pelo menos, nunca reclamaram [risos].

Ainda buscando esclarecer a razão da criação de uma cooperativa, especificamente, de mulheres, a entrevistada E9 revela que:

Os homens tinham uma resistência muito grande ao cooperativismo, que tinham arraigado umas frustrações de outros tipos de cooperativas ali na região que não davam certo. Então, a gente viu assim: o cooperativismo pelo caminho de homens a gente não teria êxito. E, as mulheres como não tinham tido essa experiência tão de perto, elas se aventuraram. Mas, com o caminho daquele modelo mais de olho no olho, de conversa, de diálogo, de gestão de conflito.

Por meio destes relatos é possível observar que a questão de gênero não estava presente ou explícita no início da fundação da cooperativa. Ou seja, não foi possível perceber relações ou enfrentamentos no campo das desigualdades de gênero na decisão de criar uma cooperativa de mulheres, sendo que a criação de uma cooperativa com esta característica específica estava vinculada a outros fatores, entre eles a resistência masculina ao cooperativismo presente naquele contexto.

Além disso, outro fator que teve relevância na decisão da criação de uma cooperativa majoritariamente feminina foi a possibilidade de acesso a determinadas políticas públicas. Isso porque, com a criação da Cooperação, as/os associadas/os tiveram a possibilidade de acessar os programas governamentais voltados para agricultura familiar: o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), os quais exercem funções importantes contemporaneamente para a consolidação das/os agricultoras/es familiares no cenário brasileiro. Nesse sentido, destaca-se o relato da entrevistada E8:

É, na verdade assim, eu acho que a gente tentou também se adaptar com que tinha de legislação naquele momento. [...] Então a gente começou a perceber que nacionalmente começaram a surgir políticas públicas que favoreciam estas cooperativas onde havia maior participação feminina e de jovens. Então, o nosso grupo tinha jovens, o nosso grupo tinha a maioria mulheres. Os homens participavam, assim, mas quem botava mesmo a cara lá na frente eram elas. [...] E, eu acho que foi bem assim numa ideia de alguma delas que disse assim: “ah, por que nós não vamos fazer só de mulheres?” [...] por incrível que pareça foi isso aí, por aí. Não é uma coisa que assim: “ah, agora não queremos homem aqui”. Não. Não mesmo.

A relevância dos programas institucionais para a cooperativa de mulheres de São Ludgero é confirmada na prática, conforme o relato da E7 quando questionada sobre quem são os parceiros comerciais da cooperativa atualmente: “Hoje a gente está comercializando para a prefeitura de São Ludgero, e para o PNAE que envolve o estado. Esses dois, por enquanto”.

Além disso, as políticas públicas também exercem importante função de manutenção e impulsionador de crescimento, tanto da cooperativa, quanto das unidades de produção familiar. Dentre as seis entrevistadas, cinco relataram acessar ou já terem acessado alguma modalidade de crédito rural após a sua associação à Cooperação. O crédito proveniente do Pronaf foi mencionado por quatro participantes, enquanto, o SC Rural foi citado por três entrevistadas. Algumas

cooperadas relataram acessar as duas modalidades de crédito, tal como segue o relato da E5: “Já, eu fiz o Pronaf. E o SC rural, foi. Eu fiz pelo SC rural para comprar as máquina e forno”. A destinação do crédito segue este mesmo padrão, sendo na sua maioria utilizada para compra de máquinas e equipamentos, e para a adequação da unidade de produção familiar.

Ainda sobre os fatores motivadores para a criação de uma cooperativa formada por mulheres, a entrevistada E9 apresenta outras motivações para a criação da cooperativa:

[...] o objetivo dele [do grupo] era a criação do sistema de inspeção municipal e comercialização dos produtos da agricultura familiar. E aí, a partir dali nós começamos a nos reunir, fazer capacitações. Então, muitas dessas capacitações de processamento de frutas, processamento de hortaliças, as mulheres vinham na sua maioria, na participação pela afinidade pelo tema. Então elas participavam muito.

Essa condição pressupõe que as atividades relacionadas à preparação de alimentos são atribuídas às mulheres. De fato, conforme apresentado por Brumer (2004), no contexto da agricultura familiar, a transformação de alimentos é considerada como uma tarefa de responsabilidade das mulheres rurais e, portanto, pode-se pressupor que cursos oferecidos nessa área tendem a atrair, de maneira geral, um público majoritariamente feminino. Não obstante, conforme ressaltado por Mior *et al.*, (2014b), as agroindústrias nascem da tradição da transformação de alimentos que acontece no interior das cozinhas das propriedades rurais, que, em grande medida, são comandadas pelas mulheres rurais.

Retomando a forma de funcionamento da Cooperação na atualidade, cabe ainda destacar que em função do crescimento da demanda e com o intuito de melhorar a logística de comercialização e distribuição dos produtos da cooperativa, as/os participantes da Cooperação criaram um centro de distribuição e logística (figura 7), que também funciona como sede da cooperativa. As entregas para o atendimento das demandas do município de São Ludgero/SC são realizadas semanalmente; para atendimento do contrato com o estado de Santa Catarina, os produtos são entregues mensalmente em um único local e, posteriormente, os setores governamentais, responsáveis pela gestão da política, encarregam-se de distribuir os alimentos para as escolas.

Figura 7 – Sede da Cooperação – São Ludgero/SC



Fonte: Autora (2019).

Tendo em vista a apresentação previamente realizada acerca do local em que o grupo da Cooperação está inserido, assim como dos aspectos relativos à formação do grupo e forma de funcionamento, será apresentado a seguir uma breve trajetória da cooperativa e da feira de produtos coloniais a partir dos relatos das mulheres entrevistadas.

4.2.1 A trajetória do grupo a partir da perspectiva das entrevistadas

Cada uma das histórias relatadas por cada participante do grupo da Cooperação é muito singular. A associação ao grupo aconteceu de uma forma diferente para cada uma das mulheres e significou mudanças muito particulares na vida de cada integrante. Dessa forma, o objetivo dessa seção é permitir demonstrar que a trajetória da cooperativa é construída pelas mulheres, ao mesmo tempo em que a cooperativa também constrói a trajetória de vida dessas mulheres.

O quadro a seguir fornece um panorama de quanto tempo as mulheres entrevistadas fazem parte do grupo e se já participaram ou ainda participam de outras cooperativas ou demais formas de associativismo.

Quadro 2 – Tempo no grupo e participação em outras cooperativas/ associações

Entrevistada	Tempo que participa do grupo	Participa/ participou de outras cooperativas
E1	10 anos	Sim
E2	10 anos	Não
E3	13 anos	Não
E4	10 anos	Sim
E5	4 anos	Não
E6	13 anos	Sim

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com as mulheres (2019).

É possível observar uma divisão em relação às experiências das cooperadas como participantes em outras organizações desse tipo, sendo que três relataram participar ou já ter participado em outras cooperativas, enquanto as outras três relataram não ter tido esta experiência. A E6 relata participar de uma associação de psicultores, enquanto a E1 e a E4 afirmam ter tido experiências anteriores ao grupo da Cooperação na Cooperfamília, uma cooperativa da agricultura familiar, situada no município de Rio Fortuna/SC.

Em relação ao tempo em que as cooperadas fazem parte do grupo, apenas uma delas (E5) está participando há menos de 10 anos, e duas delas estão desde o início da formação do grupo (E3 e E6). Nesse sentido, a entrevistada E6 salienta: “Sempre a ideia era de a gente ganhar um extra, além daquela safra que a gente plantava fumo ou tomate. E daí, desde o início da feira, eu sou uma das fundadoras do grupo da feira, que antes da cooperativa a gente só funcionava feira, né”.

Ademais, cabe destacar o relato da entrevistada E3, que complementa os relatos anteriores e explica como aconteceu a dinâmica de funcionamento quando

da sua inserção no início do programa Microbacias 2, o qual conforme ressaltado anteriormente foi o embrião que deu origem ao grupo:

Assim, nesse grupo é desde que teve a microbacias 2, daí a gente foi escolhido para ser parte daquele primeiro grupinho do GAM [Grupo de Animação da Microbacia Hidrográfica], para depois ir convidando as pessoas. Primeiro a gente teve uma preparação, muitas reuniões com [as extensionistas rurais], para depois, daí, formar o grupão, que é aqui desde o Brando até lá no Bom Retiro, e uma parte da Grota Funda. E daí, nesse grupo, tinham vários objetivos, e um deles era o produtor comercializar o seu produto direto para o consumidor, sem passar em atravessador. Aonde surgiu a feira [...].

Ainda sobre os relatos de como o grupo da cooperativa surgiu na vida das participantes e, ao mesmo tempo, a contribuição de cada uma para a construção do que viria a se tornar a Cooperação, é importante destacar o papel da cooperativa acerca da possibilidade de promoção de trabalho e renda para essas mulheres rurais, conforme pode-se observar no relato da E2:

Então, eu entrei no grupo da Cooperação através da minha sogra, que faz parte do grupo, né. Então ali, ela fazia já as bolachas, as cucas, e eu comecei a fazer lasanha na época. Daí eu engravidei, trabalhava no comércio aqui em São Ludgero, engravidei. Daí, era uma gravidez de alto risco, o bebê nasceu prematuro. Então, depois que ela nasceu eu optei por não trabalhar mais no comércio para poder cuidar dela, que precisava de uns cuidados mais especiais assim. E daí, continuei ajudando a [sogra], e daí a gente foi indo, foi indo, e aí eu entrei para a Cooperação.

É possível também destacar a forma como as mulheres se inseriram no grupo, sendo que algumas estão desde o início, antes mesmo de existir um grupo formalmente, conforme relatado anteriormente; por outro lado, outras foram convidadas a participar para consolidar o grupo como cooperativa, e ainda pode-se destacar as que pediram para entrar no grupo. As últimas duas categorias (as que foram convidadas e as que pediram para entrar) de inserção no grupo podem ser observadas nos relatos a seguir:

Olha, eu fui chamada. Eu tinha a minha agroindústria já pronta, porque eu estava produzindo para outra cooperativa aqui de São Ludgero. Aí eles me chamaram, né. No começo eu fiquei assim, daí depois eu disse: “é...” A gente fica com medo de arriscar, né, mas foi um passo que deu certo. (E1)

Eu sempre acompanhava o trabalho delas, mas não era associada nada. Aí eu fui convidada, porque tinha que entrar mais alguém para formar cooperativa. [...] Então elas [extensionistas da Epagri] foram lá. Até a gente estava lá na Taipa, que é a nossa comunidade da capela de igreja, é lá na

Taipa. E elas foram lá convidar. “Oh [nome da cooperada], tu queres fazer parte da cooperativa?” Nossa, foi uma felicidade! [risos] (E5)

[...] meu filho estudava no Cedejor¹² em Lauro Muller, né. [...]. Ele estudou lá, e os amigos dele lá de Rio Fortuna foram orientando ele para começar a fazer coisa para a merenda, pela Cooperfamília... é Cooperafamília de Rio Fortuna, né? Daí nós começamos, depois daí foi fundada essa daqui. Daí eu fui ali pedir se eu podia entrar na feirinha. Daí elas aceitaram. (E4)

Independentemente da forma com que as mulheres se inseriram no grupo da Cooperação, é possível apreender por meio dos seus relatos o quanto as suas vidas foram modificadas por este acontecimento. Para além da geração de trabalho e renda, o grupo que se formou com a iniciativa dos participantes do projeto Microbacias conseguiu perdurar e traçar uma trajetória sólida, primeiramente com a construção da feira de produtos coloniais para comercialização dos produtos fabricados pelas mulheres rurais e, posteriormente, com a criação e consolidação da cooperativa descentralizada, a qual formalizou as atividades ali realizadas e permitiu alcançar novos mercados.

Neste item foi apresentado o perfil das cooperadas entrevistadas bem como o ambiente sociodemográfico em que as mesmas estão inseridas. Nos próximos itens, atendendo aos objetivos propostos anteriormente, serão abordados alguns temas centrais do trabalho, quais sejam: a divisão sexual do trabalho no contexto das unidades de produção familiar e no âmbito das atividades desenvolvidas pelas mulheres na cooperativa.

4.3 TUDO MUDA¹³: DESCONSTRUÇÕES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO

Uma das principais questões que norteou esta pesquisa trata-se da identificação de desconstruções das desigualdades de gênero no âmbito da cooperativa de mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero. Por meio das entrevistas realizadas e da observação sistematizada efetuada no cotidiano da feira

¹² O Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) é uma instituição sem fins lucrativos, criada pelo Instituto Souza Cruz, com o objetivo de promover o desenvolvimento no meio rural por meio de um trabalho focado nos jovens.

¹³ Título utilizado em referência a expressão “tudo muda, mas nada muda”, empregada por Hirata e Kergoat (2007) ao aludirem ao paradoxo da divisão sexual do trabalho.

de produtos coloniais da Cooperação e nas reuniões da cooperativa pôde-se constatar indícios que apontam para uma maior autonomia das mulheres a partir da sua participação no grupo da Cooperação, sendo essa a principal desconstrução relacionada às desigualdades de gênero provocada pela inserção das mulheres na cooperativa.

Nesse sentido, cabe retomar a concepção de gênero mobilizada no estudo, a qual parte da ideia de que as posições desiguais que homens e mulheres ocupam na sociedade são determinadas por construções sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, o gênero dá significado a essas relações de poder estabelecidas (SCOTT, 1995). Essas relações que, no contexto laboral, resultam em uma divisão entre tarefas consideradas femininas e masculinas e, conseqüentemente, na maior valorização das atividades masculinas (HIRATA; KERGOAT, 2007), fazem com que seja muito mais dificultoso para as mulheres alcançar posições de destaque, cargos de comando e liderança, e estar à frente de organizações. Para muitas mulheres, a questão que se apresenta ainda é anterior a essa, tendo em vista que existe um grande contingente de mulheres que são excluídas do mercado formal e são lançadas para a informalidade.

Nesse sentido, a desconstrução de desigualdades de gênero identificada no âmbito dessa pesquisa está diretamente relacionada com a maior autonomia feminina que pode ser evidenciada por meio do controle que as mesmas exercem na cooperativa, isso porque, mesmo que haja uma minoria de homens associados, são as mulheres que comandam a organização e gerenciam todas as etapas no cotidiano laboral, desde a produção até comercialização. Tendo em vista, o conceito de gênero retomado anteriormente, essa posição ocupada pelas mulheres rurais da Cooperação pode ser entendida como uma desconstrução das desigualdades, especialmente, em se tratando de mulheres rurais que residem em uma comunidade do interior do estado de Santa Catarina, influenciada por valores da igreja católica.

A autonomia das mulheres rurais é tema de diversos estudos citados no decorrer deste trabalho, destacando-se o estudo de Hernández (2010) que investiga, especificamente, de que forma o Pronaf-mulher constitui uma forma de autonomia e reconhecimento das agricultoras familiares. Assim como no estudo acima mencionado, a autonomia neste trabalho é entendida como a liberdade de um

indivíduo de escolher como agir e a capacidade de proceder de acordo com suas as próprias escolhas. (HERNÁNDEZ, 2010).

Desta forma, a constatação de que a participação das mulheres rurais na Cooperação promoveu, de certa maneira, uma desconstrução com as desigualdades de gênero presentes na sociedade por meio da maior autonomia conquistada por elas, pode ser justificada de forma concreta com base em três aspectos diferentes e que se inter-relacionam, os quais foram organizados da seguinte forma: a formalização das atividades e as consequências da saída da informalidade; a visibilidade das mulheres rurais por meio da gestão do empreendimento; e, a logomarca como símbolo da sua luta.

Conforme destacado anteriormente, o primeiro aspecto trata-se da relação entre a autonomia das mulheres rurais participantes do grupo da Cooperação e a formalização das suas atividades, o que pressupõe que na própria formação da cooperativa as mulheres constituem uma identidade coletiva que as permite dialogar com a sociedade. É também na cooperativa que as agricultoras e artesãs assumem a posição de “donas do seu próprio negócio”, realizando o total controle e gestão do empreendimento, arcando, por conseguinte, com todos os riscos e adversidades inerentes à sua atividade.

Nesse sentido, se por um lado estar na formalidade representa um avanço para as mulheres rurais que, tem seu trabalho visibilizado e circulam por espaços que anteriormente não teriam acesso; por outro lado, a administração de uma organização formalizada é mais complexa e repleta de adversidades e burocracias em comparação com o trabalho informal vivenciado anteriormente por elas. Essa questão pode ser observada por meio do relato destacado a seguir, o qual se refere a um trecho da entrevista realizada com a participante E6.

Eu acho uma responsabilidade muito grande para assinar essa papelada, tudo que tem que assinar ali. É muita coisa. Nossa... eu me preocupo tanto pelo grupo que tem dias que, assim, eu até vou dormir e penso assim: “meu Deus, onde é que estou?” Eu fico bem preocupada. Pela responsabilidade muito grande. Tu tens que responder pelo produto dos outros todos, né. E eu, como eles sempre dizem, eu sou da certinha, eu gosto de fazer nos seus devidos lugares, eu acho que tem dias, assim, que eu me estresso com alguma coisa que não precisava.

A preocupação em realizar todos os processos de gestão da cooperativa de forma correta, especialmente os que são relativos ao setor financeiro, permeia o

cotidiano das participantes da cooperativa. Esse fato pode ser observado por meio do relato da entrevistada E3 abaixo destacado, que assim como a entrevistada E6 acima mencionada, enfatiza a elevada carga de responsabilidades em função da administração da Cooperação.

Eu fico preocupada, mas assim se todo mundo coopera é mais fácil de tu fazer, ou assim, se tu tens um saldo eu já fico mais aliviada, senão eu me preocupo mesmo. Assim, porque para mim tem que ser coisas tudo certinho. Se 1 centavo é de lá, é para lá, não é meu. Eu sou assim. Por mim acho que podia ter também um monte de dinheiro, se não é meu aquilo, não me interessa. Não tem assim. E tu tem que ter muita responsabilidade também... Eu acho até gostoso, mas é bastante serviço.

Além da preocupação com as questões financeiras em função das atividades administrativas da cooperativa, as entrevistadas relatam também obstáculos em relação a gestão de pessoas, especialmente, no que diz respeito a transmissão para novos membros do conjunto de valores compartilhado pelo grupo. A forma de trabalho vigente na Cooperação é muito específica e distinta das demais cooperativas, tendo em vista que, quando os produtos da Cooperação são expostos, tanto na feira colonial realizada semanalmente, quanto em outras feiras e eventos, todos os participantes devem ser responsáveis por vender todos os produtos e não apenas o seu. Esse é um fato que diferencia e destaca a Cooperação no seu mercado de atuação, sendo motivo para que o grupo receba diversas visitas de outras cooperativas em busca de entender mais detalhadamente esta forma de funcionamento.

Contudo, conforme mencionado anteriormente, disseminar esse modo de trabalho em novos participantes pode se apresentar como uma tarefa árdua e que exige muita paciência, considerando-se que isso requer lidar essencialmente com a mudança de formas de trabalho provenientes de experiências anteriores, bem como com o individualismo, característica inerente aos seres humanos. A entrevistada E6 buscando esclarecer essa situação emitiu o seguinte relato:

[...] no início era um tipo de administração, depois mudou. Quem entrou depois que o local já estava pronto como funciona, mudou muito! E tu tens que adaptar com as pessoas que entram depois, porque no início a gente vende a feira, o produto de todos, é o meu produto independente de quanto itens tem. E, depois que entra uma pessoa que chega lá dentro do grupo e que não tem aquele andamento desde o início, ela vai vender o produto dela. Então, para ti botar na cabeça daquela pessoa e dizer que o produto, a feira que tu estás vendendo é de todos, é muito difícil. E essa

responsabilidade a gente vê e, isso a gente se preocupa, porque tu tens que vender de todos e independente se é meu ou é teu, né. Bem complicado.

O peso das responsabilidades com as demandas administrativas e de gestão da cooperativa somam-se à habitual extenuante rotina de produção e comercialização dos produtos, o que faz com que algumas das entrevistadas considerem o cansaço físico como uma das maiores dificuldades que enfrentam diariamente. De acordo com estudos mencionados anteriormente, as mulheres, especificamente as trabalhadoras rurais, exercem uma série de atividades exaustivas nas suas rotinas diárias, alternando suas tarefas entre o trabalho doméstico e de cuidados e o considerado “trabalho produtivo”, exercendo papel fundamental para a reprodução da família rural, mesmo que muitas vezes tenham seu trabalho invisibilizado e desvalorizado. (BRUMER, 2004; CORDEIRO, 2007; PAULILO, 2016). No caso das mulheres da Cooperação, é possível apreender essa situação quando questionadas sobre as maiores dificuldades presentes em suas rotinas. Especificamente, a entrevistada E1 responde da seguinte forma a essa questão:

Às vezes, é o stress, a canseira. Às vezes assim, tem dias que a gente está cansada e a gente tem que fazer. Tem dias que a gente não está bem, e daí, vamos supor assim, aqui não tem atestado médico. Não tem quem vai fazer no teu lugar. [...]. Às vezes no dia te dá uma dor de cabeça, um problema, graças a Deus nunca deu um problema sério né, mas tem dias que a gente... mas, às vezes, é por isso que a gente se cura rápido. A gente vai trabalhar e esquece, né.

Contribuindo com esta reflexão, a entrevistada E1 revela um sentimento negativo em relação à falta de tempo, e cita esse fato como uma mudança negativa que aconteceu na sua vida após a sua associação a Cooperação, afirmando que “[...] antes eu tinha tempo para sair mais na casa dos vizinhos, eu tinha mais tempo, né. Eu só tiro tempo para ir na igreja. Eu não sei se é o mundo que mudou, mas eu sinto em mim isso, que eu não tenho mais tempo”. É possível que, de fato, o mundo tenha mudado, particularmente, o mundo das participantes da Cooperação após o surgimento da cooperativa em suas vidas. Com a formalização das atividades por meio da criação da cooperativa, as mulheres se tornaram mais visíveis aos olhos da sociedade, criaram uma identidade coletiva e, como resultado assumiram muitas responsabilidades.

Além do tempo adicional que as mulheres necessitam dedicar para executar as atividades da cooperativa, os processos realizados no âmbito da produção de alimentos também requerem mais cuidados, tendo em vista que, como consequência da formalização das suas atividades as mulheres devem, obrigatoriamente, seguir as normas e recomendações da vigilância sanitária, as quais buscam eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde dos consumidores. Para as mulheres da Cooperação, essa questão também emerge como um fator que acarreta maiores responsabilidades no seu cotidiano, sendo destacada pela participante E5 quando questionada sobre como lida com as responsabilidades de ser associada a uma cooperativa: “Não, é bastante responsabilidade. Bastante, porque é manipulação de alimento, né. E, ali se não está tudo certinho também é perigoso. Então, eu acho de muita responsabilidade”. A mesma pergunta é respondida de forma similar pela entrevistada E2, a qual explica como essa questão esteve presente desde a concepção da sua unidade de produção familiar, da seguinte forma:

Então, desde sempre, a gente sempre procurou trabalhar dentro das normas da vigilância, né. Com tudo certinho. Quando foi para fazer a construção a gente pediu que o vigilante sanitário aqui da cidade, que ele acompanhasse, tal. Foi feito tudo como ele achava melhor, tal, já para não ter problema. [...] Mas a gente sempre procura tentar fazer tudo mais correto pra que as coisas funcionem, que querendo ou não é o nosso ganha pão.

Ao mesmo tempo em que as responsabilidades provenientes da gestão assumida pelas mulheres da Cooperação representam um grande desafio para elas, também possibilitam uma oportunidade única de as fazerem refletir e pensar em novas soluções para os problemas cotidianos, enfrentar as dificuldades do trabalho coletivo e gerar um aprendizado que não seria possível se não fosse por meio da experiência cooperativa. É também através das atividades da cooperativa que, em primeira instância, as mulheres conseguem adquirir alguma forma de autonomia por via da geração de renda.

Nesse ínterim, é importante ponderar, conforme orienta Paulilo (2016) que nem sempre a independência financeira representa a plena autonomia feminina, tendo em vista que as desigualdades de gênero se desdobram de diversas outras formas no cotidiano, contudo há que se admitir a importância que o trabalho remunerado representa na vida das mulheres que outrora dependiam

financeiramente dos seus maridos/ companheiros. (PAULILO, 2016). Nas entrevistas realizadas com as mulheres da Cooperação, essa questão surge no relato de algumas entrevistadas em momentos distintos. A participante E1, ao ser questionada sobre as mudanças ocorridas em sua vida após a sua associação à Cooperação relata que: “Positiva [a mudança] é que dificilmente eu fico assim sem dinheiro, porque sempre tem, né. É um entra e sai, e a gente fica apertado, mas sempre hoje você não tem, amanhã já aparece. Sempre tem assim”.

No caso da entrevistada E6, a importância da renda gerada pelas atividades do grupo da Cooperação emerge em uma reflexão que a mesma realiza quando questionada sobre a representatividade desta renda para sua família. A entrevistada destaca nesta, e em outras respostas a importância de não depender mais somente da renda proveniente da lavoura e, como esse fato modificou a dinâmica de sua vida, conforme trechos destacados abaixo:

É muito importante! Porque como eu disse, a gente se depender de lavoura só vai receber na safra. Eu sempre comparo com as minhas irmãs. Plantam uma safra de fumo, elas só vão receber o dinheiro quando entregar o fumo e eu tenho dinheiro a semana inteira, né. Então, não um monte, mas para o dia-a-dia, assim. Eu chego no final do mês, assim, se eu for somar as minhas notinhas de vendas aqui, eu talvez ganho mais do que se eu tivesse num emprego fixo. Tipo, fichada num emprego que, até pela minha pouca escolaridade, né. (E6)

E, antes eu queria comprar um celular, tanto para mim, quanto para minha filha, um notebook, eu sempre tinha que estar pedindo. Nunca mais precisei depender da lavoura para mim. Então, isso para mim acho que foi um avanço que eu não imaginava o que podia mudar na minha vida participando de uma feira [...]. Tu conseguir pagar bastante coisas, assim. Então eu acho que a gente deu um pulo, um avanço, assim, nós mulheres, com relação ao grupo todo em saber que a gente é capaz. (E6)

O destaque dado pela entrevistada E6 ao fato de ter a liberdade para comprar o que desejar sem necessitar pedir dinheiro ou autorização para outra pessoa revela os efeitos gerados pela conquista da renda própria na vida da agricultora. Ademais, essa é uma situação muito comum no meio rural, e registrada em diversos estudos, entre eles na pesquisa de Siliprandi (2011), a qual afirma que, em geral, a falta de autonomia financeira acaba por dificultar o cotidiano já sofrido das mulheres rurais, fazendo com que elas fiquem muitas vezes sujeitas à vontade do marido de atender suas solicitações, inclusive para compras rotineiras e de manutenção da casa. Como consequência, a autora salienta que, essa falta de

acesso ao dinheiro que restringe sua autonomia, também acaba muitas vezes por impedir as mulheres rurais de exercerem plenamente suas liberdades.

Outro aspecto a ser destacado do relato da entrevistada E6 supracitado diz respeito ao sentimento coletivo de realização das mulheres do grupo em avançar, não só no sentido de obter uma renda própria, como no sentimento mencionado de serem capazes. Fica nítido que esse ambiente coletivo que proporciona para as mulheres essas conquistas financeiras, também traz consigo outros ganhos, como o vínculo afetivo criado em função da socialização com as demais pessoas do grupo. Esse fato pode ser observado no relato destacado a seguir, que se refere a resposta da entrevistada E5, quando questionada sobre as mudanças que ocorreram na sua vida após a sua associação a Cooperação.

Ah, tive uma independência muito boa assim, sabe. Me senti bem mais realizada. Foi muito bom, muito bom. A companhia delas também... é uma segunda família, assim. É a família da gente lá e aqui. A parte de irmãos, acho que a gente tem mais convívio com a Cooperação que com a família da gente mesmo. Porque, de tanto que a gente se encontra. Então, é muito bom.

Além disso, também existe o ganho proporcionado pelo contato com os frequentadores da feira de produtos coloniais, onde as mulheres da Cooperação não só comercializam semanalmente os produtos do grupo, mas também estreitam as suas relações sociais e a interação pessoal. Corroborando com esta ideia, cabe ressaltar as pesquisas sobre feiras livres realizadas por Estevam *et al.* (2014) que destacam as particularidades do ambiente das feiras, e evidenciam que estes locais são espaços de socialização e de trocas culturais, que articulam em um mesmo espaço produção e comercialização, gerando outros significados para além das relações de troca. Nesse sentido, durante as entrevistas foi possível apreender no relato da entrevistada E3 a importância que a convivência no ambiente da feira da Cooperação exerce na sua rotina, conforme segue o trecho transcrito:

Eu acho que eu participando [da Cooperação], eu aprendi bastante coisa. Assim, até porque, eu trabalhei no mercado antes de casar, e também trabalhei numa fumageira ali 2 anos. Então, eu já trabalhava com o povo. Mas assim, depois fiquei um tempo em casa, e daí parece que tu ficas no teu mundinho, parece que tu ficas um bicho do mato.

A ideia do aprendizado adquirido por meio da experiência de participação na cooperativa revelada no início da argumentação da entrevistada supracitada evidencia a importância da formação do grupo na vida das mulheres participantes da Cooperação, e também pode ser constatada por meio do relato da entrevistada E6, que, em momentos distintos da sua entrevista, descreve com detalhes a sua percepção quanto ao seu desenvolvimento pessoal e profissional a partir da sua experiência como participante do grupo da Cooperação.

Nossa, o desempenho foi muito. Eu, no início, quando eu casei há 33 anos atrás, eu morei com a minha sogra, e a minha sogra vendia queijo em casa. Aí, 5 anos depois ela morreu. Aí, eu fiquei com meu sogro e com mais quatro cunhados homem. E daí, quando chegava uma pessoa lá em casa para comprar um queijo, eu dizia para o meu marido: “tu não sais daqui se a pessoa vem comprar queijo”. Eu não sabia dar troco, porque eu estudei só até o quarto ano, né. Então, aquela visão que, assim, que eu não podia, que eu não sabia, não existe mais comigo agora. Eu penso assim: “eu sou simples não sei falar bonito, não sei dar palestra nem nada assim, mas se eu falo as outras pessoas entendem”. (E6)

Então, eu percebo que eu não sabia que eu sabia fazer isso. Então, se evoluiu, assim, na minha trajetória, eu aprendi muita coisa, mas foi com o tempo. Eu não sabia muita coisa, mas a prática faz bastante. Então, eu procuro sempre estar dentro da situação. Tipo, se eu vou numa reunião que eu tenho uma pergunta para fazer, eu faço. (E6)

No último trecho destacado da entrevista da participante E6 acima citada, especificamente, quando a entrevistada comenta sua postura durante a participação em reuniões, aponta para o segundo argumento defendido nesta pesquisa como forma de evidenciar a maior autonomia das mulheres da cooperação em função da sua participação no grupo da cooperativa, isto é, a conquista da visibilidade das mulheres rurais da Cooperação por meio da total gestão e controle da cooperativa. Nesse caso, o encorajamento e a confiança que as mulheres foram conquistando por meio da sua participação à frente das atividades da cooperativa, possibilitaram que as mesmas consigam manifestar suas opiniões e dúvidas e se façam visíveis.

As reuniões da Cooperação são consideradas de extrema importância para o grupo, sendo um momento em que assuntos de interesse coletivo são discutidos e com a contribuição de todos as decisões são tomadas da forma mais democrática possível. As reuniões mensais são previamente agendadas e comunicadas a todos, além disso existe um calendário em que essas datas são amplamente divulgadas e respeitadas pelo grupo. A entrevistada E5 explica a lógica

do dia da semana em que as reuniões da cooperativa são comumente agendadas quando descreve a sua rotina de trabalho: “Na segunda, é o dia mais de folga que eu tenho, por isso a gente faz as reuniões na segunda-feira, que é o dia que as cooperadas tem mais folga.”

Cabe ressaltar que, mesmo existindo a presença de alguns homens cooperados, tanto as reuniões mensais, quanto as reuniões esporádicas realizadas na cooperativa são totalmente planejadas, organizadas e conduzidas pelas próprias mulheres cooperadas, geralmente pela presidenta da Cooperação com o suporte da administradora contratada. A rotina de reuniões é tratada com muita seriedade pelas mulheres do grupo, ficando evidente no relato da entrevistada E6 a preocupação em tornar esses momentos de encontro cada vez mais produtivos, conforme segue o relato:

[...] eu gosto sempre nas reuniões de tentar botar uma coisa nova. Eu estou até agora fazendo um tipo de um projeto com algumas coisas lá que, quando eu aprendo uma coisa nova eu quero passar para o grupo. E como tu já participou várias vezes na reunião, muitas vezes a gente quer falar quase sempre as mesmas coisas e não tem um avanço.

Nesse sentido, é possível apreender que a autonomia das mulheres também passa pelo controle que elas exercem na condução das reuniões e na execução de atividades de âmbito público que, de forma geral, são consideradas como atividades masculinas, em função de serem consideradas de maior destaque e importância. Por meio da realização de atividades, historicamente, atribuídas aos homens, as mulheres rurais da Cooperação vão ampliando sua presença nas diversas esferas de atuação e tornando-se cada vez mais visíveis na sociedade.

Nesse íterim, também é possível perceber por meio dos relatos das entrevistadas a presença das mulheres a frente de outras funções de importância na cooperativa, como é o caso das atividades financeiras. Certamente, o fato de ser uma cooperativa formada, majoritariamente, por mulheres contribui com a maior presença feminina nessas atividades. Contudo, há que se considerar também que existem homens associados da Cooperação, mas que não participam dessas atividades. Segundo o relato da E3 o fechamento do caixa da feira de produtos coloniais da Cooperação funciona da seguinte forma: “Daí tu fecha o caixa da feira ali na quarta, daí no sábado é da [outra cooperada] né. [...] Eu tenho que conferir

tudo: cartão, essas coisas, se tá certo, é isso, é aquilo. É muito enrolado. É bastante serviço tem também”.

Nesse sentido, para além das atividades intrínsecas à Cooperação, mas que não deixam de estar relacionadas a participação das mulheres no grupo, é possível perceber a presença das mulheres da Cooperação em outras atividades consideradas por muitos como masculinas. Uma dessas constatações trata-se da atividade de dirigir, uma atividade considerada por muito tempo tipicamente masculina e, que por meio das entrevistas realizadas foi possível verificar que a maioria das mulheres participantes tem carteira de motorista e cotidianamente dirigem (cinco dentre as seis entrevistadas responderam que dirigem).

Cabe destacar o relato da E6 que ao ser questionada sobre quem seria a pessoa responsável por levar os produtos prontos da propriedade até o local de venda respondeu com orgulho que: “Eu mesmo faço o transporte. No início, há 13 anos atrás eu não dirigia, não saía de casa sozinha, daí o meu marido trazia de manhã e ficava esperando. Depois eu vi a necessidade, tirei carteira de motorista e agora eu mesmo trago”. A tarefa de dirigir foi tão incorporada ao cotidiano das cooperadas que quando as mesmas por alguma razão ficam impossibilitadas de realizar essa atividade, isso é visto como um transtorno, conforme relata a entrevistada E5: “Hoje falta um carro para mim. [risos] Porque a minha filha tá trabalhando fora, então por enquanto... mas a gente já está pensando em um carro a mais pra ela, para ficar um para mim em casa, né. Daí por enquanto é um carro que está faltando”.

Com a presença das mulheres da Cooperação a frente do seu empreendimento, bem como realizando diversas atividades consideradas masculinas e circulando por espaços onde a presença dos homens é maior, como por exemplo, nas renomadas feiras agropecuárias em que as mulheres da Cooperação costumam participar, as mulheres foram conquistando seu espaço. Como resultado disso e, por meio da cooperativa, o trabalho até então, invisível, realizado pelas mulheres no interior das propriedades rurais e comercializado apenas como as pessoas mais próximas da comunidade, tornou-se visível para um maior número de pessoas e alcançou outros públicos. É possível perceber essa situação por meio do relato da entrevistada E2 que descreve sua experiência em

uma dessas grandes feiras agropecuárias realizada no ano de 2019 em Criciúma/SC:

A gente esteve na última Agroponte agora, e a gente falava assim né, que era uma cooperativa de mulheres... nossa! Como teve elogios, como teve gente, assim, que gostou muito da nossa história [...] então a gente teve muita coisa boa, assim, um retorno muito bom, o pessoal gostando do que estavam vendo sabe. É muito legal. Bem legal.

Entretanto, cabe ressaltar que esse cenário nem sempre foi assim e o caminho para a conquista dessa posição não foi simples e nem aconteceu de repente, pelo contrário, as mulheres tiveram que lutar para conquistar visibilidade, espaço e credibilidade. Essa trajetória e a ascensão da posição ocupada pelas mulheres rurais no contexto da Cooperação pode ser observada por meio do relato da entrevistada E6 ao responder se já sofreu algum preconceito por ser mulher e/ou agricultora familiar, conforme segue:

Eu não digo preconceito, mas no início eles não acreditavam. Não tem aquelas pessoas que dizem assim: “Que que aquela colona lá quer fazer?” Então, no início que a gente começou lá da feira, a minha filha estava com 11 anos e eu trazia sempre junto, porque não tinha como deixar em casa, e ela vinha junto. Ela até tem um apelido que eles botaram nela de “coloninha”. E ela não gosta de ser chamada de coloninha. Então, não é um *bullying*, não é um preconceito, mas, assim, as pessoas mudaram bastante até no nosso pensamento que, assim, agora nós somos uma produtora rural, não mais uma colona. Que colona parece que rebaixa a classe, né.

No relato acima mencionado fica evidente as situações desagradáveis que as mulheres rurais da Cooperação vivenciaram durante sua trajetória, mesmo que elas não tenham consciência ou não consigam identificar tais situações como provenientes de preconceitos vinculados ao fato de serem mulheres e/ou agricultoras. Contudo, durante as entrevistas algumas cooperadas destacaram que conseguem perceber o reconhecimento e a valorização do seu trabalho e, conforme fica evidenciado nos relatos abaixo destacados, demonstram sentir orgulho do que fazem e da visibilidade que conquistaram.

Se hoje alguém falar assim, né, se eu vejo que tem alguma discriminação assim, em relação a isso, eu acho que eu dou risada. Porque eu tenho orgulho. Eu sinto assim, que é uma coisa que satisfaz a gente, né. A gente se torna importante mesmo fazendo algo. (E1)

Então, eu acho assim, bem legal, porque, às vezes, a gente vê que em alguns lugares, as mulheres não são assim muito reconhecidas, né. E, hoje, a gente vendo já dentro de casa que é o trabalho da feira que é o que a gente produz e coisa assim que é bem importante, para a família, eu acho assim bem, bem legal. (E2)

Não é somente em casa, na cooperativa ou em sua comunidade que esse trabalho é reconhecido, mas a visibilidade do trabalho realizado pelas mulheres da Cooperação também vem por meio de outras instituições que reconhecem a atuação das mesmas e, por conseguinte, buscam nelas inspiração em função da sua trajetória bem-sucedida, além de informações sobre o seu modelo de negócio. A cooperativa das mulheres agricultoras e artesãs de São Ludgero/SC recebe, frequentemente, visitas de diversos grupos que tem interesse em conhecer melhor o seu trabalho. Esse fato ganhou notoriedade a nível municipal e se tornou inclusive motivo de destaque e divulgação no site oficial da Prefeitura de São Ludgero na seção de notícias (figura 8). Conforme descrito na reportagem, essas visitas não são raras, e as mulheres da Cooperação já estão habituadas a receber esses grupos.

Figura 8 – Reportagem sobre a Cooperação no site da Prefeitura Municipal de São Ludgero/SC

saoludgero.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16556/codNoticia/513006

Cooperativa de Agricultoras Familiares e Artesãs de São Ludgero (Cooperação) recebe comitiva do Planalto Norte

#CooperaçãodeslexemploparaoBrasil - Publicado em 14/09/2018 às 07:14 - Atualizado em 14/09/2018 às 07:14

Uma comitiva de 35 pessoas do Planalto Norte de Santa Catarina, a maioria mulheres, coordenada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (Fetaesc) visitou São Ludgero na quarta-feira, 12 de setembro, e conheceram o funcionamento da Feira de Produtos Coloniais e o trabalho exemplar desenvolvido pela Cooperativa de Agricultoras Familiares e Artesãs de São Ludgero (Cooperação).

Segundo a Coordenadora Estadual de Mulheres da Fetaesc, Agnes Schipanski Weiwanko, é a quarto grupo que conhece o trabalho desenvolvido pelas famílias da Cooperação, em São Ludgero. "A visita está diretamente ligada ao curso 'Mulheres Empreendedoras: a arte da inovação da Microrregião da Astramate' e a Cooperação é exemplo de organização, confiança e respeito entre os integrantes, credibilidade e referência na forma que faz a gestão administrativa da cooperativa", ressalta a Coordenadora.

A comitiva ao chegar foi recepcionada pela presidente da Cooperação, Salete Soethe Fächter, e integrantes da cooperativa no Auditório da Sede Administrativa Municipal. Tomaram um café colonial, com produtos produzidos pelas famílias integrantes da cooperativa, e em seguida foi feita uma apresentação, mostrando passo a passo como um pequeno grupo de mulheres conseguiu ser case de sucesso, transformando inicialmente a comercialização de alguns produtos para um ganho extra, em uma Feira de Produtos Coloniais no município, em num negócio estruturado, legalizado e rentável passando a ser a principal fonte de renda para muitas famílias e comercializando produtos em abrangência estadual. Integrantes da Comitiva tiraram suas dúvidas e após fizeram uma visita a sede da Feira de Produtos Coloniais, no centro da cidade. A Cooperação já possui 14 anos de história e, atualmente, comercializa mais de 120 produtos. O prefeito Ibaneis Lembeck, o Iba, também deixou sua mensagem aos visitantes, falou sobre a importância da troca de experiências e conhecimentos, reforçando com orgulho o exemplo positivo que é para Santa Catarina e o Brasil a Cooperação.

A comitiva do Planalto Norte foi constituída por pessoas e lideranças dos municípios de Porto União, Canoinhas, Três Barras, Papanduva, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Itaiópolis.

Somente nos últimos 45 dias a Cooperação já recebeu três comitivas de pessoas, inclusive, de fora do estado de Santa Catarina para conhecer o funcionamento da Cooperativa, da Feira de Produtos Coloniais, e a forma de gerenciamento.

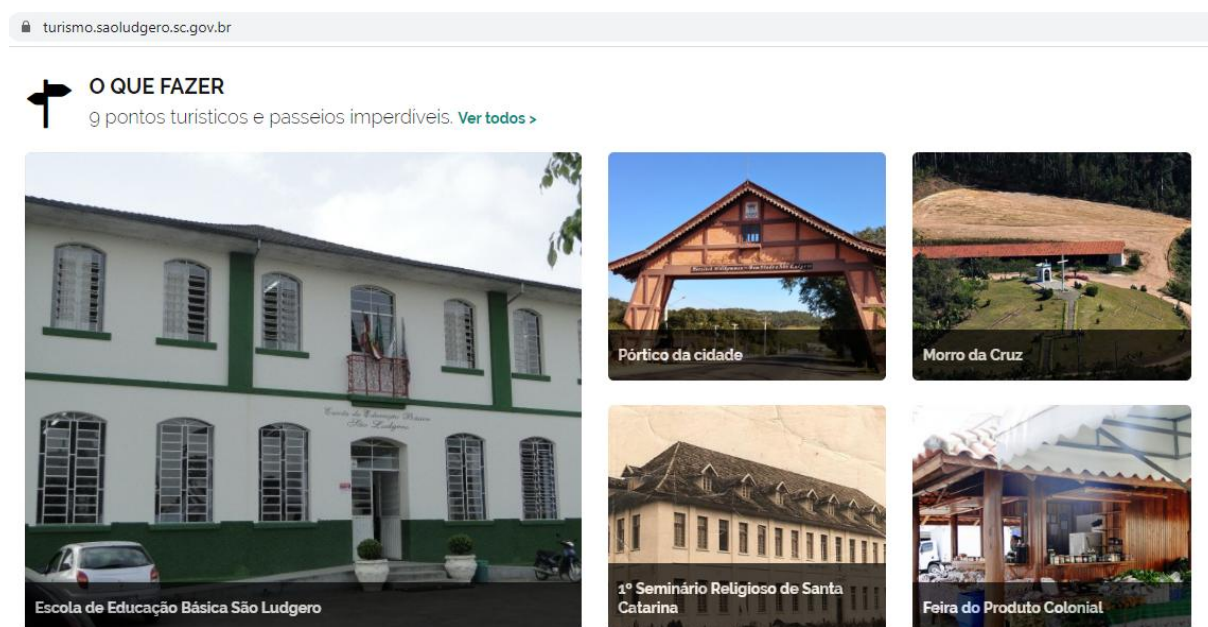


[Baixar imagem](#)

Fonte: Município de São Ludgero/SC (2019c).

Além disso, a visibilidade do trabalho realizado pelas mulheres rurais da Cooperação ganhou um alcance ainda maior com a divulgação do seu trabalho na página oficial do governo relacionada ao turismo em Santa Catarina, especificamente, no domínio destinado ao município de São Ludgero. A feira de produtos coloniais da Cooperação aparece como destaque na capa desse portal de turismo (figura 9), sendo que nesse espaço é possível obter informações sobre os dias e horários de funcionamento, telefones de contato, endereço do local e um breve histórico sobre a trajetória do grupo da Cooperação.

Figura 9 – Destaque sobre a Cooperação no site do Portal de Turismo de São Ludgero/SC



Fonte: Município de São Ludgero/SC (2019b).

Nesse sentido, é possível apreender que por meio do trabalho realizado na Cooperação as mulheres agricultoras familiares e artesãs de São Ludgero/SC conseguiram não somente conquistar o seu lugar na comunidade como transcender esse espaço, tornando-se referência para outros grupos e ganhando destaque regionalmente. Essa visibilidade, conquistada como resultado da ação coletiva, também imprime a identidade de cada uma das cooperadas no resultado do seu trabalho e, de forma concreta, está estampada nos seus produtos, que mesmo sendo comercializados de forma coletiva e com a marca da cooperativa, levam especificado o nome de cada produtora em seu rótulo (figura 10). Dessa forma, o

trabalho individual e o coletivo se tornam visíveis, ensejando a maior autonomia das mulheres da Cooperação.

Figura 10 – Foto da embalagem de um produto da Cooperação



Fonte: Autora (2019).

Nesse íterim, situa-se o terceiro e último argumento defendido nesta etapa da dissertação, o qual busca evidenciar a maior autonomia das mulheres rurais da Cooperação em função da sua participação na cooperativa: a logomarca como uma forma de representar sua luta.

Na figura 10, é possível observar o rótulo de um dos produtos fabricados por uma das cooperadas e comercializado na feira de produtos coloniais da Cooperação. Além das informações obrigatórias que devem estar presentes em uma embalagem, é possível observar a logomarca que as mulheres da Cooperação escolheram para representá-las. O significado da logomarca da cooperativa se apresentou como uma questão que despertou curiosidade no decorrer desta pesquisa, tendo em vista que as mulheres da Cooperação levam no desenho da logomarca um dos símbolos utilizados em lutas feministas para representar o movimento, o espelho de Vênus.

Figura 11 – Logomarca da Cooperação em placa localizada na sede da cooperativa



Fonte: Autora (2019).

Acerca do símbolo, é importante ressaltar que mesmo muitas vezes sendo utilizado por feministas e sendo amplamente conhecido como um símbolo das lutas feministas, o espelho de Vênus trata-se, conforme explica Ângela Maria Freire de Lima e Souza (2003), de um símbolo com viés androcêntrico utilizado para representar o sexo feminino em estudos reprodutivos em plantas e animais, em alusão a vaidade e frivolidade consideradas como características intrínsecas ao feminino, em oposição ao símbolo masculino, as armas de Marte, que representam a suposta luta e a coragem dos homens.

De qualquer forma, há que se considerar que na medida em que diversas integrantes do movimento feminista passaram a utilizar o símbolo do espelho de Vênus para representar o grupo e suas reivindicações, o símbolo, de certa forma, passou a ganhar também esse significado e a representar a luta das mulheres por seus direitos e a sua valorização. Cabe, no entanto, esclarecer qual o significado deste símbolo para as mulheres da Cooperação e, em que contexto a decisão de utilizá-lo em sua marca foi tomada. Essa questão foi elucidada de duas formas: por meio de um documento fornecido pela entrevistada E6, em formato de plano de negócios; e, por meio dos relatos das entrevistadas E6 e E8.

No documento acima mencionado consta que a logomarca da cooperativa foi criada com a participação de todos os membros cooperados e, que por meio de

sugestões e ideias compartilhadas houve um consenso quanto a elaboração do símbolo. Essa informação foi corroborada pela entrevista da participante E6, conforme segue trecho transcrito:

Foi feito uma reunião, e daí foi decidido fazer essa logomarca. E, falando sobre o que podia constar, aí na época ainda estava as [extensionistas rurais da Epagri], foram elas assim que mais assim incentivaram, mas todos do grupo deram um incentivo e, até na verdade, a gente falou que era bonito porque era a entrada e a saída do município, que era o pórtico. Então daí, ali embaixo [do pórtico, na logomarca] constam aquelas mulheres ali, aqui [no documento] agora já diz que era a força da mulher, então daí foi decidido em grupo sim, mas na época foi as [extensionistas rurais da Epagri] que estavam junto na reunião. Foi feito isso aí quando nós já estávamos com a cooperativa assim já para começar a vender os produtos, porque antes nós tínhamos aquelas etiquetas branquinhas. Então, até ali, até fundar a cooperativa, a gente só tinha etiqueta branca, e [a logomarca] surgiu quando fundou a cooperativa.

De fato, no documento fornecido pela cooperada, constam os elementos acima citados pela entrevistada E6, bem como uma explicação similar para a utilização de cada símbolo e para as cores escolhidas para estampar a logomarca da cooperativa. Em se tratando mais especificamente do símbolo do espelho de Vênus, o documento fornece a seguinte explicação: “Os símbolos que na imagem são formados por um círculo com uma cruz abaixo é referente ao sexo feminino, oriundo da mitologia, símbolo de Vênus, deusa da fertilidade. ” Ainda sobre a presença feminina na logomarca o documento aponta que as mulheres de mãos dadas abaixo do pórtico, representam as mulheres agricultoras e artesãs da Cooperação que, somente por meio da união e do trabalho em equipe tem forças para atingir os objetivos que anseiam.

Em consonância com o relato fornecido pela entrevistada E6 supracitado, a participação das extensionistas rurais da Epagri no processo de criação da logomarca foi essencial para o grupo, o que corrobora com o que foi possível apreender no decorrer de todo o processo de criação da cooperativa, desde o início do projeto via Microbacias 2, passando pela formação do grupo de mulheres agricultoras e artesãs até a concretização da Cooperação. Sendo assim, uma das extensionistas rurais da Epagri, a entrevistada E8, contribui no relato dessa trajetória e nos ajuda a compreender como se deu a criação da logomarca da Cooperação e os seus significados para o grupo, conforme segue o relato abaixo transcrito:

[...] a gente pensou um pouco em relação, a gente queria algo que representasse a cidade de São Ludgero, né. Que você coloque, que você vê a imagem e já pense em São Ludgero, e nessa ideia, né de memorizar ou vender a imagem do município a gente pensou no portal. Aí foi que surgiu a ideia de colocar o portal e algo que representasse a participação feminina no nosso grupo assim, a força das mulheres, do que elas tinham conseguido de resultado, que representasse o feminino, e aí, foi que pensou-se em colocar o símbolo, né, do feminino. [...] Então a ideia foi essa, representar algo que representasse a cidade e representasse o trabalho das mulheres. Então surgiu esse símbolo aí. Foi criado pelo próprio grupo, né, foi opiniões diversas do grupo. E, depois que o profissional colocou esse material, produziu o símbolo, a gente aprovou e está até hoje, né.

Por meio dos relatos das entrevistadas E6 e E8 e com base no documento fornecido é possível observar que a logomarca da Cooperação imprime uma identidade própria, e os símbolos estampados no rótulo carregam um pouco das trajetórias de trabalho das mulheres cooperadas. Entendendo que a cooperativa é o artefato que as mulheres rurais de São Ludgero, participantes da Cooperação, utilizam para dialogar com a sociedade, os símbolos presentes em cada produto também exercem essa função e passam uma mensagem para cada um de seus consumidores.

A presença do símbolo do espelho Vênus na logomarca da Cooperação, parece não possuir o caráter combativo e ativista tal como quando utilizado em lutas feministas, contudo, também parece estar longe de representar apenas a vaidade e a futilidade feminina, conforme o seu significado original. Desta forma, as mulheres da Cooperação criaram o seu próprio significado para o símbolo, representando, conforme os relatos, a participação e a força das mulheres. Assim sendo, o símbolo presente na logomarca da cooperativa pode se apresentar como uma forma de representar a sua luta, ainda que as mulheres da Cooperação não tenham plena consciência da desconstrução que exercem ao manterem total controle da cooperativa.

Nesse item, buscou-se responder à parte do objetivo geral deste trabalho e um dos objetivos específicos, qual seja, determinar se existem desconstruções relacionadas às desigualdades de gênero no âmbito da Cooperação. Com isso, defende-se que, especificamente, no contexto da cooperativa, isto é, nas atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito público as participantes da Cooperação realizam, em certa medida, desconstruções de desigualdades de gênero, tendo em vista a autonomia que as mulheres exercem nesse contexto.

Em suma, procurou-se demonstrar a autonomia como algo concreto, que está presente no controle das atividades da cooperativa exercido pelas mulheres, na visibilidade conquistada por meio da cooperativa, bem como nas suas lutas diárias representadas pela sua logomarca. Cabe ressaltar que no caso analisado, embora a produção seja parte importante para as mulheres, a autonomia não vem por esta via, mas sim pela gestão da cooperativa descentralizada. Conforme será evidenciado mais detalhadamente no próximo item, a divisão sexual do trabalho e as demais desigualdades de gênero ainda se fazem presentes no cotidiano das mulheres da Cooperação, especialmente, quando se trata da dinâmica presente nas unidades de produção familiar. Contudo, no âmbito público, ou seja, em se tratando da cooperativa, as mulheres estão à frente, decidem e controlam todas as etapas desde a produção até a comercialização.

4.4 E NADA MUDA: CONTINUIDADES DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Dando sequência a análise, este item aborda as questões acerca das continuidades das desigualdades de gênero identificadas no cotidiano das mulheres participantes dessa pesquisa, especificamente, no âmbito das unidades de produção familiar. Com base no aparato teórico fornecido pela literatura especializada, pôde-se analisar a divisão sexual do trabalho presente no cotidiano laboral das mulheres entrevistadas.

Nesse íterim, cabe retomar nessa etapa do estudo, o conceito adotado na presente pesquisa acerca da divisão sexual do trabalho, a partir do que definem Hirata e Kergoat (2007) as quais indicam que a divisão sexual do trabalho é a forma como se concretizam as desigualdades entre homens e mulheres decorrentes da divisão social do trabalho e das relações sociais entre os sexos, fazendo com que haja na prática a divisão entre atividades consideradas masculinas e femininas. Como consequência disso, as tarefas consideradas como masculinas, realizadas na esfera pública, são mais valorizadas e bem remuneradas do que as atividades consideradas femininas, realizadas no âmbito privado e doméstico. (HIRATA; KERGOAT, 2007).

No contexto da agricultura familiar, essa divisão sexual do trabalho se torna ainda mais problemática, tendo em vista que pela própria configuração característica das propriedades rurais, que buscam reunir os esforços de todos os membros da família para gerar um benefício coletivo, não existe uma clara distinção entre trabalho reprodutivo e produtivo. Contudo, via de regra, no meio rural, caracterizado pela forte presença da cultura do patriarcado, em que os homens detêm o poder e são considerados como os responsáveis pelo provimento da família, somente o trabalho realizado por eles, no âmbito público é considerado como trabalho produtivo. Como resultado disso, o trabalho realizado pelas mulheres rurais, majoritariamente de cunho reprodutivo, na esfera privada é desvalorizado e invisibilizado. (BRUMER, 2004; CORDEIRO, 2007; PAULILO, 2016).

Relacionando as peculiaridades existentes no cotidiano laboral das mulheres rurais, com o conceito apresentado por Hirata e Kergoat (2007) acerca da divisão sexual do trabalho, pode-se destacar, dentre as entrevistadas, alguns relatos que corroboram de forma empírica a presença do primeiro princípio organizador da divisão sexual do trabalho destacado pelas autoras: o princípio de separação, ou seja, existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. Ao ser questionada sobre quem é a pessoa na propriedade que, geralmente, participa dos cursos oferecidos pela EPAGRI, a E1 afirma que:

Mais é eu, porque é na área de produção, mas ele já fez cursos também de Senar [Serviço Nacional de Aprendizagem Rural] e, coisas assim, que pertencem a parte do homem. Ele faz, né. Ele já tem bastante cursos também, mas vai mais para a parte dele. Até, assim, de administrativo, administrar dinheiro, essas coisas, é ele que fez esses cursos, ele já fez dois dali. Mas, daí quando mexe com alimento, na área de produção, é eu que faço os cursos. E, daí também de manipulação de alimento, tudo é eu que faço. Às vezes, ele já fez também, porque ele também tem que, é curso que é obrigado para ele, né. Questão de lei.

No relato acima destacado, pode ser observada a divisão existente entre o que é considerado função dos homens e o que é percebido como função das mulheres, especialmente quando a cooperada cita que existem determinados cursos de qualificação para o trabalho que pertencem a parte dos homens, isto é, os cursos relacionados a administração dos negócios e dos recursos financeiros. Enquanto as mulheres, por realizarem atividades ligadas à produção e manuseio de alimentos e

por buscarem se profissionalizar, acabam realizando os cursos correspondentes a essa área.

Além disso, o conceito adotado pela entrevistada E1 quanto à divisão das tarefas cotidianas que ocorrem na unidade de produção familiar podem revelar certa divisão sexual do trabalho, conforme destacado no relato abaixo ao ser questionada sobre quem seria a pessoa responsável por levar os produtos acabados da propriedade até o local de venda:

É ele. Porque eu faço a parte até chegar na embalagem, daí da embalagem e rótulo é a parte dele, e deixar lá na cooperativa. Daí, ali eu não me meto. Se ele precisa, às vezes, assim, eu vou lá ajudo, né. Se eu acabar meu serviço antes, organizar, limpar e terminar de fazer, daí eu ajudo ele. Mas senão, ele faz aquela parte. Só o dia também que ele não está, que ele tem compromisso, às vezes uma reunião, uma coisa que ele não está, daí eu assumo aquilo lá também, né. Daí fica mais para mim.

É possível observar com base no relato acima que os homens aparentam exercer uma baixa participação nas tarefas consideradas como funções femininas: cozinhar, organizar, limpar. Acerca dessa divisão sexual do trabalho que ocorre no contexto rural, Brumer (2004) esclarece que determinadas atividades são, de maneira geral, atribuídas às mulheres em função de uma suposta vocação natural ou adquirida no processo de socialização, em que realizam tarefas que exigem habilidades consideradas como femininas (entre elas, servir, alimentar, limpar, cuidar e educar); ou ainda, em função da situação de trabalhadoras eventuais (o que mantém sua posição de executora das atividades de reprodução assegurada).

Outro aspecto importante a ser observado no relato supracitado diz respeito ao uso do termo “ajuda”, muito presente no cotidiano e nos relatos das entrevistadas quando o assunto abordado é trabalho. No meio rural, particularmente, o trabalho das mulheres quando realizado na esfera produtiva, ou seja, no campo de trabalho considerado masculino, é percebido como uma ajuda, mesmo quando as mulheres realizam o mesmo trabalho que os homens e com a mesma intensidade. (BRUMER, 2004; CORDEIRO, 2007).

Partindo desta perspectiva, é possível apreender a partir dos relatos das entrevistadas E1, E2 e E4, que mesmo nas propriedades em que a renda do grupo da cooperativa representa a principal fonte de recursos para a família rural, somente as mulheres executam as atividades relacionadas a produção e a transformação dos

alimentos e, nesse contexto, a participação masculina na unidade de produção familiar é considerada como uma “ajuda”, conforme fica evidenciado nos relatos a seguir: “Então, a parte de plantio é do [marido], né. E na parte de arrendamento também é ele que cuida, mas quem trabalha são os arrendatários. E na agroindústria sou eu e a minha sogra. E o [marido] quando precisa ele ajuda” (E2) e “Mais o responsável de tudo assim? Que é bem responsável para fazer as coisas, é eu. Mas, para trazer para a feirinha e coisa é o [marido]. Mas daí na propriedade é o [filho]” (E4).

Por outro lado, pode-se perceber que quando as mulheres participam das atividades consideradas como pertencentes ao universo masculino, a atividade laboral delas é considerada como uma “ajuda”, conforme evidenciado no relato da entrevistada E1:

Ele me ajuda aqui [na UPF], e eu ajudo lá [na tafona]. Mas, quando tem parte de limpeza, organização, eu fico. E, ele vai lá, às vezes, para arrumar o trato, tratar a criação... às vezes nós temos a vaca de leite que é só para nós, ele que faz esse serviço lá. E eu fico dentro de casa.

Em relação às cooperadas que declararam que a renda proveniente da cooperativa representa uma fonte de recursos secundária na família, é possível observar que as mesmas contribuem significativamente nas atividades consideradas como produtivas e realizadas pelos homens nas propriedades; enquanto, por outro lado, a contribuição masculina nas atividades das mulheres no âmbito da unidade de produção familiar é baixa. Esse fato pode ser observado na entrevista realizada com a cooperada E3, que quando questionada sobre sua rotina de atividades semanais, descreve que ela presta um importante auxílio nas atividades laborais desenvolvidas pelo marido e filhos, que comprem produtos alimentícios (frutas, verduras, ovos e panificados) para revender em feiras do tipo central de abastecimento no município de Criciúma (que não são vinculadas à feira da Cooperação), conforme segue relato:

Daí, vem o caminhão vem trazer a cenoura, vem trazer ovo, outro vem trazer cebola, outro vem trazer batata, outro vem trazer mais ovo... assim, ó: um tu tens que pagar, outro assinar nota, outro é dar cheque pré-datado. Daí é tudo a gente que tem que estar aqui fazendo esse negócio.

Entretanto, quando é questionada sobre a participação do marido e dos filhos nas atividades da unidade de produção familiar, a E3 responde que: “Daí é eu

e a [filha]. Eles não ajudam”. O mesmo acontece com a E5, que também tem na cooperativa uma alternativa complementar de renda familiar e quando indagada se atualmente sua ocupação principal são as atividades da cooperativa a mesma responde afirmativamente e complementa: “Sim, daí eu ajudo meu marido na roça. Ajudo a plantar milho, tem gado de corte, daí eu tenho a vaca de leite também, que eu faço umas coisinhas em casa”. No entanto, quando questionada sobre quem é a pessoa responsável por realizar as atividades da unidade de produção familiar a resposta confirma a hipótese da baixa participação masculina nessas atividades, especialmente, nas propriedades onde a renda do grupo da cooperativa não é a principal: “Eu e meu marido cuidamos... mais eu do que meu marido. [risos]. Mais coisa do gado, coisa assim [é ele]. Mas ele me ajuda”.

Esses relatos podem corroborar de forma empírica com o segundo princípio organizador da divisão sexual do trabalho desenvolvido por Hirata e Kergoat (2007), o princípio hierárquico, o qual descreve que um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher. De forma resumida, o trabalho das mulheres rurais é considerado como produtivo apenas quando elas participam das atividades consideradas masculinas, entretanto, mesmo nesse contexto elas não são percebidas como uma trabalhadora no mesmo patamar dos homens, mas seu trabalho produtivo é visto como uma “ajuda”.

No âmbito da presente pesquisa, no contexto das propriedades onde a renda principal é proveniente da cooperativa, são os homens que “ajudam” as mulheres, porém, raramente se envolvem na produção de alimentos, e ficam quase sempre a cargo das atividades consideradas tradicionalmente masculinas. A situação pode ser relacionada considerando que o trabalho realizado pelas mulheres da cooperação é um trabalho considerado feminino e, nesse contexto, o trabalho dos homens na esfera doméstica é percebido como uma “ajuda”. Além disso, nas propriedades onde a renda da cooperativa é secundária, as mulheres continuam “ajudando” os homens nas atividades consideradas produtivas, consideradas como masculinas e, raramente, ou nunca recebem ajuda dos homens nas atividades da unidade de produção familiar.

Outro fator evidenciado na presente pesquisa e relacionado à divisão sexual do trabalho, especificamente, no âmbito da agricultura trata-se da concepção de “trabalho leve” analisada por Paulilo (2016). Retomando brevemente o conceito já

explanado anteriormente, a autora descreve a relatividade do significado do termo “trabalho leve” que, de forma geral, é utilizado no meio rural para designar atividades atribuídas às mulheres, crianças e idosos/as, as quais consequentemente recebem remuneração menor, por serem consideradas como tarefas com menor esforço físico. Enquanto isso, o “trabalho pesado”, atribuído aos homens, é percebido como um trabalho que exige grande esforço físico e, portanto, merece uma melhor valorização e remuneração.

Na entrevista realizada com as associadas da Cooperação, essa questão emerge quando as participantes são questionadas se consideram sua demanda de trabalho maior, igual ou menor do que dos homens. A resposta foi unânime quanto a demanda de trabalho das mulheres ser maior do que a dos homens, porém ficou evidenciado nas entrevistas destacadas abaixo que, apesar de elas considerarem ter uma demanda maior, o trabalho realizado pelos homens ainda é considerado mais “pesado” que o realizado pelas mulheres.

[...] Eu acho que eu trabalho muito. Porque assim, daí é dentro de casa, é na rua, é tudo. [...] Eles [filhos e marido] trabalham bastante também, assim, eles são mesmo de trabalho. Eu trabalho demais até, mas acho que nós trabalhamos bastante também. Assim, daí não é aquele serviço pesado, mas tu tens que dar conta das coisas. (E3)

Eu tenho maior [demanda de trabalho], só que se a gente comparar no trabalho deles, eles têm um serviço mais esforçado lá, lá na madeira é muito pesado. O gado também não é tão fácil de a gente cuidar. O meu é no enxuto, no seguro. Trabalho o dia inteiro, tem dias que eu nem descanso, mas eu estou tranquila. Eu faço conforme as pernas alcançam. (E6)

No relato da entrevistada E3 acima transcrito é possível observar que a participante tem a percepção de que o trabalho que ela executa não se restringe a suas atividades externas “na rua”, mas também abrange todo o trabalho realizado no âmbito doméstico “dentro de casa”. Já a entrevistada E6, para argumentar que apesar de considerar que exerce uma maior demanda laboral do que os homens da casa o seu trabalho não é tão pesado ou “esforçado” quanto o deles, justifica que ele é realizado em um ambiente laboral com mais qualidade, nas suas palavras “no enxuto, no seguro”, ou seja, no espaço doméstico.

Nesse sentido, é importante abordar uma outra face da divisão sexual do trabalho que se concretiza por meio da divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados, ficando as mulheres como as principais ou únicas responsáveis por

executar essa demanda de trabalho. Essa forma de trabalho, também pode ser chamada de trabalho reprodutivo, isso porque é uma atividade essencial para reprodução e manutenção da vida humana. Particularmente, no meio rural, o trabalho reprodutivo é considerado como uma função intrínseca ao sexo feminino, e quando os homens realizam alguma tarefa nesse âmbito, estas são percebidas como uma “ajuda” para as mulheres. Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, as mulheres responderam de forma unânime que são as responsáveis por realizar os trabalhos domésticos e por cuidar dos demais integrantes da família quando se faz necessário. Ilustrando, especificamente, a sua rotina de atividades domésticas, a E3 descreve o seu cotidiano da seguinte forma:

Daí é tudo eu e a [filha]. Cozinhar para a mãe, a gente dá uma ajudada. Ela faz o almocinho, porque daí tu não vai tirar tudo dela, né. Assim, daí eles ficam inúteis, as pessoas mais idosas. Mas, daí a limpeza, a gente faz um faxinão nas quintas. Daí ela [filha] está trabalhando de manhã, e eu vou limpando lá para dentro de casa, vou limpando o banheiro. Daí, de tarde ela limpa para cá, da cozinha para cá. É tudo eu e ela. Lavar roupa também.

Quando a entrevistada é questionada sobre a participação dos homens na execução dessas atividades domésticas, responde da seguinte maneira: “Não, eles não participam. Porque eles nem dão conta do que eles têm também. E nós nunca damos conta. [risos]” (E3). Entretanto, mesmo a entrevistada sugerindo nessa assertiva que os homens têm muita demanda de trabalho produtivo e, por isso eles não dão conta de participar da execução dos trabalhos domésticos, em outra resposta se torna evidente a percepção da mesma de que eles não realizam essas atividades porque estas simplesmente não fazem parte da demanda de trabalho considerada masculina e, que ao entrar no espaço doméstico “acabou o serviço” para eles, conforme segue o relato:

Sei lá, eu às vezes eu digo assim, de certo quem pensa: “ah, tão dentro de casa, não fazem nada”. Mas nós, tem vezes que eu nem deito de meio-dia. [...] Eu penso assim, lá às vezes eles não terminam o serviço, mas vem pra dentro de casa, acabou o serviço. E nós, às vezes ficamos aqui empacotando, às vezes eu fico fazendo mais um serão, eu fico até 9 e pouco, até 10 horas, ou fico lá na mesa fazendo essas coisas da feira.

Ainda sobre os relatos da entrevistada E3, cabe ressaltar a menção a participação da filha na execução das atividades domésticas. No meio rural, o auxílio das filhas mulheres nos trabalhos domésticos é muito comum e, conforme aponta

Brumer (2004), as filhas acompanham as mães em suas atividades e, frequentemente, as substituem na execução das tarefas domésticas. Estudando os fatores explicativos do processo de migração rural-urbana mais acentuada entre as mulheres do que entre os homens, a autora descreve em seu estudo que existem alguns fatores internos às famílias rurais que favorecem esta movimentação, entre eles destaca-se as desigualdades de gênero, que atribuem às mulheres (principalmente às mulheres jovens) uma posição desvalorizada no grupo familiar, expresso, especialmente, na relegação das atividades domésticas às mulheres.

No âmbito da presente pesquisa, ficou evidenciado que a maioria (cinco dentre as seis associadas entrevistadas), citou que as suas filhas auxiliam na execução dos trabalhos domésticos da propriedade. Quando questionada sobre quem eram as pessoas responsáveis por executar as tarefas domésticas na sua propriedade, a E4 informou: “Divide eu com a [filha]. Só eu a [filha]”. As entrevistadas E2 e E5 foram além na resposta e acrescentaram alguns relatos sobre as suas dificuldades em função dessa situação. A entrevistada E5 informa: “Bem complicado. Assim, eles tudo trabalham fora e fica para mim. O que eu consigo fazer eu faço, senão fica para o fim de semana. Daí a minha filha me ajuda, no fim de semana mais. Durante a semana só faço o que posso”. Sobre essa questão, a E2 esclarece:

Então, é bem puxado, né. Daí, agora até acabei, mas ainda fazia faculdade. Então, assim, é bem puxado. É bem puxado, mesmo. Mas, é o que dá para fazer, porque a minha sogra tem 76 anos, o meu sogro tem 80. Daí a minha filha, que é a maior, tem 20, e a pequena de 11 também não pode fazer muita coisa... ela ajuda, mas não tem muita coisa. Então... assim, é puxadinho, mas dá para levar por enquanto [risos].

Nos relatos acima mencionados as entrevistadas descrevem o trabalho doméstico executado pelas filhas como uma ajuda, dando uma noção de centralidade da sua participação como principal executora da função, e os demais membros entram de forma secundária. Conforme elucidado anteriormente, o termo “ajuda” se faz muito presente nos relatos das entrevistadas, isso porque, especialmente em contextos rurais a esfera doméstica é considerada como um espaço de trabalho das mulheres e, qualquer elemento diferente que participe dessas atividades as executa em forma de ajuda.

Esse fato pode ser evidenciado por meio do relato da participante E1, que ao ser questionada sobre como funciona a divisão das tarefas domésticas na sua

família responde: “Depende assim, se ele está livre lá fora, ele me ajuda. Mas, senão ele vai e fica lá no serviço dele lá, e eu que sou responsável. Daí, às vezes minhas filhas me ajudam também”.

Uma das consequências da desigual distribuição dos trabalhos domésticos emerge durante as entrevistas quando as participantes revelam as dificuldades presentes nos seus cotidianos em virtude da falta de tempo gerada pela sobrecarga de tarefas, conforme segue relato da entrevistada E4:

Parece que tem que ter um dia e meio, e ainda sei lá. Tinha que ter mais tempo [risos]. É porque a gente tem muito serviço, né, assim, já tem o da casa, aí tem esse da feira, da cooperativa. Daí, assim, às vezes é difícil. Às vezes tem que ir atrás de alguma coisa para a cooperativa, é difícil tu sair, porque tu já tens as tuas coisas. E o tempo, ele é danado daí. (E3)

É possível observar que o fato de participarem do grupo da cooperativa ou de demais atividades não faz com que as mulheres deixem de ser as responsáveis por realizar os trabalhos domésticos. O que acontece é que elas apenas adicionam novas tarefas na sua rotina já repleta de atividades. Isso ocorre porque, conforme mencionado anteriormente, as atividades domésticas são consideradas pertencentes às mulheres, independentemente de outras atividades que elas realizem. Todos esses fatores contribuem, significativamente, para que surja essa sensação de falta de tempo relatada pela entrevistada.

Assim como o trabalho doméstico, o trabalho de cuidados também faz parte dos trabalhos reprodutivos realizados pelas mulheres rurais nos estabelecimentos familiares, os quais são, de forma geral, percebidos como uma responsabilidade das mulheres, tendo como justificativa alguns fatores supostamente intrínsecos à concepção de “natureza feminina”. No universo das entrevistas realizadas nessa pesquisa, de forma unânime, todas as participantes relataram ser as principais responsáveis por cuidar dos familiares quando necessário. Dentre os relatos, destaca-se a explanação da entrevistada E3 ao explicar suas restrições para sair de casa em função dos cuidados necessários que tem que ser prestados à sua mãe, uma senhora idosa.

Quando é para participar da feira é nos sábados, né. Então, a gente tem os grupos formados já, daí eu não sou no mesmo dia que a [filha]. Daí a gente sempre tenta ficar uma em casa e a outra ir, por causa da mãe. Para não deixar ela sozinha aqui dentro de casa, ou ajudar também, né. Porque daí tu deixa almoço tudo para ela fazer, daí não tem tantas condições de ficar

sozinha, sozinha. E, reunião é sempre nas segundas a tarde. Se o meu filho mais novo que fica em casa, se ele não precisa sair, nós duas vamos, senão eu fico e ela vai. Que daí ela já sabe mais coisa da cooperativa, se às vezes alguém quer saber alguma coisa, daí ela vai e eu fico. Eu e a [filha] revezamos.

No relato acima citado, fica evidenciado a responsabilidade da entrevistada nos cuidados dispendidos com a sua mãe. Entretanto, em outra oportunidade durante a entrevista a questão do trabalho de cuidados é retomada com essa mesma entrevistada, e quando questionada, primeiramente a E3 relata a participação de todos de forma democrática no cuidado com a sua mãe idosa, conforme segue: “[...] todo mundo é bem parceiro, assim, para esse lado, daí nós conversamos”. Contudo, quando interrogada novamente sobre quem seria o/a principal responsável nas tarefas de cuidados com a sua mãe, a entrevistada revela: “Mais eu, e a gente vai revezando. Às vezes, se nós precisamos sair, assim, também, até o [marido] fica. Sempre fica. Alguém fica. Mas a gente é responsável, né? Se vai todo mundo sair e ela não sai, é eu que fico quase sempre”.

A dificuldade de perceber as desigualdades de gênero na distribuição das tarefas de cuidados não se apresenta de fato como uma novidade, ou algo extraordinário, tendo em vista que as mulheres tendem a encarar essas tarefas como uma responsabilidade natural delas. Contudo, ao serem interrogadas sobre essas distintas posições ocupadas por homens e mulheres no trabalho reprodutivo abre-se uma oportunidade para repensar e refletir sobre essas questões que até então estavam normatizadas. No processo de realização desta pesquisa de campo, pôde-se evidenciar um desses momentos de reflexão quando um dia após a realização de uma entrevista, uma das cooperadas (E5) enviou um relato de sua experiência pessoal por meio de uma mensagem de áudio em um aplicativo de conversas, conforme segue a transcrição:

Bom dia, Suzane. Olha só, essa tua entrevista serviu para abrir a minha cabeça [risos], sabe?! Eu, assim, até se um dia tu conseguir me dar uma folha dessas tuas perguntas eu vou fazer a minha família responder. Porque eu saí dali à tardinha, à noite, aqui em casa, estava na mesa com a [filha] e com o [marido] aqui, daí eu contei da entrevista e eles perguntaram como é que era a entrevista. Aí eu fui falando. Aí eu me toquei. Eu disse: “meu Deus”. Eu fui assim falando e eu disse: “isso não está certo”. Porque, é..., eu quase que estou eu cem por cento fazendo tudo aqui dentro de casa [risos]. Gente do céu! Daí até fiquei até assim, até fiquei com vergonha do que eu botei tudo lá, porque... e, é uma realidade aqui, Suzane. E, eu acho que é uma realidade da maioria das mulheres da roça! Sabe?! Eu acredito que com a E4 também quase foi isso, e com todas as da Cooperação. Eu

sei que carrega a família nas costas. É bem assim. [risos] Gente do céu! Eu fiquei bem... nossa serviu assim, eu acho que nunca ninguém fez essas perguntas para mim, porque é fácil a gente olhar o outro na frente da gente. Ah, reclama e daí a gente fala: “ah, mas não faz para ver, se ele não vai fazer”! E, a gente própria não faz isso. Eu prefiro fazer do que deixar sem fazer ali na minha frente, e ficar aquilo ali, sabe, sem fazer, sem concluir. E, eu acho que eu estou errada. E, como é que eu vou mudar essa história? [risos]. Gente que coisa! Tu me balançou... [risos]. [...] E, é uma realidade de toda mulher da roça, com certeza! Porque quem eu conheço, é bem assim. Eu vejo aqui as minhas vizinhas que trabalham na roça, é claro, e elas são todas assim. Tem a roça, tem a casa, tem o gado, tem roupa, tem alimento. É uma história sem fim [risos].

Nesse trecho do relato, a cooperada revela que no processo de contar para os familiares como havia sido a entrevista ela pôde refletir sobre a disparidade da carga de trabalho dela em relação aos demais familiares, especialmente, no tocante aos trabalhos domésticos e de cuidados. Esse momento de reflexão, certamente causa um sentimento de desconforto com a situação vivenciada, no caso da entrevistada o sentimento relatado é de vergonha. Como resultado desse repensar, a participante percebe que mesmo tendo consciência de que as tarefas realizadas na propriedade deveriam ser melhor distribuídas e que cada membro da família deveria exercer sua parcela no todo, ela própria não vivencia essa divisão mais justa no seu cotidiano e se questiona de que forma poderia mudar essa situação.

Além disso, ao refletir sobre a sua situação particular a entrevistada também reflete sobre a posição ocupada pelas mulheres rurais de forma geral, o que corrobora com o aparato teórico que deu suporte para este trabalho, especialmente, nas pesquisas de Brumer (2004) e Cordeiro (2007) que descrevem as diversas tarefas que as mulheres realizam e os variados espaços em que circulam no seu cotidiano, conciliando as atividades produtivas e reprodutivas no interior das propriedades rurais. Parafraseando a entrevistada, acerca de todo o trabalho realizado pelas mulheres rurais no seu cotidiano: “é uma história sem fim”.

Em um outro trecho do mesmo relato, a E5 ressalta que os questionamentos dela nada têm a ver com a dinâmica financeira familiar, e ela está satisfeita com a situação atual, conforme segue a transcrição: “E assim, não falo em fato o dinheiro, sabe? Porque aqui o meu marido, a gente, assim, se dá muito bem, é... tudo é, tudo assim, eu não tenho o meu dinheiro e ele o dele. A gente sempre, sabe, coloca junto”. Essa configuração financeira, em que a renda familiar é indivisível e pertence ao todo é muito comum no meio rural, isso porque, nesse

contexto o entendimento é que, de forma geral, todos os membros da família que trabalham na propriedade reúnem seus esforços individualmente para gerar um benefício coletivo, ou seja, a renda familiar.

Esta ideia, conforme destaca Abramovay (2007) está presente no pensamento de Chayanov, economista e agrônomo de destaque que estudou profundamente a unidade de produção camponesa, e que defendia que esta dinâmica financeira específica é própria da produção familiar e trata-se da indivisibilidade, a não fragmentação da produção familiar ou da não separação entre o orçamento produtivo e o orçamento doméstico. Abramovay (2007, p. 61) esclarece que esta é uma das ideias básicas do pensamento de Chayanov, isto é, “[...] a renda familiar é um todo indivisível cuja formação se origina e depende de um organismo econômico único”.

Essa percepção acerca da indivisibilidade da renda familiar nas unidades de produção permeia os relatos de praticamente todas as entrevistadas quando questionadas sobre a dinâmica financeira familiar, e fica evidenciada, especialmente, no relato da E3:

É tudo no mesmo monte. Eu faço a conta aqui ou recebo, eu boto tudo lá no mesmo monte. Daí ontem ainda o [marido] fez pagamento deles [filhos], daí todos eles ganham o seu pouquinho [...]. Daí, é tudo no mesmo monte. Não tem essa. Tu fazes, tu já botas lá, precisa pagar as contas da casa tu pega daquele. E daí o capital de giro também para as coisas que compra para a feira, para o gado, ração, daí o dinheiro do gado vai tudo para lá também, tudo no mesmo monte, está tudo ali.

Contudo, mesmo que na lógica da agricultura familiar a renda familiar seja algo indivisível, normalmente é necessário que uma ou mais pessoas sejam responsáveis pela administração desses recursos. Nesse contexto, é muito comum que, por serem considerados como os responsáveis pela parte produtiva nas propriedades e em função da cultura do patriarcado - muito presente no meio rural, em que o homem é visto como o chefe da família e responsável pelo seu provimento - os homens sejam os responsáveis pelo controle e administração dos recursos financeiros. Nas propriedades rurais, conforme destaca Brumer (2004) as mulheres e os jovens exercem um baixo poder de influência nas decisões relativas aos recursos financeiros, se restringindo, de maneira geral, a participar apenas dos

processos decisórios que envolvem as despesas domésticas e as necessidades individuais.

Corroborando com este entendimento, Aline Motter Schmitz e Roseli Alves dos Santos (2013) em seu estudo sobre a importância da produção leiteira e a divisão sexual do trabalho na região Sudoeste do Paraná, ressaltam que os ônus do sistema patriarcal recaem sobre as mulheres, tendo em vista que os homens são considerados os detentores do poder de decisão familiar, controlando e administrando tanto a unidade de produção familiar quanto os rendimentos provenientes dela. Nesse contexto, uma das alternativas para as mulheres e os jovens obterem alguma renda própria, de acordo com Brumer (2004) pode surgir por meio da venda da sua mão-de-obra para terceiros, ou então, através das pequenas vendas dos produtos da agricultura familiar, os quais são, comumente, transformados pelas mulheres em suas cozinhas.

Nesse sentido, as cooperativas descentralizadas podem se apresentar como uma alternativa para a comercialização dos produtos transformados pelas mulheres rurais e, conseqüentemente, como uma forma de promover o acesso a renda para elas. Cabe salientar que, conforme aponta Paulilo (2016) ainda que o acesso à renda própria seja de extrema importância para as mulheres rurais, isto por si só, não representa a solução para todos os problemas gerados pelas desigualdades de gênero; contudo é um caminho para autonomia feminina.

No âmbito da presente pesquisa, pôde-se observar duas situações distintas em relação ao controle e gerenciamento dos recursos provenientes do grupo da Cooperação, quais sejam: nas propriedades rurais onde a renda da cooperativa representa a principal fonte de recursos financeiros, há uma tendência que aponta para o maior controle e gerenciamento dos recursos por parte dos homens; enquanto, nas propriedades em que os rendimentos do grupo da Cooperação representam uma fonte de renda secundária, há uma sugestão de que as mulheres exercem maior autonomia na administração desse recursos. Há que se considerar que não foi possível apreender todos os detalhes de como são geridos cotidianamente os recursos das propriedades, portanto, esse controle pode ser mais ou menos intenso. Isso vai depender do tipo de relações estabelecidas no âmbito doméstico.

Sendo assim, essa situação é evidenciada por meio dos relatos das entrevistadas que têm na Cooperação a principal fonte de renda familiar, ou seja, as participantes E1, E2 e E4 (conforme demonstrado no quadro 1). Quando questionada sobre a forma de funcionamento da dinâmica financeira familiar a E4 responde: “Assim, a maioria, tipo assim, eu sempre guardo um pouco para mim. E a maior parte é o [marido] que pega. Ele vai gastando em comprar trator, comprar carro. E tem as criações, comprar trato e coisa. E assim vai indo”. O mesmo fica evidenciado no relato da E2 quando questionada sobre quem é a pessoa responsável por administrar os rendimentos provenientes da cooperativa: “Então, o [marido] que fica com essa parte. Ele que vê o que tem que pagar hoje... então, é ele que tá. Antes era eu. Quando era dividido, que não era para a despesa da casa, eu que fazia essa parte, mas agora é com ele”. Já a entrevistada E1, antes de revelar que o marido é o responsável por administrar os recursos financeiros na propriedade explica que:

Hoje, é que tipo assim, é que eu e ele temos aonde investir. Nós deixamos reservado o que é para os nossos custos, para não ficar faltando aqui na cozinha, daí eu recebo um pouco assim, só para mim me manter, né. E daí o resto ele dificilmente deposita, porque não dá assim para a gente depositar. Daí ele já vai investindo em tudo na propriedade, ele está investindo diretamente assim, mas a gente deixa a reservinha lá, mas o que a gente está tirando, assim, no dia-a-dia da gente, é tudo investido coisa na propriedade hoje.

Nesse íterim, as participantes E3, E5 e E6, as quais relataram que as vendas do grupo da cooperativa representam uma fonte de renda secundária para sua família, sugerem ter maior controle na administração dos recursos financeiros provenientes das suas atividades na Cooperação, conforme evidenciado no relato da E5 ao ser questionada sobre a destinação usual dos rendimentos provenientes das vendas na cooperativa: “Da merenda direto para o banco. E o da feirinha é mais para pagar as minhas contas”. Além disso, a E6 revela que administra os rendimentos provenientes do grupo da Cooperação da seguinte forma: “Na verdade eu faço o rancho da casa. Consigo pagar o rancho, as despesas da casa com o dinheiro da feira. [...] E, eu consigo pagar as despesas da família. Mas, da feira como é que eu faço: não divido em casa, fica comigo e eu pago as despesas da casa”.

Alguns estudos realizados em contextos rurais, permitem constatar a recorrência desse padrão de maior participação masculina no controle das finanças à medida em que ocorre a percepção da valorização econômica das atividades consideradas femininas e realizadas pelas mulheres. Hernández (2010) constata em seu estudo sobre o Pronaf-mulher que, mesmo representando o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres rurais por parte do Estado, este crédito não garante a autonomia econômica feminina, tendo em vista que é recorrente uma maior participação masculina no controle e gerenciamento dessas atividades (nesse caso, trata-se da atividade leiteira) à medida que estas se tornam atrativas financeiramente.

Um resultado similar é constatado por Paulilo (2016) ao estudar a participação feminina na produção familiar de leite nos anos de 1995/1996 na região do Alto Vale do Itajaí/ SC. A autora evidencia por meio da pesquisa realizada que, a medida em que a produção de leite começa a dar lucro, o que acontece não é a exclusão das mulheres da atividade leiteira como todo, isso porque elas continuam trabalhando intensamente na produção, mas a exclusão ocorre especificamente nas esferas de gerenciamento e decisão.

Cabe ainda destacar, a recente pesquisa realizada por Vandreça Vigarani Dorregão (2018), a qual corrobora com as demais pesquisas mencionadas anteriormente no que concerne a presença masculina na administração dos recursos em unidades de produção familiar em detrimento da participação feminina. No contexto estudado pela autora, isto é, as mulheres presentes na atividade leiteira no município de Orleans/SC, a participação ou responsabilidade das mulheres se limitou às questões relativas à esfera doméstica, especificamente, às compras e os pagamentos das contas da casa.

É importante ressaltar que o contexto da participação das mulheres na atividade leiteira é diferente das mulheres da Cooperação, tanto em relação às atividades desenvolvidas, quanto acerca da forma como ocorre a divisão sexual do trabalho. Em suma, na atividade leiteira as mulheres estão restritas a apenas uma parte da atividade, geralmente as atividades consideradas domésticas ou privadas. Já na Cooperação, as mulheres controlam desde a produção até a comercialização, além de circularem nos dois espaços – privado e público. Contudo, traz-se os estudos realizados no âmbito da atividade leiteira justamente por existir um ponto de

congruência entre os dois contextos: o maior controle financeiro exercido pelos homens em atividades consideradas femininas que apresentam lucratividade.

No âmbito da presente pesquisa, além da tendência de maior controle e gerenciamento de recursos financeiros por parte dos homens nas propriedades em que a renda proveniente da Cooperação é mais representativa, também foi possível apreender a tendência de uma maior participação masculina nas atividades dessas unidades de produção familiar. Entretanto, assim como sugerem as pesquisas anteriormente mencionadas, os homens não estão presentes em todas as atividades da unidade de produção familiar, mas, majoritariamente, nas funções de gerenciamento e administração; enquanto as mulheres se restringem às atividades ligadas à produção no âmbito das unidades de produção familiar. Esse fato pode ser evidenciado por meio de uma sequência de questões feitas às participantes, relativas as atividades desenvolvidas nas unidades de produção familiar. As respostas dessas questões foram tabeladas e organizadas, resultando na elaboração do quadro 3, conforme consta a seguir.

Quadro 3 – Divisão das tarefas das unidades de produção entre as mulheres (M) e os homens (H)

Atividade	E1	E2	E3	E4	E5	E6
Decidir o que comprar	M	M	M	H	M	M
Sair pra comprar	H	H	M	H	M	M
Pagar fornecedores	H	H	M	H	M	M
Entregar na cooperativa	H	H	M	H	M	M
Ir ao banco	H	H	M	H	M	M
Falar com extensionistas	M	M/H	M	H	M	M
Fazer os cursos da Epagri	M/H	M/H	M	M	M	M/H
Dirigir	M	M	M	H	M	M
Produção	M	M	M	M	M	M

Fonte: Dados da pesquisa. Entrevistas realizadas com as mulheres (2019).

Com base nos dados que constam no quadro acima é possível observar que a participação masculina tende a ser maior nas unidades de produção familiar em que a renda da Cooperação é a principal fonte de recursos financeiros da propriedade rural (E1, E2 e E4), sendo que nesses casos o marido tende a ser o principal responsável por sair para comprar os insumos, realizar o pagamento de fornecedores, fazer a entrega dos produtos prontos na cooperativa, ir ao banco

resolver questões burocráticas e de pagamentos e, em certa medida, lidar com os extensionistas rurais, fazer os cursos fornecidos pela Epagri e até mesmo decidir quais insumos comprar.

Em suma, nessas unidades de produção os homens tendem a ser os responsáveis não só pelo gerenciamento dos recursos financeiros, como também pelo controle e gerenciamento das atividades administrativas, sendo que as mulheres ficam responsáveis pela produção e transformação dos alimentos. Enquanto isso, nas unidades de produção familiar em que os rendimentos do grupo da Cooperação representam um recurso financeiro complementar, a realidade é um pouco diferente, isto é, as mulheres emergem como as principais responsáveis pelas atividades administrativas e de gerenciamento da produção, decidindo desde quais produtos comprar, quais fornecedores escolher, realizando os pagamentos, entregando os produtos na cooperativa e realizando as demais atividades burocráticas presentes em seu cotidiano. Nesses casos, é possível perceber que as mulheres demonstram ter um maior controle sobre as unidades de produção familiar e, conseqüentemente, maior autonomia e liberdade nas tomadas de decisões.

Em ambos os casos, foi possível constatar que os homens demonstram não participar das etapas de produção em si, ou seja, as atividades relacionadas a transformação de alimentos são realizadas, majoritariamente, pelas mulheres rurais, ficando evidente que por serem atividades consideradas femininas, os homens não participam ativamente dessas atividades. Em consonância com a abordagem realizada anteriormente no texto, é possível observar que, no âmbito das unidades de produção familiar as mulheres rurais são entendidas como as detentoras de uma vocação natural para determinadas tarefas (produção e transformação de alimentos, além das atividades domésticas e de cuidados) em detrimento de outras atividades, expressando, por conseguinte, a divisão sexual do trabalho.

É importante salientar que, as inferências presentes neste item se referem, especificamente, ao contexto identificado nas unidades de produção familiar, e que, no âmbito das atividades desenvolvidas pelas mulheres na cooperativa foi possível identificar que existe, em certa medida, uma maior autonomia das mulheres, conforme discutido no item anterior. É nesse sentido que a expressão “tudo muda, mas nada muda”, empregada por Hirata e Kergoat (2007) é utilizada neste trabalho, demonstrando o paradoxo da divisão sexual do trabalho.

No contexto das mulheres participantes da Cooperação, “tudo muda” quando é possível identificar certa forma de desconstrução de desigualdades de gênero, especialmente, levando em consideração a autonomia percebida no contexto das atividades desenvolvidas pelas mulheres na cooperativa, as quais estão na liderança da Cooperação, controlando desde a produção até a comercialização. Por outro lado, “nada muda” quando é possível identificar que as mulheres tendem a ser as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e de cuidados, além da produção e transformação de alimentos nas unidades de produção familiar, mesmo nas propriedades em que a renda da cooperativa tem grande representatividade. Sendo assim, em certos contextos, desigualdades de gênero parecem ser desconstruídas, em outros, ainda, são reproduzidas, evidenciando continuidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância atribuída à participação das mulheres na história da humanidade certamente não condiz com a sua real importância, especialmente, tendo em vista as persistentes desigualdades de gênero que ocultam a presença e a contribuição feminina. No decorrer dessa pesquisa essa questão esteve presente em, praticamente, todas as etapas da construção teórica, sendo destacada por diversas/os estudiosas/os das categorias centrais mobilizadas, quais sejam: gênero, divisão sexual do trabalho e patriarcado. Além disso, essa situação ficou latente na reflexão teórica realizada acerca da participação feminina no cooperativismo brasileiro e no mundo. Todas essas reflexões evidenciaram a urgência em dar visibilidade às experiências femininas como uma das formas de combater as desigualdades de gênero.

No âmbito da agricultura familiar, contexto em que as mulheres que participaram desta pesquisa estão inseridas, existem desigualdades de gênero que fazem com que as mulheres ocupem uma posição desigual em relação aos homens. Particularmente, acerca da questão laboral, ficou evidenciado, assim como sugeriam os diversos estudos realizados em contextos rurais que, de maneira geral, as mulheres ficam a cargo das atividades domésticas e de cuidados, consideradas mais “leves”, as quais são menos valorizadas e pouco reconhecidas. Quando realizam atividades consideradas produtivas, ou seja, as atividades consideradas masculinas, essas são percebidas como uma “ajuda” para os homens. Por outro lado, quando os maridos realizam atividades consideradas femininas, essas tarefas são percebidas como uma “ajuda” para as mulheres.

Essa reflexão teórica, organizada nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, além de atender ao primeiro objetivo específico de pesquisa, também contribuiu para a formulação da seguinte questão central que orientou esta dissertação: Quais desconstruções e continuidades relacionadas a desigualdades de gênero em contextos de divisão sexual do trabalho podem ser identificadas no âmbito de uma cooperativa formada majoritariamente por mulheres, como é o caso da Cooperação?

Buscando responder a essa questão, foram definidos os objetivos específicos que orientaram o trabalho de campo, sendo que, primeiramente, buscou-se investigar o processo de constituição da Cooperativa de mulheres agricultoras e

artesãs da cidade de São Ludgero/SC. Ao todo foram realizadas nove entrevistas, das quais: seis foram feitas com associadas da Cooperação; duas com extensionistas rurais que participaram do processo de constituição do grupo; e, uma com a atual administradora contratada da cooperativa. Por meio das entrevistas semiestruturadas realizadas com as associadas da cooperativa, foi possível apresentar o perfil sociodemográfico das participantes e apreender as trajetórias que as fizeram se associar ao grupo.

Nesse sentido, foi possível observar que cada uma das trajetórias relatadas por cada participante do grupo da Cooperação é muito singular. A associação ao grupo aconteceu de uma forma diferente para cada uma das mulheres e significou mudanças muito particulares na vida de cada integrante. Entre as entrevistadas, três delas foram convidadas a participar; uma pediu para fazer parte do grupo; e, duas delas estão no grupo antes mesmo de ser cooperativa. Essas últimas, fizeram parte do projeto Microbacias 2, uma importante iniciativa que proporcionou a formação deste grupo que, em meados do ano de 2006 viria a se tornar a feira de produtos coloniais de São Ludgero/SC.

O projeto Microbacias realizado no município de São Ludgero/SC foi coordenado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), sendo que a participação das extensionistas rurais vinculadas à esta organização foi essencial no processo de consolidação do grupo, especialmente, na decisão da criação da cooperativa descentralizada que foi fundada no ano de 2013.

Outra instituição que exerceu influência no processo de constituição do grupo da Cooperação foi a igreja católica que, por meio dos seus representantes se apresentou como um incentivador do trabalho das mulheres da Cooperação, inclusive, cedendo espaço físico para realização da primeira feira de produtos coloniais do grupo. O endosso por parte da igreja, especialmente, de uma atividade realizada por mulheres, é muito significativo, principalmente, em comunidades que preservam valores tradicionais, como é o caso de São Ludgero/SC.

Podem ser destacados alguns outros fatores que foram decisivos para a formação de uma cooperativa de mulheres, quais sejam: as experiências anteriores vivenciadas por algumas cooperadas em outras cooperativas; a resistência por parte dos homens participantes do grupo da Microbacias em formar uma cooperativa, em

virtude de experiências negativas vivenciadas anteriormente por eles; e, a formalização das atividades como oportunidade de acessar políticas públicas, especialmente, algumas voltadas para a agricultura familiar e, que tinham critérios de prioridade para grupos formados por mulheres, tais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Nesse contexto, com base no estudo realizado, não foi possível identificar questões relativas aos debates de gênero e a divisão sexual do trabalho como motivador para a formação da cooperativa de mulheres. Ou seja, na criação da Cooperação não foi possível perceber relações ou enfrentamentos no campo das desigualdades de gênero.

Esse fato refletiu na pesquisa de campo, isso porque, apesar de ser uma cooperativa de mulheres, o reconhecimento das desigualdades entre homens e mulheres se limitou basicamente a percepção quanto a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados desenvolvidos por elas no interior dos estabelecimentos rurais.

Nesse sentido, cabe destacar as especificidades relacionadas à divisão sexual do trabalho identificadas em contextos distintos na pesquisa, quais sejam: no âmbito da cooperativa, isto é, nas atividades desempenhadas pelas mulheres no âmbito público; e, nas unidades de produção familiar.

A análise do primeiro contexto corresponde ao terceiro objetivo específico desta pesquisa. E, como resultado dessa análise foi possível identificar certa forma de desconstrução de desigualdades de gênero, levando em consideração a autonomia identificada no contexto das atividades desenvolvidas pelas mulheres da Cooperação. Ao assumir os riscos da saída da informalidade e da criação de uma cooperativa, as mulheres da Cooperação também criaram uma identidade coletiva e puderam alcançar maior visibilidade, participando de licitações, acessando políticas públicas, expondo seus produtos em feiras agropecuárias, disputando espaço no mercado formal e, imprimindo sua marca e identidade nas embalagens.

Além de transformar o considerado “trabalho invisível” das mulheres rurais em trabalho “visível” na sociedade, dando visibilidade ao histórico processo de transformação de produtos da agricultura familiar nas cozinhas das propriedades rurais, as mulheres participam ativamente na condução dessa organização. Elas estão à frente de todas as etapas do empreendimento, gerenciando a cooperativa

como um todo, ocupando cargos de liderança e circulando por espaços que são considerados de domínio masculino.

Por outro lado, ao investigar a divisão sexual do trabalho no contexto das unidades de produção familiar, o resultado é diferente e pode ser observado levando em consideração dois cenários distintos: as unidades de produção familiar que tem a renda do grupo da Cooperação como principal fonte de renda da família rural; e, as que tem na Cooperação uma fonte de renda secundária ou complementar.

No primeiro contexto, foi possível perceber uma tendência a maior presença masculina nas atividades relacionadas a unidade de produção familiar. Contudo, essa presença não se dá na produção, que ainda é realizada majoritariamente, pelas mulheres, mas nas etapas administrativas, o que pode sugerir uma divisão sexual do trabalho. Ademais, nessas unidades de produção familiar, a renda proveniente da cooperativa tende a ser gerenciada pelos homens.

Nas propriedades em que a renda do grupo da Cooperação representa uma fonte de recursos complementar, foi possível observar uma tendência de os homens não se envolverem nas atividades da unidade de produção familiar, porém, nesses casos eles também tendem a exercer menor poder sobre o gerenciamento dos recursos provenientes das atividades da unidade de produção familiar.

Em ambos os cenários foi possível observar a unanimidade quanto a divisão desigual das atividades domésticas e de cuidados. Todas as entrevistadas relataram ser as principais responsáveis por executar esse tipo de atividade em suas propriedades. Fato esse que pode revelar mais uma face da divisão sexual do trabalho presente no cotidiano das mulheres entrevistadas participantes da Cooperação.

Esses fatos pressupõem que os resultados alcançados pela Cooperação, estão ainda, muito focados na questão econômica (resultados) e, em poucos momentos percebe-se questionamentos em relação a divisão do trabalho nas unidades de produção familiar e às desigualdades sociais de forma geral, as quais parecem não fazer parte dos cursos de formação, muito focados em aspectos técnicos (produção e venda) e nem dos debates das reuniões da cooperação.

No entanto, as ações coletivas concretizadas em forma de cooperativa descentralizada que, as fazem enfrentar o mercado formal e todas as suas contradições podem gerar aprendizados e consciência acerca das desigualdades de

gênero. Pode-se acreditar que os desafios postos no cotidiano, possam despertar nas mulheres da Cooperação questionamentos quanto as desigualdades de gênero.

Todavia, alguns aspectos podem se apresentar como uma barreira para avançar nessas questões, tal como o fato de residirem em uma comunidade influenciada por valores da igreja católica, o que pode pesar na reprodução de valores tradicionais do patriarcado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ACI AMÉRICAS. **Declaração final V cúpula de cooperativas das américas**: o cooperativismo no tempo dos desafios globais. Buenos Aires, Argentina, 2018. Disponível em: <https://www.aciamericas.coop/vcumbre> Acesso em: 09 março 2020

ACI AMÉRICAS. **About us**. San José, Costa Rica, 2019. Disponível em: <https://www.aciamericas.coop/Who-we-are> Acesso em: 09 março 2020

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Revista Política & Sociedade**. Florianópolis, vol. 15, p. 261-295, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p261> Acesso em: 09 março 2020

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. *et al.* Interação interdisciplinar: a experiência da pós-graduação em Ecologia Aplicada da USP. In: PHILIPPI JR, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011, p. 297-324 Disponível em: https://www.esalq.usp.br/pg/docs/art12_212.pdf Acesso em: 10 março 2020

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf> Acesso em: 07/05/2020

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASKET to boardroom. **Rochdale Pioneers Museum**, Manchester, Inglaterra, 2019. Disponível em: <https://www.archive.coop/hive/basket-to-boardroom> Acesso em: 09 março 2020

BLACK, Naomi. The mother's international: the women's co-operative guild and feminist pacifism. **Women's Studies Int. Forum**. Great Britain, vol. 7, n. 6, p. 467-476, 1984. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0277-5395\(84\)90018-9](https://doi.org/10.1016/0277-5395(84)90018-9) Acesso em: 09 março 2020

BOLFE, Ana Paula Fraga. **Sistemas agroflorestais**: um caminho para agricultura sustentável à luz da cultura camponesa. 2011. 249f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281004> Acesso em: 09 março 2020

BRASIL. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Dispões sobre as políticas agrícolas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8171.htm. Acesso em: 09 março 2020

BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996.** Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm Acesso em: 09 março 2020

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 09 março 2020

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 09 março 2020

BRASIL. **Projeto de Lei 6856/2013.** Altera o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles com prioridade na aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), e para estabelecer que pelo menos 50% (cinquenta por cento) da venda da família será feita no nome da mulher. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=602757>. Acesso em: 09 março 2020

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Resolução GGPA n° 44 de 16/08/2011.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/brasil_sem_miseria/resolucao-44-fomento.pdf Acesso em: 09 março 2020

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, p. 205-227, Jan./Abr. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011> Acesso em: 09 março 2020

BUNCHAFT, Alexandra Flávio. **A identidade do trabalhador cooperado em uma organização popular e solidária de trabalho:** o caso da Cooperativa de Mulheres do Parque São Bartolomeu, Salvador, Bahia. 2004. 177f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19618> Acesso em: 09 março 2020

BUTTO, Andrea; LEITE, Renata. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços recentes e desafios. In: Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 2010, Porto de Galinhas. **Anais...** Porto de Galinhas: ALSRU, 2010. p. 1-21. Disponível em: <https://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/GT9-Andrea-Butto.pdf> Acesso em: 22 outubro 2019

CARNEIRO, Maria José. "Rural" como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 09-38, Mar. 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/661/528> Acesso em: 09 março 2020

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa. Introducción. El trabajo de cuidados antecedentes históricos y debates actuales,. In: CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa (EDS.). **El trabajo de cuidados. historia, teoría y políticas**. Catarata, Madrid, 2011. p. 13-95. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Economia_critica/El-trabajo-de-cuidados_introduccion.pdf Acesso em: 09 março 2020

CO-OPERATIVE WOMEN'S GUILD. **Home**. West Sussex, Inglaterra, 2019. Disponível em: <http://www.cooperativewomensguild.coop/> Acesso em: 09 março 2020

CORDEIRO, Rosineide de Lourdes Meira. Agricultura familiar, trabalho feminino e ação coletiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 14., 2007, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007. p. 1-13. Disponível em: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_com_pleto_187.pdf Acesso em: 09 março 2020

CORRÊA, Mariza. Feminist Letters. **Vibrant**, v. 8, n. 2, p. 04-23, Jul./Dez. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412011000200001> Acesso em: 09 março 2020

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALLER, Vera Lúcia Oliveira. **O empoderamento da mulher e a igualdade de gênero**: Coopergênero uma política pública de cooperativismo. Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília, 2010.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173-178

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

DORREGÃO, Vandreça Vigarani. **A participação de mulheres na atividade leiteira**: um estudo do município de Orleans/SC. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5971> Acesso em: 09 março 2020

DUARTE, Ana Maria Timbó. **Mulheres na reforma agrária e políticas de crédito: avaliação do Pronaf Mulher em assentamentos de Monsenhor Tambosa - CE**. 2010.

128f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_28039109440e4b9cab83598b562c7267 Acesso em: 09 março 2020

EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Secretário de Agricultura discute continuidade do Programa SC Rural com o Banco Mundial**, 2019. Disponível em <https://www.epagri.sc.gov.br/index.php/2019/02/20/secretario-de-agricultura-discute-continuidade-do-programa-sc-rural-com-o-banco-mundial/> Acesso em: 11 março 2020

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. *et al.* Cooperativismo virtual: O caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (Coofanove), em Santa Catarina. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, v. 28, n. 2, p. 485-507, Maio/ Ago. 2011. Disponível em <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/13304/7497> Acesso em: 09 março 2020

ESTEVAM, Dimas de Oliveira. *et al.* Feiras livres e mercados de proximidades: estudo sobre o perfil dos/as consumidores/as na região sul catarinense. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. (p. 161-186). Florianópolis: Editora Insular, 2014.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos. Introdução. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. (p. 13-18). Florianópolis: Editora Insular, 2014.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; Verginio, Max Richard Coelho. A diversidade do cooperativismo brasileiro e catarinense. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, n. 1, p. 72-93, 2017.

FERNANDES, Sirlei Aparecida. **Gênero e políticas de crédito**: o Pronaf-mulher em Santa Catarina. 2008. 138f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91928> Acesso em: 09 março 2020

FERREIRA, Gilmara de Melo. **Papéis sociais e diferenciais de gênero no assentamento José Antônio Eufrozino, semi-árido paraibano**. 2006. 116f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2279> Acesso em: 09 março 2020

FRANÇA, Daniela. **Estudo do impacto da feira de produtos coloniais na vida dos agricultores do município de São Ludgero**. 2011. 73f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração em Agronegócios) Centro Universitário Barriga Verde, Orleans, 2011.

FRANÇA, Bruna. **Cadeia de valor**: um estudo em uma cooperativa de São Ludgero. 2015. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) Centro Universitário Barriga Verde, Orleans, 2015.

FRANÇA, Rafaela. **Formação do preço de venda dos produtos**: um estudo em uma cooperativa de São Ludgero. 2015. 76f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) Centro Universitário Barriga Verde, Orleans, 2015.

FRANÇA, Daniela. **Organização produtiva das mulheres rurais e o acesso a políticas públicas no município de São Ludgero**. 2017. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) Centro Universitário Barriga Verde, Orleans, 2017.

FRANZ, Diane; DALBELLO, Osvaldir. A trajetória de construção das cooperativas descentralizadas no Alto Uruguai catarinense. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. (p. 55-69). Florianópolis: Editora Insular, 2014.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, jan. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n1/02.pdf> Acesso em: 09 março 2020

GOMES, Rita de Cássia Maciazeki. **Narrativas de si em movimento uma genealogia da ação política de mulheres trabalhadoras rurais do sul do Brasil**. 2017. 231f. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade do Porto e Universidade Federal de Santa Catarina, Porto (Portugal) / Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180436> Acesso em: 09 março 2020

GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sergio. (Orgs.) **Políticas públicas de desenvolvimento rural**. (p. 19-50). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/politicas-publicas-de-desenvolvimento-rural-no-brasil> Acesso em: 09 março 2020

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista NERA**, ano 9, n. 8, p. 1-28, Jan./Jun. 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443/1420> Acesso em: 09 março 2020

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. Reconhecimento e autonomia: o impacto do Pronaf-Mulher para as mulheres agricultoras. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). **Gênero e geração em contextos rurais**. (p. 95-119). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em:

https://www.ufpe.br/documents/1016303/1020379/genero+e+gera_o+em+contextos+rurais.pdf/171b01b8-2ded-48dc-9639-8e7e34c7bbcc Acesso em: 09 março 2020

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **REF – Revista estudos feministas**, v. 2, n. 3, p. 93-100, Jan. 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291/14832> Acesso em: 09 março 2020

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, Set./Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> Acesso em: 09 março 2020

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**. Niterói, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/4552/4195> Acesso em: 09 março 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo: Panorama, São Ludgero**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-ludgero/panorama> Acesso em: 09 março 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário, São Ludgero**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-ludgero/pesquisa/24/27745> Acesso em: 09 março 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico do Município, São Ludgero**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-ludgero/historico> Acesso em: 09 março 2020

ISKANDAR, Gabriella Riad. **Caracterização socioeconômica e análise de crenças em assentamentos rurais no município de Goiás, GO**: inclusão das mulheres na renda familiar. 2014. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciência Animal) Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8096> Acesso em: 09 março 2020

IYUSUKA, Sheyla Saori. **Mulheres na agroecologia**: um estudo bibliométrico. 2015. 97f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7895> Acesso em: 09 março 2020

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 67-75

LANGBECKER, Tatielle Belem. **Trabalho e gênero**: mulheres na atividade pecuária familiar no município de Encruzilhada do Sul/RS. 2016. 178f. Dissertação (Mestrado

em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147431> Acesso em: 09 março 2020

LANZARINI, Joelcy José Sá. **Cooperativas descentralizadas de agricultores familiares**: aspectos do contrato de comodato. 2017. 144f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5202/1/Joelcy%20Jos%C3%A9%20S%C3%A1%20Lanzarin.pdf> Acesso em: 09 março 2020

LUNARDI, Raquel. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural**. 2012. 222f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/61936> Acesso em: 09 março 2020

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Relatório final I fórum nacional de gênero, cooperativismo e associativismo**. Brasília: MAPA/ ACS, 2009.

MARCONDES, Tabajara. *et al.* **Os empreendimentos de agregação de valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis, Brasil: Epagri, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2013.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILLO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Rev. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, Jan./Abr. 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006> Acesso em: 09 março 2020

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de. **O papel das mulheres na agricultura familiar**: a comunidade rancharia, Campo Alegre de Goiás. 2013. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2013. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3673> Acesso em: 09 março 2020

MINAYO, Maria Cecilia de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MIOR, Luiz Carlos. *et al.* Inovações organizacionais da agricultura familiar no sul catarinense. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. (p. 21-53). Florianópolis: Editora Insular, 2014a.

MIOR, Luiz Carlos. *et al.* Redes, agroindústrias familiares e os novos mercados em Santa Catarina. In: ESTEVAM, Dimas de Oliveira; MIOR, Luiz Carlos (Orgs.). **Inovações na agricultura familiar**: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina. (p. 73-100). Florianópolis: Editora Insular, 2014b.

MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO. **Aspectos geográficos**, 2019a. Disponível em: <https://www.saoludgero.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/17444> Acesso em: 09 março 2020

MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO. **Portal de turismo de São Ludgero**, 2019b. Disponível em: <https://turismo.saoludgero.sc.gov.br/> Acesso em: 09 março 2020

MUNICÍPIO DE SÃO LUDGERO. **Notícias**, 2019c. Disponível em: <https://www.saoludgero.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16556/codNoticia/513006> Acesso em: 09 março 2020

NASCIMENTO, Patrícia Ferraz do. **Turismo rural nas montanhas capixabas: como vivem e trabalham mulheres e homens em um campo em transformação**. 2013. 217f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/4186> Acesso em: 09 março 2020

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v. 8, n. 2, p. 09-41, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167> Acesso em: 09 março 2020

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. In CATTANI, Antonio David (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 205-211

OIT (Organização Internacional do Trabalho) – **Recomendação 193**: sobre a promoção de cooperativas, 2002. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_242764/lang--pt/index.htm Acesso em: 09 março 2020

PAULILO, Maria Ignez. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

PINHO, Diva Benevides. **Universidade, gênero e cooperativas**: OCB debatendo grandes temas do século XXI. Brasília: SESCOOP, 2000.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção de conhecimentos. In: PHILIPPI JR, Arlindo; NETO, Antônio J. Silva. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Barueri: Manole, 2011, p. 69-105.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REIS, Máira Lopes dos. **O trabalho das mulheres na produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos, Feira de Santana – BA**. 2013. 158f. Dissertação (Mestrado

em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20151> Acesso em: 09 março 2020

RUA, Maria das Graças. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de (Orgs.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998. Coleção Relações Internacionais e Política.

SÁ, Marcelo Alexandre de. **Redes de cooperação como estratégia para desenvolvimento da agricultura familiar**: programa SC Rural. 2014. 158f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/123254> Acesso em: 09 março 2020

SABOURIN, Eric. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. (p. 254-313). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: ciência e profissão**. Brasília, v. 34, n. 2, p. 390-405, Abr./ Jun. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703000262013> Acesso em: 09 março 2020

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira. Considerações sobre a divisão sexual do trabalho na agricultura familiar do sul catarinense. **Revista P2P & INOVAÇÃO**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 146-160, Mar./ Set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21721/p2p.2017v3n2.p146-160> Acesso em: 09 março 2020

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Relatório de avaliação sócio-econômica ex-post do projeto**, Prapem-Microbacias 2, Set. 2009. Disponível em: http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/AVALIACAO-FINAL_Programa-MB2.pdf Acesso em: 22 outubro 2019

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca. **Manual Operativo do Programa SC Rural**, 2014. Disponível em: http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/09/M._OPERATIVO_FINAL.pdf Acesso em: 22 outubro 2019

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca. **SC Rural consolida cooperativas e agroindústrias da Agricultura Familiar**, 2016. Disponível em: <http://www.scrural.sc.gov.br/?p=14478> Acesso em: 22 outubro 2019

SCHMIDT, Derli; PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In CATTANI, Antonio David (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 63-72

SCHMITZ, Aline Motter; SANTOS, Roselí Alves dos. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **TerraPlural**, Ponta Grossa, v.7, n.2, p. 339-355, Jul/ Dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/4543> Acesso em: 09 março 2020

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, set. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf> Acesso em: 09 março 2020

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento ibero-americano**, n. 9, p. 169-183, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3710909> Acesso em: 09 março 2020

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras nos programas de aquisição de alimentos (PAA). **Segurança alimentar e nutricional**. v.18, n. 2, p. 12-32. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675> Acesso em: 09 março 2020

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 571-592

SILVA, Adiliane Valéria Batista Francelino da. **Terra de mulher**: as contradições que permeiam as relações de gênero e a titulação conjunta da terra no âmbito da agricultura familiar. 2011. 133f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9145> Acesso em: 09 março 2020

SILVA, Karin Vieira da. **Gestão social e participação nas decisões**: estudos de caso em cooperativas catarinenses. 2013. 203f. Dissertação (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107553> Acesso em: 09 março 2020

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In CATTANI, Antonio David (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 116-125

SCHLICKMANN, Flávio. **As mudanças no marco regulatório do setor elétrico brasileiro e os impactos sobre as cooperativas de eletrificação**: o caso da CEGERO. 2018. 220f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6145> Acesso em: 09 março 2020

SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. **As armas de Marte no espelho de Vênus**: a marca de gênero em ciências biológicas. 2003. 216f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11842> Acesso em: 09 março 2020

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, Jul./Dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em: 09 março 2020

SOUZA, Wanessa Alves Pereira de. **A participação das mulheres na agroecologia**. 2014. 126f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/178> Acesso em: 09 março 2020

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho dominação e resistência. São Paulo: Editora brasiliense, 1991.

VASCONCELLOS, Bruna Mendes de. **Gênero, tecnologia e Economia Solidária**: reflexões a partir da experiência de uma associação de mulheres rurais. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286884> Acesso em: 09 março 2020

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo**: uma revolução pacífica em ação. Rio de Janeiro: DP&A:Fase, 2001.

VOLPATO, Teresinha Baldo; DUARTE, Juliana Köenig. **Mulher, semente da vida**: gestão coletiva e cooperativismo em São Ludgero, Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 2017.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-61, Out. 2003. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf> Acesso em: 09 março 2020

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009a. p.155-183.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 1, p. 60-85, 2009b. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/download/308/304> Acesso em: 09 março 2020

WIRTH, Ioli Gewehr. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem**: um caminho para a construção da autogestão? 2010. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/251419> Acesso em: 09 março 2020

ZEA, María Eugenia Pérez. Declaration of the international cooperative alliance on the international women's day 2018. **International Co-operative Alliance**. Colômbia, 07 de março de 2018. Disponível em: <https://www.ica.coop/en/media/library/declaration/declaration-international-cooperative-alliance-international-womens-day> Acesso em: 09 março 2020

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista

ENTREVISTA COM ATORES-CHAVE	
Caracterização da entrevistada	Nome:
	Posição ocupada na trajetória da Cooperação:
Trajectoria da Cooperação	Como o grupo se formou?
	Como se iniciou a ideia de criar uma Feira e Cooperativa de Mulheres? Quem estava envolvido?
	Qual a sua participação na elaboração e implementação da ideia?
	Houve algum motivo específico para criar uma cooperativa formada, majoritariamente, por mulheres?
	Quais foram os desafios enfrentados?
	Quem você considera que foram os principais idealizadores?
	Quais instituições e/ou entidades tiveram papel essencial?
	Qual a participação das famílias para êxito do grupo?
	Qual a sua participação na trajetória da Cooperação?
Funcionamento da Cooperação	Como é administrada a Cooperação?
	Como se dá a tomada de decisões?
	Qual a rotina do estabelecimento?
	Quais os desafios percebidos para o futuro?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Título da Pesquisa: Protagonismo feminino na Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC

Objetivo: Compreender a existência de protagonismo feminismo no âmbito de uma cooperativa formada majoritariamente por mulheres, tendo como objeto de estudo a Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação).

Período da coleta de dados: 04/08/2019 a 29/11/2019

Tempo estimado para cada coleta: 45 minutos

Local da coleta: Cooperativa de Mulheres Agricultoras e Artesãs de São Ludgero/SC (Cooperação)

Pesquisador/Orientador: Dimas de Oliveira Estevam

Telefone: (48) 99993-1859

Pesquisador/Acadêmico: Suzane Grimm

Telefone: (47) 99729-9160

Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC (PPGDS)

Como convidado(a) para participar voluntariamente da pesquisa acima intitulada e aceitando participar do estudo, declaro que:

Poderei desistir a qualquer momento, bastando informar minha decisão diretamente ao pesquisador responsável ou à pessoa que está efetuando a pesquisa.

Por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não haverá nenhuma remuneração, bem como não terei despesas para com a mesma. No entanto, fui orientado(a) da garantia de ressarcimento de gastos relacionados ao estudo. Como prevê o item IV.3.g da Resolução CNS 466/2012, foi garantido a mim (participante de pesquisa) e ao meu acompanhante (quando necessário) o ressarcimento de despesas decorrentes da participação no estudo, tais como

transporte, alimentação e hospedagem (quando necessário) nos dias em que for necessária minha presença para consultas ou exames.

Foi expresso de modo claro e afirmativo o direito de assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário a mim (participante da pesquisa), garantido pelo(a) pesquisador(a) responsável (Itens II.3.1 e II.3.2, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Estou ciente da garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Item IV.3.h, da Resolução CNS nº 466 de 2012).

Os dados referentes a mim serão sigilosos e privados, preceitos estes assegurados pela Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde - podendo eu solicitar informações durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação dos dados obtidos a partir desta.

Para tanto, fui esclarecido(a) também sobre os procedimentos, riscos e benefícios, a saber:

DETALHES DOS PROCEDIMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NA PESQUISA
Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa e a coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com mulheres cooperadas, bem como com sujeitos envolvidos na criação e organização da cooperativa, mediante o aceite e a assinatura prévia em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.
RISCOS
Perda da confidencialidade dos dados e este risco será amenizado pela privacidade mantida, não sendo divulgado os dados pessoais das/os participantes.
BENEFÍCIOS
Contribuir para a construção de registros e análises acerca da criação e da trajetória da Cooperação, com ênfase na participação das mulheres como agentes de desenvolvimento socioeconômico em âmbito local e regional.

Declaro ainda, que tive tempo adequado para poder refletir sobre minha participação na pesquisa, consultando, se necessário, meus familiares ou outras pessoas que possam me ajudar na tomada de decisão livre e esclarecida, conforme a resolução CNS 466/2012 item IV.1.C.

Diante de tudo o que até agora fora demonstrado, declaro que todos os procedimentos metodológicos e os possíveis riscos, detalhados acima, bem como as minhas dúvidas, foram devidamente esclarecidos, sendo que, para tanto, firmo ao final a presente declaração, em duas vias de igual teor e forma, ficando na posse de

uma e outra sido entregue ao(à) pesquisador(a) responsável (o presente documento será obrigatoriamente assinado na última página e rubricado em todas as páginas pelo(a) pesquisador(a) responsável/pessoa por ele(a) delegada e pelo(a) participante/responsável legal).

Em caso de dúvidas, sugestões e/ou emergências relacionadas à pesquisa, favor entrar em contato com o(a) pesquisador(a) Dimas de Oliveira Estevam e Suzane Grimm, respectivamente, pelos telefones (48) 99993-1859 e (47) 99729-9160 e/ou pelo e-mail doe@unesc.net e suzane.grimm@gmail.com

Em caso de denúncias, favor entrar em contato com o Comitê de Ética – CEP/UNESC (endereço no rodapé da página).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos (CEP) da Unesc pronuncia-se, no aspecto ético, sobre todos os trabalhos de pesquisa realizados, envolvendo seres humanos. Para que a ética se faça presente, o CEP/UNESC revisa todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos. Cabe ao CEP/UNESC a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na Instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, de forma a fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

ASSINATURAS	
Voluntário(a)/Participante	Pesquisador(a) Responsável
<hr/> <p style="text-align: center;">Assinatura</p> <p>Nome:</p> <hr/> <p>CPF: _____._____._____ - ____</p>	<hr/> <p style="text-align: center;">Assinatura</p> <p>Nome: Dimas de Oliveira Estevam</p> <p>CPF: 494.731.829.53</p>

Criciúma (SC), de de 2019.